



Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

A farda que pesa: percepções sobre o cotidiano e o trabalho no Grupo Tático Operacional da PMDF

Autora: Marina Carvalho Paz

Brasília, novembro de 2022

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

A farda que pesa: percepções sobre o cotidiano e o trabalho policial
no Grupo Tático Operacional da PMDF

Marina Carvalho Paz

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília/UnB como
parte dos requisitos para obtenção do
título de Mestre.

Brasília, novembro de 2022

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Sociais
Departamento de Sociologia

*A farda que pesa: percepções sobre o cotidiano e o trabalho policial no Grupo
Tático Operacional da PMDF*

Marina Carvalho Paz

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Haydée Glória Cruz Caruso (UnB)

Banca Examinadora:

Prof.^o Dr.^o Arthur Trindade Maranhão Costa (UnB)

Prof.^a Dr.^a Elizabete Ribeiro Albernaz (INCT/InEAC/UFF e WITS University)

Suplente:

Prof.^a Dr.^a Analia Soria Batista (UnB)

Agradecimentos

Produzir uma dissertação é um grande desafio, é um trabalho árduo e solitário, que se somou à minha prática docente. Essas dificuldades comuns foram intensificadas com uma pandemia, com um governo anticiência, negacionista e genocida, tanto em uma esfera distrital, quanto federal. Apesar de todas as dificuldades, das perdas, dos adoecimentos, e desta necrosujeitividade que permeia o cotidiano brasileiro, pude concluir esta etapa. Contudo, é inquestionável que este trabalho só foi finalizado porque contei com o apoio incondicional de diversas pessoas, em especial dos meus pais, que fizeram o possível para me apoiar nos momentos mais difíceis, nas condições mais precárias. Minha maior gratidão à minha mãe, por cuidar e se preocupar tanto comigo, mesmo quando não era necessário, e ao meu pai, que sempre esteve ao meu lado. Também preciso agradecer ao meu irmão, João Lucas, que sempre me incentivou e me ajudou a permanecer na carreira científica, ainda que fosse muito tortuosa. Nós nos inspiramos mutuamente e nada disso seria possível sem você João.

Gostaria de agradecer àquela que tornou minha trajetória enquanto pesquisadora possível e sempre acreditou no meu trabalho, minha orientadora e grande amiga Haydée, por quem tenho uma admiração inexpressável. Obrigada por ser uma grande profissional, uma mulher incrível em que me inspiro sempre. Seu apoio me ensinou que carinho e dedicação são o esteio da prática docente e do trabalho sociológico. Agradeço também ao meu companheiro Renato, pela ajuda e apoio durante toda essa trajetória, foi muito importante te ter ao meu lado.

Também pude contar com o carinho e reconhecimento de toda a minha família, especialmente das minhas primas-irmãs Carol e Juliana. Com elas pude aprender sobre a potência das mulheres desta família, nas mais distintas formas, sempre determinadas, corajosas e companheiras. Somam-se a elas o esforço e a luta de todas aquelas que me precederam: minha bisavó Isabel, minha avó Helena e minha tia Vitória, pois eu não estaria aqui se não fosse a perseverança dessas mulheres, que superaram tudo, e mesmo nas condições mais perversas se reergueram e continuaram. Aos homens que abriram os caminhos que trilho hoje, meu avô Eduardo e meu tio Mozart, todo meu respeito, admiração e saudade.

E àquelas que sempre cuidaram de mim, minha gratidão eterna. À minha tia mais velha Iolanda, que me ensina sobre bondade e gentileza todos os dias, em todos os pequenos gestos, além de me lembrar sempre que o copo pode estar meio cheio. À minha tia Luzia, minha segunda mãe, que cotidianamente me mostra que nunca devemos nos submeter por sermos

mulheres, e que a liberdade é uma conquista diária. À minha tia e madrinha Inês, que me ensina sobre resiliência, perseverança e que é possível rir sempre. Ao meu primo Caíque, que sempre me ajudou e segue me ajudando, a todo tempo. Ao meu primo Lucas, pelas boas conversas e minha contabilidade que você faz há anos. Ao meu primo Antônio, que segue me dando assistência jurídica desde antes de se formar e sendo esse grande primo. Por fim, minhas duas primas muito amadas, Márcia e Luciene, que ao seu modo também me ensinaram valiosas lições. À Luciene, muito obrigada por cuidar de mim. À Márcia, por ter aberto as portas para muita coisa e por ter me dado o melhor presente, o meu afilhado Filipe (que de repente virou adolescente). E aos que se somaram nesta trajetória familiar, meus primos e tios, que mesmo não citados diretamente, tiveram alguma contribuição em meu crescimento. E a rapinha do tacho, os mais novos integrantes dessa família, que mesmo tão novos já são absurdamente especiais: Helena, Joaquim, Maria Elisa, Mathias e Cecília. Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer meu padrinho Vivaldo, que sempre se orgulhou da minha trajetória e expressou isso em todos os momentos que pode.

Além do apoio familiar, pude contar sempre com o apoio das minhas grandes amizades que sempre me acompanharam. Ao meu melhor amigo da vida Artur, que mesmo afastado fisicamente sempre esteve por perto, muito obrigada por nunca duvidar de mim e do meu potencial. À minha melhor amiga/colega Camilla, que compartilhou tantos momentos de angústia e felicidade durante essa trajetória de pós-graduanda, eu sou muito grata por ter dividido tudo com você. Ao meu grande amigo Yacine, que contribuiu imensamente para este trabalho e tantos outros, obrigada pelas mensagens e ligações preocupadas. Muito obrigada por essa parceria sincera. Às minhas amigas Raphaela e Raquel, sem nosso grupo de apoio cotidiano nada disso seria possível, vocês são um presente que a vida me deu e o amor que sinto é indescritível. Vocês me fizeram rir dos momentos mais difíceis da vida, tudo sempre ficará mais leve, mais fácil, ou pelo menos mais engraçado, com vocês ao meu lado.

Às minhas amigas e companheiras de trabalho que me ajudaram ao longo deste ano, especialmente nesta nova empreitada pedagógica. Minha colega Viviane, obrigada pela colaboração e toda a empatia que tiveram por mim esse ano. Ao meu 5º D, minha turma especial, minha primeira turma enquanto pedagoga, vocês transformaram o fazer pedagógico para mim, e hoje eu posso dizer que amo cada um de vocês, do fundo do meu coração. Ao meu grande amigo Tiago, companheiro de trabalho e amigo para todas as horas. Às minhas amigas Rapha e Ana Luisa, que nos *vais e vens* da vida sempre permanecem. Todos vocês fizeram e fazem parte da minha vida, ainda que distantes.

E, por fim, aos policiais que possibilitaram que este trabalho fosse realizado, sem as

entrevistas, as colaborações, as gentilezas, nada disso seria possível. Em especial, aos policiais do Grupamento Tático Operacional nos Batalhões Ceilândia e Planaltina, muito obrigada.

Aos que me antecederam,
Helena, Eduardo, Mozart e Vitória.

Ismália

Autor: Afonso Henrique da Costa Guimarães

Quando Ismália enlouqueceu

Pôs-se na torre a sonhar...

Viu uma lua no céu,

Viu outra lua no mar.

No sonho em que se perdeu,

Banhou-se toda em luar...

Queria subir ao céu,

Queria descer ao mar...

E, no desvario seu,

Na torre pôs-se a cantar...

Estava perto do céu,

Estava longe do mar...

E como um anjo pendeu

As asas para voar...

Queria a lua do céu,

Queria a lua do mar...

As asas que deus lhe deu,

Ruflaram de par em par...

Sua alma subiu ao céu,

Seu corpo desceu ao mar...

RESUMO

As instituições policiais são parte crucial da vida social contemporânea, sua presença capilarizada lhe garante um lugar privilegiado na organização da vida social. Neste sentido, este trabalho buscou compreender como policiais militares do Grupamento Tático Operacional de duas Regiões Administrativas do DF (Planaltina e Ceilândia) organizam seu trabalho cotidiano e produzem sua ação prática. O objetivo desta dissertação, por sua vez, versou sobre a construção dos conceitos de juventude, criminalidade e território, elaborados por esses policiais do GTO. Através de pesquisas de campo realizada nas duas localidades, com a execução de grupos focais e entrevistas, foi possível perceber que o trabalho policial é construído a partir da interpretação simbólica que os policiais fazem sobre esses temas, matéria central da ação policial. Por fim, ao longo do trabalho foi possível concluir que as interpretações dos policiais são orientadas pela formação do conhecimento prático policial, que norteiam suas noções sobre território, crime e juventude. Sendo a compreensão do território impactada pela apreensão do conceito de ordem pública, assim como a noção de crime também é orientada por uma noção legalista da realidade. Com relação à juventude, os policiais dividem os momentos da vida entre o momento da infância, onde há admiração e respeito, por parte das crianças, e a juventude, que traria uma possível relação conflituosa. Contudo, os policiais interpretam essa relação com os jovens a partir de uma chave dualística, onde o *jovem de bem* é visto como alguém que gosta da polícia e não traria conflitos, e o *jovem criminoso* que enfrentaria e não mostraria afeto, admiração ou mesmo subserviência à polícia.

Palavras-chave: polícia militar; policiamento; juventude e polícia.

ABSTRACT

Police institutions are a crucial part of contemporary social life, and their capillary presence guarantees them a privileged place within the organization of social life. In this sense, this work sought to understand how military policemen from the Operational Tactical Group of two Administrative Regions of the Federal District (Planaltina and Ceilândia) organize their daily work and produce their practical action. The objective of this dissertation, in turn, was about the construction of the concepts of youth, criminality and territory, elaborated by these GTOG policemen. Through field research carried out in the two locations, with the execution of focal groups and interviews, it was possible to realize that police work is built from the symbolic interpretation that the policemen make about these themes, central matter of police action. Finally, throughout the work it was possible to conclude that the interpretations of the policemen are guided by the formation of practical police knowledge, which guides their notions about territory, crime and youth. The understanding of territory is impacted by the apprehension of the concept of public order, just as the notion of crime is also guided by a legalistic notion of reality. In relation to youth, policemen divide the moments of life between childhood, where there is admiration and respect, on the part of children, and youth, which would bring a possible conflictive relationship. However, policemen interpret this relationship with young people from a dualistic key, where the good youngster is seen as someone who likes the police and would not bring conflicts, and the criminal youngster who would confront and not show affection, admiration or even subservience to the police.

Keywords: military police, policing, youth and police

Introdução	15
Capítulo 01 – Os caminhos da pesquisa.	26
1.1. Apresentação do campo	30
1.2. Escolhas teórico-metodológicas.	38
1.3. Os embaraços da pesquisa e os impactos da pandemia.....	41
Capítulo 02 – Polícia, policiamento e controle social	45
2.1. A polícia de 200 anos na cidade de 60 – o paradigma da PMDF	63
2.2. PMDF – A polícia depois da capital.....	73
2.3. Distrito Federal e seu entorno.	77
Capítulo 03 – O que se explorou até aqui – Contribuições do ICS/UnB.....	83
3.1. Principais achados	86
3.2. Aspectos em aberto	98
Capítulo 04 – “No GTOP a gente cai para dentro” – Cotidiano, território e trabalho no GTOP.....	101
4.1. Um especial para chamar de seu: formação e estrutura no GTOP	111
4.2. A natureza do trabalho, a etnometodologia e o tirocínio.	114
Considerações finais.....	123
Referências Bibliográficas	125

LISTA DE ABREVIATURAS

GTOP	Grupamento Tático Operacional
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
CBMDF	Corpo de Bombeiros do Distrito Federal
RP	Radiopatrulhas
GDF	Governo do Distrito Federal
RA	Região Administrativa
SSP/DF	Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal
SGI/SSP	Subsecretaria de Gestão da Informação
FAP/DF	Fundação de Apoio à Pesquisa
ELA	Departamento de Estudos Latino-Americanos
SOL	Departamento de Sociologia
CTOP	Curso de Formação Tático Operacional
Novacap	Companhia Urbanizadora da Nova Capital
GEB	Guarda Especial de Brasília
CVLI	Crimes Violentos Letais Intencionais
MVI	Mortes Violentas Intencionais

LISTA DE TABELAS E MAPAS

Mapa 01	Crimes Violentos Letais Intencionais no DF 2019
Tabela 01	Série Histórica de Mortes Violentas Intencionais
Tabela 02	Maiores taxas e CVLI do DF – 2015 a 2019
Tabela 3	Identificação dos policiais
Tabela 4	Atendimentos realizados pela PMDF em 2019
Imagem 1	Páginas de Instagram - GTOPI 30 e GTOPI 34
Imagem 2	Brasão de Armas da PMDF
Mapa 2	Mapa da Ride e AMB do DF
Gráfico 1	Produção de Trabalhos do Instituto de Ciências Sociais – UnB
Tabela 05	Trabalhos do Instituto de Ciências Sociais

ANEXOS

Anexo 01____Série Histórica dos crimes violentos letais e intencionais no DF;

Anexo 02____Mapa – Crimes Violentos Letais Intencionais no DF (2019);

Anexo 03____Organograma da PMDF (2020);

Introdução

A violência e o medo do crime se tornaram tema constante na vida social da população brasileira nas últimas décadas. Em conversas informais, narrativas midiáticas, debates políticos, dentro das universidades, a violência urbana e seus impactos no cotidiano se transformaram em um problema a ser debatido e, também, *combatido*. Políticas de repressão ao crime, encarceramento em massa e a ampliação de discursos punitivistas se somam a uma dificuldade estrutural em compreender esse fenômeno polissêmico, seus desdobramentos e diversos impactos na vida dos indivíduos, especialmente entre aqueles que são diretamente atingidos por essa violência, ou ainda que estão ligados à sua administração e – tentativas de – controle. Como sintetizou Sérgio Adorno ainda na década de 1990:

Em um espaço, digamos, de trinta anos, teríamos transitado de uma crônica do crime como excepcionalidade para uma crônica do crime como cotidianidade [...] o rumor suscitado pela excepcionalidade cede lugar ao rumor tecido no entrecruzar de múltiplas histórias subjetivas que desafiam a compreensão científica e mesmo a capacidade de recontá-las ainda sob um registro, uma linguagem e um discurso estranhos ao cidadão comum. Trata-se de uma crônica que se confunde com a vida de cada um (ADORNO, 1996, p. 128-129).

Nesse ínterim, a vida social passou a ser mediada por uma compreensão difusa da violência, especialmente em grandes centros urbanos. Formas de vivenciar a cidade, de se deslocar pelos espaços públicos, de construir sociabilidades e interagir com desconhecidos são incessantemente orientadas pela possibilidade de nos tornarmos uma *vítima em potencial*. O medo passou a ter capilaridade em todos os espaços e tempos da vida dos indivíduos, e a violência se tornou algo que paira sobre toda a sociedade. E é nesta perspectiva que a “vida cotidiana apresenta-se como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 35). Realidade esta que, ao ser interpretada pelos sujeitos, é responsável pela produção de conhecimentos que orientam a construção de símbolos e significados compartilhados, e impacta diretamente nas relações sociais. Pois, essa realidade se consolida a partir do acúmulo de informações que instrui os indivíduos e se torna uma *realidade compartilhada* pelo todo (BERGER; LUCKMANN, 2014). Contudo, ainda que não encontre uma materialidade palpável, ou mesmo que a possibilidade de vitimização não esteja tão alastrada, essa interpretação ainda orienta e modifica a realidade, afinal “entre as múltiplas realidades há uma que se apresenta como

sendo a realidade por excelência. É a realidade da vida cotidiana” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 38). No campo da Segurança Pública, essa cotidianidade que produz a realidade também norteia ações e direciona práticas e controles.

Além de delimitar os riscos, essa realidade também informa a “localização” dos indivíduos na sociedade e o “manejo deles de maneira apropriada” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 60). Neste sentido, estrutura-se a sociedade a partir desse pressuposto do perigo, do risco, da existência de classes perigosas, posicionando e reposicionando, direcionando ou impedindo fluxos de certos sujeitos, especialmente em espaços públicos compartilhados. Constituindo, assim, não apenas os espaços e condições onde as relações devem ser construídas, mas também a localização dos indivíduos e suas respectivas posições nesta estrutura social, de suspeição contínua ou de possíveis vítimas. A concepção de uma realidade cotidiana mediada pela violência interfere em todos os aspectos da vida social, pois, no “plano social, o medo restringe alguns comportamentos, fragiliza laços vicinais e esvazia os espaços públicos” (COSTA; DURANTE. 2019(1), p. 240). Portanto, o lugar onde a vida social se realiza primordialmente, o espaço público, deixa de existir enquanto *locus privilegiado* para socialização, enfraquecendo vínculos sociais. A conversa entre vizinhos, as crianças brincando nas ruas, a paquera entre os jovens, dão lugar a espaços esvaziados, restringindo os convívios e limitando as interações sociais, especialmente em cidades periféricas do DF. Além deste aspecto, é preciso salientar que:

O medo do crime também tem consequências econômicas. Ele leva ao aumento de gastos das pessoas e empresas com segurança, produz processos de gentrificação e especulação imobiliária e condiciona as formas de acesso das pessoas ao mercado. No plano político, abre espaços para discursos punitivistas, sexistas, racistas e xenófobos.(COSTA; DURANTE. 2019(1), p. 240)

Assim, a vida social e toda a sua realidade cotidiana, tanto do ponto de vista político, econômico e até mesmo afetivo, passam a ser construídas considerando o aspecto da violência em suas mais distintas formas. E, em oposição a alguns serviços públicos, onde a privatização é uma possibilidade latente, como nos casos da educação e da saúde, a segurança pública e o medo do crime, extrapolam tais limites. Afinal, ainda que se possua algum tipo de segurança particularizada, o que podemos perceber é que o medo do crime, enquanto categoria compartilhada socialmente, encontra vazão em todas as camadas da sociedade. Esta dispersão do medo impacta de maneira distinta em cada grupo, mas é inegável que, enquanto categoria, ele organiza a vida social e (re)significa valores, orienta ações individuais e coletivas e, por fim, modifica as interações sociais.

Existem diversos fatores que impactam diretamente nesta sensação de medo, como as representações que se fazem da criminalidade e dos criminosos em si. Ainda que esse imaginário possa se estruturar em acontecimentos diários, que contam com a cobertura midiática, o que se observa é que pouco se questiona como se constroem essas interpretações sobre uma realidade tão violenta e desregrada, e quais são seus desdobramentos no cotidiano. Afinal, “quer se trate de análises especializadas ou de afirmações feitas pelo senso comum, as discussões sobre a realidade da violência nas sociedades contemporâneas têm sido articuladas a partir do pressuposto, raramente questionado, de seu crescimento” (PORTO, 2004, p. 133). Desta maneira, podemos perceber a produção de um conhecimento sobre este mundo social que nos informa que, em sua realidade, ele é não só perigoso, como também pode vitimar todos a todo o tempo. Há uma espetacularização da criminalidade violenta que, em conjunto com um discurso político, social e econômico, constrói percepções sobre o mundo e os indivíduos ao nosso redor.

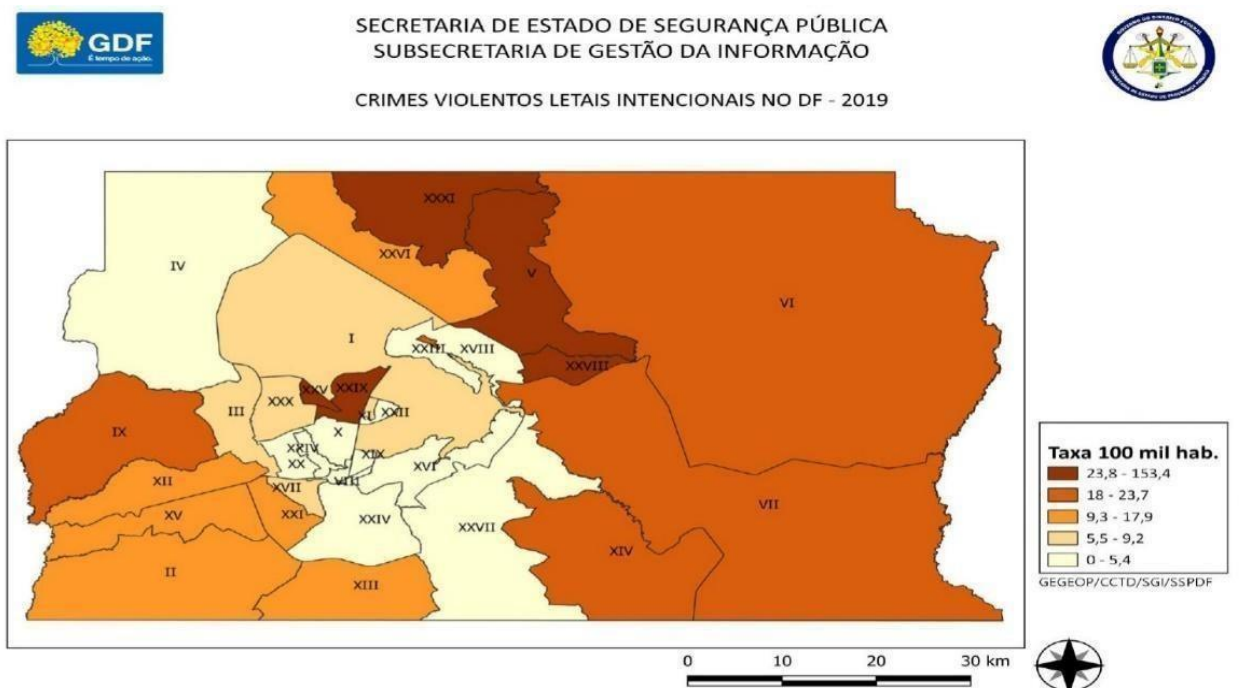
Independente dos dados, em especial estatísticas referentes às taxas criminais – ou suas possíveis variações – apresentadas por instituições de pesquisa, como agências estatais ou mesmo acadêmicas, as preocupações e angústias sociais provenientes desta “ameaça” contínua de vitimização (GARLAND, 2014), impactam diretamente o dia a dia dos cidadãos. Amplia-se uma visão de uma realidade social tomada pela violência nas suas mais distintas formas, onde todos os indivíduos estão sujeitos a ter algum tipo de contato com a violência urbana, em algum momento. Opondo-se a esta percepção de que a violência está à espreita em todos os lugares, o que os dados¹ sobre criminalidade mostram sobre o Distrito Federal – tanto aqueles produzidos pelo Estado, como aqueles elaborados por acadêmicos e especialistas – é um perfil geográfico e de vitimização muito específico para certos tipos de crime, em especial aqueles violentos, particularmente em casos de homicídios – sinônimo do que se compreende como principal expoente da violência. Há um perfil de sujeitos e localidades predominantes quando analisamos a questão dos Crimes Violentos Letais Intencionais² (CVLI), pois, no caso do DF, a maior

¹ Entre as principais fontes de dados utilizadas temos a Secretaria de Estado de Segurança Pública do Distrito Federal, que disponibiliza estatísticas criminais mensais, descrevendo os tipos de crime e a localidade onde ocorreram. E também o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que apresenta dados sobre todo o país, além de análises temáticas relacionadas à juventude, gênero e raça. Além destas, existem outros estudos e fontes que auxiliam no mapeamento da violência no Distrito Federal, como trabalhos acadêmicos tratados no capítulo 02.

² Segundo definições do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, os Crimes Violentos Letais Intencionais - CVLI são Homicídios Dolosos, Latrocínios e Lesões Corporais Seguidas de morte.

parte dos registros se localizam em algumas Regiões Administrativas e as principais vítimas são os jovens negros de bairros periféricos. Trata-se, ainda, de um perfil muito similar a outros encontrados no restante do país. No mapa abaixo, elaborado pela própria Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, é possível notar um acúmulo maior de número de homicídios em algumas localidades.

Mapa 01 – Crimes Violentos Letais Intencionais no DF - 2019



Fonte: Subsecretaria de Gestão da Informação – SGI/SSP, 2019.

Esse mapa demonstra como é realizada a divisão territorial do DF em Regiões Administrativas. Incomumente, o território distrital não está dividido em bairros ou mesmo em cidades, ao contrário, a separação foi construída ao longo dos anos, levando em consideração fatores históricos, geográficos e culturais. Ao todo o DF conta com 33 Regiões Administrativas, que são administradas localmente por figuras políticas indicadas pelo Governador do DF. Ao contrário do que ocorre nos demais estados da federação, o DF só conta com o governo distrital, não havendo a figura do prefeito, como é o caso dos municípios. Algumas destas Ras remontam à formação do DF, como é o caso do Plano Piloto, Lago Sul e Lago Norte, e outras mais recentes, como é o caso do Sol Nascente/Pôr do Sol. Como é possível observar no mapa, há uma preponderância dos Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLIs nas Regiões Administrativas de Itapoã, Sobradinho, Fercal, todas situadas na região Leste, e de forma pontual nas Regiões Administrativas do Setor de Indústria e Abastecimento - SIA e da Estrutural. É importante destacar que este mapa é

construído a partir de taxas de homicídios por cem mil habitantes, tornando a realidade das cidades mais comparáveis. Entretanto, sua própria elaboração, que nos informa da alta taxa de homicídios no SIA, por exemplo, não dá conta da complexidade do fenômeno dos homicídios na área, especialmente se considerarmos ser uma área com poucas residências. A alta taxa de homicídios estaria, assim, relacionada à baixa densidade populacional vinculada à existência de um Centro de Progressão Penitenciária na área, fazendo com que ocasionalmente ocorram alguns homicídios. Dada a baixa quantidade de residências, as taxas deste setor serão conseqüentemente altas. Em contrapartida, a zona central do Distrito Federal, onde estão as áreas mais nobres da cidade, possuem um baixo número de homicídios, chegando a taxas quase iguais a zero. Essa perspectiva demonstra algumas particularidades comuns à divisão territorial da cidade, pois, ainda que planejada, contou com a ocupação desordenada de alguns territórios, além de políticas de exclusão sócioespacial muito marcadas.

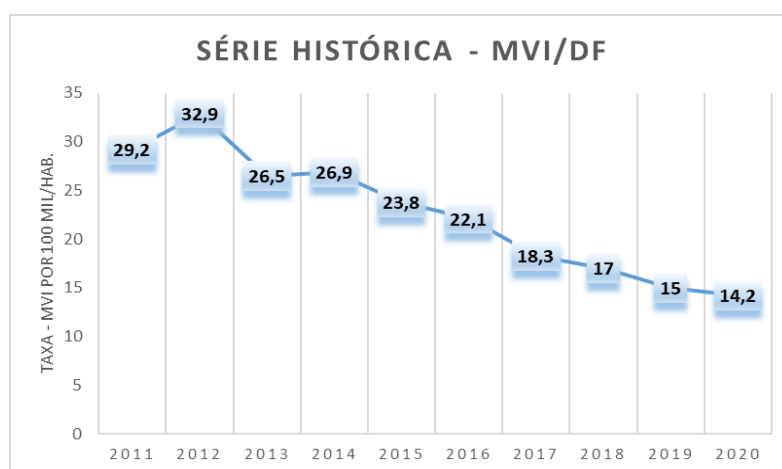
Esse mapa nos dá uma importante noção da quantidade de informações e sentidos possíveis relacionados à interpretação da violência no cotidiano das cidades. Há uma variação de homicídios que vai desde 0,0 de taxa até 153,4 homicídios por cem mil habitantes, demonstrando uma multiplicidade de fenômenos relacionados à violência no DF, aos seus condicionantes geográficos e, conseqüentemente, à organização da vida social e política que permeia a cidade. Nota-se ainda que esta capilaridade da violência não se apresenta da mesma forma em todas as regiões, especialmente se considerarmos alguns municípios do entorno³ goiano. O que podemos observar é uma variedade em relação às taxas de CVLIs, aos locais de ocorrência, à sua relação com os grupos sociais envolvidos e, em última instância, seu direcionamento político e econômico, pois nossas representações sobre a violência intermediam também as ações que serão direcionadas a estes lugares. Neste sentido, é importante destacar que, mesmo no plano político, as representações simbólicas que se fazem desses espaços violentos parecem ter um impacto maior na elaboração de políticas públicas.

No caso do Distrito Federal, outro aspecto que diverge dessa compreensão de capilarização e ascendência contínua da violência, é uma significativa redução de taxas de criminalidade na cidade. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, elaborado

³ Considera-se Entorno do DF todas as cidades que estão próximas e que, de alguma forma, estabelecem uma relação de interdependência com a capital. Esses municípios são definidos pela Lei Complementar 94/1998, que cria e define a Região Integrada de Desenvolvimento do DF e do Entorno.

pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública no ano de 2020, o Distrito Federal apresentou uma redução nas Mortes Violentas Intencionais⁴ (MVI), de 235 casos em 2019, para 230 no mesmo período de 2020. No gráfico a seguir é possível notar uma redução no número de Mortes Violentas Intencionais, que se apresenta de uma forma contínua desde o ano de 2014. Além disso, também foram observadas reduções em outras taxas criminais, como nos crimes patrimoniais de roubo e furto.

Gráfico 01 – Série histórica de Mortes Violentas Intencionais



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (Anuários de 2019 e 2020).

Elaboração própria.

Essa série histórica de MVI, de 2011 até 2019, demonstra uma redução de 48,5% dos casos. Dentre os crimes que formam as Mortes Violentas Intencionais (MVI), apenas o latrocínio registrou um aumento, contudo, foi o crime que recebeu maior cobertura da mídia local à época da divulgação do relatório⁵ do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Nesta compreensão de uma realidade construída a partir de discursos, retóricas e percepções mais do que dados, é importante destacar o papel que os veículos de mídia têm na construção da realidade. Afinal, estes “detêm um quase monopólio da informação, levando a situações nas quais, para numerosos segmentos sociais, o conhecimento da realidade é identificado às informações produzidas pelos media” (PORTO, 2010, p. 17). Deste modo, ainda que se demonstre uma realidade menos violenta, ou mesmo com

⁴ Para fins de análise, o FBSP considera as Mortes Violentas Intencionais como um acúmulo dos CVLIs, além dos números de policiais civis e militares vítimas de CVLI e as mortes decorrentes de intervenção policial, em serviço ou fora dele.

⁵ COUTO, A. Distrito Federal registra o maior aumento de latrocínios no Brasil. Jornal Metrôpoles. <https://www.metropoles.com/distrito-federal/distrito-federal-registra-o-maior-aumento-de-latrocínios-no-brasil>

Crimes de latrocínio aumentam mais de 100 no DF. DFTV/G1. <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/bom-dia-df/video/crimes-de-latrocínio-aumentam-mais-de-100-no-df-este-ano-8383392.ghtml>

reduções significativas nas estatísticas criminais, ganha notoriedade apenas o aumento, criando uma violência espetacularizada que, por vezes, se afasta daquela real (PORTO, 2010). Este aspecto ganha ainda mais notoriedade com o avanço das mídias sociais e a produção desenfreada de notícias sobre todos os acontecimentos na cidade. Se nas estruturas de jornais tradicionais, ainda que de viés sensacionalista, as informações precisam esperar até o momento de serem apresentadas ao público, nas mídias sociais as notícias são dadas a todo instante. Em uma busca quase que incessante de noticiar o agora, informações são bombardeadas a todo momento, criando uma avalanche de acontecimentos a serem compartilhados pelos indivíduos. E é neste mesmo sentido que a frase de Caetano Veloso ganha uma nova roupagem, afinal, “*quem lê tanta notícia?*”. Os incontáveis números de atualizações não se seguem de leituras retidas, ou mesmo de textos extensos. É preciso passar a informação de que algo aconteceu, ainda que de forma superficial.

Isto posto, a redução das taxas de criminalidade e da ocorrência de certas violências parecem não interferir nas percepções que fundamentam o medo do crime, que permanece latente e orienta as práticas adotadas por indivíduos em seu cotidiano. Como colocado por Costa e Durante (2019), isso se deve especialmente ao fato de que o “medo do crime não é simplesmente o resultado da criminalidade ou das imagens e notícias produzidas pela mídia”, ainda que essas possam impactar, ele “diz respeito a sentimentos difusos de ansiedades e incertezas que são resultado das transformações sociais das sociedades pós-modernas” (COSTA, DURANTE. 2019, p. 239). Portanto, as próprias transformações sociais fruto da contemporaneidade colocaram em cheque a existência tradicional da sociedade, modificando e desestruturando certos aspectos que antes eram considerados alicerces das sociedades. Ainda neste sentido, compreendendo que essa realidade descrita forma o senso comum compartilhado pelo todo, este “acervo social” (BERGER; LUCKMANN, 2017) que não diz respeito apenas às práticas individuais, também orienta as ações tomadas pelas instituições, fundamentalmente aquelas responsáveis pela promoção do controle social, como a justiça criminal. Como colocado por GARLAND (2014):

Em que pese o fato de o crime possuir distribuição social bastante desigual, e dos riscos de vitimização estarem desproporcionalmente concentrados nos distritos urbanos mais pobres, o crime agora é vastamente experimentado como um fato primordial da vida moderna. Para a maioria das pessoas, especialmente aquelas que vivem nas cidades e nos subúrbios, o crime não é mais uma

aberração ou um evento inesperado, anormal. Ao revés, a ameaça do crime se tornou um aspecto rotineiro da consciência moderna, uma possibilidade sempre presente que se deve sempre “ter em mente” (2014, p. 244).

É neste emaranhado complexo de situações e compreensões coletivas que se desdobram as representações sobre violência, o mundo do crime, seus autores e vítimas, e também se estabelecem as medidas a serem tomadas para *resolver* todos os problemas decorrentes. Frente a isto, as ações construídas em países com altas taxas de criminalidade, como os descritos por David Garland em seu trabalho *A cultura do controle* (2014), passam a atribuir a responsabilidade quase que exclusiva do controle do crime para o Estado. Esta concepção se estabelece através de um desenvolvimento histórico do próprio Estado e da sociedade, que passa a confiar a esta entidade a gestão sobre a vida de seus cidadãos e territórios. Na vanguarda deste enfrentamento estatal estão, justamente, as instituições policiais. Em um trabalho quase que exclusivo, fica restrito às instituições policiais o combate ao crime e, por consequência, a produção de uma sociedade mais *segura*. Em um lado oposto à desordem da vida cotidiana estariam as instituições policiais, prontas a acabar com os *bandidos* e impedir condutas delituosas. No caso brasileiro, especificamente, onde não há um ciclo único de polícia e o trabalho destas instituições se dividem em duas frentes: investigativo e ostensivo, as polícias militares são a ponta deste atendimento à população e “tem estado na linha de frente desta batalha perdida” (GARLAND, 2014, p. 254).

Diante dessa realidade social obscura, onde medo do crime, taxas criminais e classes “perigosas”⁶ se misturam a um tecido social fragmentado, as policiais aparecem como uma importante ferramenta de solução, ou de perpetuação de problemas. Suas práticas têm efeitos diretos no cotidiano dos cidadãos e, de forma direta, no medo do crime. Destarte, compreender a polícia é, também, interpretar parte desta intrincada relação de controles sociais, exclusões e violências, e seus desdobramentos na vida social. Neste sentido, esta dissertação é fruto de um esforço para entender o que é e o que faz a Polícia Militar do Distrito Federal. Este trabalho é resultado de um processo de reflexão que acabou se tornando minha agenda de pesquisa, considerando minhas inserções enquanto pesquisadora de segurança pública. Assim, o objeto de análise será a produção dos conceitos e interpretações dos policiais do Grupamento Tático Operacional – GTOP, a

⁶Conceito descrito por Lícia Valladares (1981) para descrever o surgimento de uma classe de indivíduos, ligada ao processo de urbanização, pobreza e exclusão social (CARUSO, 2016)

respeito da juventude, da criminalidade e do território onde trabalham. Buscando assim compreender a forma como esses trabalhadores orientam e classificam sua prática cotidiana, criando um ambiente minimamente previsível.

É notável que a agenda de pesquisa em Segurança Pública tem se tornado importante, especialmente por ser, antes de mais nada, *um problema social*. O fato da problemática sociológica ser antecedida de um problema social norteou, por muito tempo, boa parte dos estudos sociais no tema. Especialmente quando se fala em violência urbana, as agendas de pesquisa da área parecem se voltar para uma necessidade social urgente de interferir na realidade e, na medida do possível, oferecer possíveis soluções, diagnósticos ou saídas a um problema tão grave. Contudo, respeitando as especificações destes tipos de trabalhos, o que me proponho a fazer aqui é uma reflexão para além desta realidade interpretativa. Obviamente, o papel de *braço armado do Estado* é inerente às instituições policiais e tem um profundo impacto na definição da função policial e na formação de seus integrantes, na construção de seu cotidiano e de sua realidade simbólica.

Entretanto, as inserções em campo mostraram que, para além deste papel, a instituição e seus indivíduos possuem uma série de outras implicações, outros anseios, significações e moralidades. Não é possível reduzir a polícia militar a este único papel de braço armado, até porque este monopólio legítimo da violência, que caracterizaria classicamente as polícias, por vezes não se apresenta nem como um monopólio, tampouco, como algo legítimo. Afinal, como colocam Muniz e Silva:

Mas, para sustentar alguma legalidade para a decisão policial, é preciso negociar, no ato das ocorrências, alguma instância de legitimidade. E isso significa afirmar, (re) construir e até mesmo resgatar o assentimento público, ali representado pelas partes, em situações que expressam ordens distintas de resistência ao exercício da autoridade policial. [...]. Faz-se necessário repactuar o consentimento social ao mandato de polícia, rememorando e afirmando, pela decisão policial em contexto, a anterioridade política, social e legal de seus termos. Para policial, a polícia precisa dispor de – e, ao mesmo tempo, constituir – algum nível de reconhecimento e autorização. (MUNIZ; SILVA. 2010. P. 561)

Ou seja, o próprio esteio da definição da função policial enquanto braço armado do Estado, que residiria em uma legitimidade existente *a priori*, não se confirma no dia a dia desses trabalhadores. Ao contrário, o que temos são constantes momentos de negociação que se realizam entre polícia e população. Em espaços de cidadania fragmentada, onde a adequação ao mundo legal se faz de forma discricionária, o trabalho policial é constantemente questionado, barganhado e agenciado, a fim de produzir o maior consentimento e aceitação da autoridade policial e sua corroboração enquanto autoridade

que pode não só intervir, mas resolver os conflitos em questão.

Posto isso, meu empenho se dará em tentar demonstrar como estes policiais, inseridos neste contexto enquanto trabalhadores, responsáveis por manter a ordem e *combater o crime*, traduzem suas experiências e vivências em conhecimentos compartilhados, em símbolos próprios e conceitos criados a partir do seu cotidiano. Meu objetivo é pensar a realidade da instituição a partir dos termos de seus próprios membros, ou seja, como estes interpretam o mundo ao seu redor, seu trabalho, suas relações.

Destarte, este trabalho está dividido em quatro capítulos. No primeiro capítulo são apresentadas as questões iniciais que me trouxeram até essas reflexões, como os caminhos que trilhei enquanto socióloga, assim como os resultados encontrados nas pesquisas que precedem esta análise, a escolha teórico-metodológica e os impactos da pandemia de Covid-19 - não apenas na elaboração da dissertação, mas também no próprio trabalho policial. Em um segundo momento, abordo o desenvolvimento da Polícia Militar do Distrito Federal, e sua relação paradigmática com a construção da capital. Afinal, ainda que a própria cidade de Brasília tenha pouco mais de 60 anos, a PMDF se apresenta enquanto uma instituição bicentenária, que remonta à Guarda Real de Polícia criada por Dom João VI ainda no início do século XIX. É interessante perceber como esta escolha pela manutenção da polícia da antiga capital produz um apagamento na história da construção de Brasília e de sua primeira instituição policial, a Guarda Especial de Brasília - GEB.

Adiante, no capítulo 03, apresento um breve resumo dos trabalhos realizados pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília que têm como objeto a Polícia Militar do DF. Trata-se do resultado de uma pesquisa feita junto ao repositório da Universidade de Brasília, que traz um levantamento de todos os trabalhos relacionados ao tema. Meu objetivo neste capítulo é compreender o que nós, cientistas sociais, antropólogos (os) e sociólogos (os) produzimos a respeito da PMDF até o momento. É importante destacar que, a UnB nasce coma cidade de Brasília e, teoricamente, com a instituição policial, proporcionando assim uma visão histórica muito interessante a respeito das instituições e do desenvolvimento desta agenda de pesquisa.

O capítulo 04 trará as reflexões relacionadas ao trabalho do Grupamento Tático Operacional propriamente dito. Considerando que as pesquisas que orientaram esse

trabalho trouxeram uma problemática de pesquisa, que exigiu uma maior reflexão sociológica, ultrapassando seus desenhos iniciais. Durante as pesquisas de campo realizadas⁷, que serão descritas adiante, foi possível observar o esforço desses policiais para atribuir significado ao trabalho, superando as incongruências comuns à sua prática, construindo conceitos e tentando, na medida do possível, criar previsibilidade em meio ao cotidiano de incertezas, definidor do trabalho policial. Este capítulo traz, portanto, a análise da construção dessas concepções, que encontram seu fundamento na vida simbólica.

Por fim, as considerações finais mostram o resultado deste empenho em pensar as instituições policiais a partir de seus próprios termos. Pensar a polícia é, portanto, pensar a realidade destes trabalhadores sem considerar apenas o resultado – esperado ou não – de seu trabalho. É refletir acerca da posição que estes indivíduos ocupam no mundo que os cerca, nas moralidades implicadas nas tomadas de decisões, nos afetos envolvidos no trabalho e nas relações dialéticas que se interpelam entre estes sujeitos e a sociedade.

⁷ Sociabilidades juvenis na periferia do Distrito Federal: um estudo comparado sobre a relação entre jovens e policiais no Jardim Roriz (Planaltina) e Sol Nascente (Ceilândia) e Policiamento e relações raciais: um estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime.

Capítulo 01 – Os caminhos da pesquisa.

Os estudos policiais ocupam uma agenda cada vez mais relevante nas Ciências Sociais. Seja nos espaços acadêmicos ou na elaboração de políticas públicas, a Sociologia tem contribuído de forma contínua para a reflexão acerca do trabalho policial e seu impacto na constituição da nossa sociedade. Desde os anos 1990 houve um aumento significativo nas obras relacionadas à temática policial, ainda que o tema não se apresentasse como o principal objeto nos primeiros estudos da Sociologia da Violência, área que abordou de forma primária as instituições policiais (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2017). Houve, com o passar dos anos e a urgência desta agenda, um grande empenho para o desenvolvimento da temática. Contudo, o expressivo aumento nos trabalhos ainda não superou alguns desafios da área, ainda é preciso ressaltar a necessidade de nos debruçarmos sobre uma “ciência social da polícia que se ocupe de desenvolver teorias e metodologias considerando as especificidades da realidade policial” (MUNIZ; CARUSO; FREITAS, 2017, p. 150). Em comparação a áreas mais consolidadas da Sociologia, os estudos policiais ainda têm um longo caminho pela frente, pois sua inserção enquanto objeto propriamente dito é relativamente recente e carrega uma série de problemáticas de pesquisa. Afinal, como apontam Muniz, Caruso e Freitas (2017):

Reduzida a uma instrumentalidade, a polícia não aparecia como algo em si mesmo, uma realidade complexa e singular a ser desvendada. Não havia muito o que conhecer na polícia. Bastavam a sua caracterização como “aparelho repressivo do Estado”, a apuração e a denúncia dos efeitos perversos de sua ação. Portanto, os olhares de fora, de cima e ao redor da polícia. (2017, p. 151).

Por um longo tempo os estudos sociais reduziram as instituições policiais ao seu papel de operadora da violência do Estado, uma força repressiva que não poderia ser pensada para além do seu lugar enquanto perpetuadora de uma ordem social excludente. Seus agentes foram considerados, a partir deste lugar, vistos como nefastos propagadores da violência do Estado, sem considerar nenhuma outra nuance do trabalho policial ou mesmo das subjetividades dos agentes envolvidos. Esta inserção inicial das instituições policiais nas agendas de pesquisa sociológica, consideradas exclusivamente enquanto violadoras, deixa de lado uma série de significações que envolvem o trabalho policial. Esta abordagem desconsidera os interesses individuais, as moralidades envolvidas e, até certo ponto, o próprio papel que a polícia ocupa nas sociedades contemporâneas. Entregando às polícias a exclusividade da violência social, desconsideramos uma série de implicações relacionadas ao tema, não apenas do ponto de vista da produção da segurança pública, mas

também nas diversas esferas em que se produz a violência. Ou seja, não pensamos os outros resultados do trabalho policial, como a produção de uma intervenção autorizada e uma justiça simbólica (BAYLEY, 1994), ou mesmo a promoção da sensação de segurança na população (COSTA; DURANTE. 2019). Fato é que as polícias ocupam um papel fundamental em uma sociedade democrática, e relegar toda sua complexidade a um único papel de promotora da violência é negligenciar um aspecto importante da vida social. Em contrapartida, considerar a polícia enquanto única fonte de violência do Estado, dado seu caráter mais visível, preteriu outras instituições a um lugar menos aparente. A escola, a igreja, as famílias, por exemplo, são raramente abordadas a partir do seu lugar enquanto propagadoras de violências. Ao contrário, elas aparecem mais como um lugar onde as violências apenas aparecem, sem que seu papel enquanto instituição de controle seja considerado.

É justamente neste sentido que um esforço teórico para compreender as instituições e seus agentes a partir de seus próprios termos se torna extremamente necessário aos estudos policiais. Afinal, ainda que estejam tão presentes nos cotidianos das sociedades, seu papel é analisado principalmente sob o enfoque relacional com jovens, com a criminalidade ou apenas em contextos de violência. A instituição policial por si só não está tão presente na produção sociológica, ainda é preciso construir uma *ciência social da polícia* (MUNIZ *et al.*, 2018, p. 169). Afinal, como também salienta Monjardet, “[...] não existe sociologia da polícia, mas uma sociologia dos usos da força e da legitimação do recurso à força nas relações políticas (isto é, nas relações sociais em que uma instância política é protagonista” (MONJARDET, 2002, p. 14). Assim, é necessário se desvencilhar parcialmente destas visões onde a polícia aparece de forma periférica e colocá-la no centro da análise sociológica, interpretando não apenas seu local na sociedade, mas também as representações que estes indivíduos trazem de si, dos outros, as formas como (re)significam o mundo ao seu redor e interagem com ele. Destaco que isto não significa, necessariamente, ignorar a função social da polícia, sua relação com a criminalidade ou mesmo com a violência. O que saliento aqui é a necessidade de pensá-la para além disso, e não a restringir a esse lugar, ou mesmo a essas ações.

Ainda que se compreenda sua realidade, meu esforço tem sido pensar a polícia para além de seu lugar de *braço armado* do Estado, para além da simples interpretação de uma instituição de controle social, responsável pela aplicação da lei. É preciso observar os atores que nela atuam também como um conjunto de trabalhadores que executam uma

atividade laboral, que possuem interesses específicos, subjetividades, desejos e expectativas, e estão inseridos em uma série de condições para execução de seu trabalho. Sem desconsiderar, também, uma série de circunstâncias que se colocam ao trabalho policial e a própria execução do controle social, pois, mesmo que se tenha receio de adentrar em discussões sobre controle social e seu caráter impositivo, é indispensável pensar a sociedade a partir de tais aparelhos. Afinal, a ordem social é condição para a existência da própria sociedade. Pois, ainda que se identifiquem algumas destas construções como sendo hierarquizadas e autoritárias, o que podemos perceber é que as sociedades se organizam a partir de estruturas e relações sociais e estas são mantidas por regras e ordens devidamente expressas. Portanto, a existência da própria sociedade pressupõe a existência de mecanismos de coerção e de controle social. Assim, a escola, a família, o trabalho e várias outras instituições operam no sentido de controlar estes indivíduos e adequá-los à estrutura social previamente existente. Contudo, não podemos assumir que estas estruturas de controle são um dado natural ou mesmo que estas se estabelecem sem que existam desigualdades, disputas e outras condicionantes. E, também, que a polícia executaria apenas este papel de controle da sociedade, desconsiderando uma imensa gama de atividades realizadas pelos policiais.

Ainda neste sentido, as instituições policiais configuram como um objeto de estudo importante e que carece de análises mais apuradas. Este trabalho visa compreender como se constrói essa relação entre polícia e sociedade, destacando a percepção dos próprios policiais a respeito do seu cotidiano. Me proponho, portanto, a pensar a polícia a partir de seu lugar triplo, como considera Monjardet, como um instrumento de poder, um serviço público e uma profissão, que desenvolve práticas e interesses próprios (2002). Foco principalmente na atividade prática dos policiais, em especial do Grupamento Tático Operacional da Polícia Militar do Distrito Federal. O interesse em pensar o trabalho prático destes policiais se deu, justamente, pela realização dos trabalhos de campo e a centralidade que estes indivíduos colocavam no trabalho de rua, considerado o *verdadeiro trabalho policial*.

Além deste esforço teórico, de forma muito particular, as pesquisas em instituições policiais costumam exigir alguns esforços diferentes dos pesquisadores, além de uma dedicação em se fazer “pertencer” a este espaço tão isolado, machista e privado aos seus membros. Como colocado por Goldenberg, “[...] o bom resultado da pesquisa depende da sensibilidade, intuição e experiência do pesquisador” (2004, p. 53). As pesquisas com

polícia costumam exigir negociações, calma e imparcialidade por parte dos pesquisadores, em especial das mulheres. O que não significa concordância ou mesmo uma aproximação ideológica, apenas uma abertura necessária à interação entre os agentes em campo. Além de exigir certo conhecimento sobre o mundo da polícia, e, neste caso, dos militares. Conhecer o quartel, a patente, a viatura, todos estes signos que são tão comuns à vida em sociedade, mas que poucas vezes despertam o interesse. No meu caso, contei com uma inserção ainda jovem, justamente por ser filha de militar e ter passado toda a vida escolar em uma instituição militar. A farda, a ordem unida, a continência, a hierarquia e uma série de outros símbolos muito particulares à vida da caserna, não soaram tão estranhamente e, por algum tempo, estes símbolos compartilhados foram, inclusive, uma espécie de moeda de troca nos espaços dos quartéis. Durante um certo tempo foi comum usar meus anos de aluna em uma escola militar para negociar minha entrada e aceitação pelos policiais, especialmente para me opor ao lugar de aluna da Universidade de Brasília. Pesquisadoras de universidades públicas de cursos de humanas não costumam ser bem vistas por policiais.

A coleta de dados primária, feita a partir da execução de entrevistas e grupos focais durante as pesquisas⁸ que embasam essa dissertação, foi realizada por pesquisadoras civis, da Universidade de Brasília. Sejam os trabalhos de campo feito em dupla, ou aquelas que realizei sozinha, durante a construção das pesquisas sobre Sociabilidades juvenis e Policiamento e relações raciais, aconteceram no espaço do quartel, onde fomos bem recebidas, a exceção de um grupo focal⁹. Ainda que a gentileza imperasse nos grupos focais, é notável o cuidado que os policiais entrevistados tiveram ao nos falarem sobre seu trabalho, suas convicções ou mesmo suas críticas à instituição. Não houve um momento de completa confiança ou mesmo de total abertura, justamente porque há sempre um receio de abrir este conjunto de conhecimentos particulares ao grupo externo. Ou seja, temos contato com uma parcela da representação que estes indivíduos fazem de seu dia e que, de maneira valorativa, acreditam ser importante para o conhecimento externo. O que

⁸ As pesquisas resultaram nos seguintes trabalhos: Relatório técnico *Sociabilidades juvenis na periferia do Distrito Federal*, onde o trabalho de campo realizado com policiais foi feito pelas pesquisadoras Haydée Caruso, Andresa Sena e Marina Paz; e o livro *Policiamento ostensivo e relações raciais*, cujo trabalho de campo com policiais foi realizado também pelas pesquisadoras Haydée Caruso, Andresa Sena e Marina Paz.

⁹ Em apenas um dos grupos focais os policiais não mostraram interesse em participar da pesquisa, respondendo maior parte das perguntas de forma ríspida e se recusando a informar seus nomes, ainda que a pesquisa fosse anônima. Ao contrário dos outros grupos focais, este foi realizado nos fundos da garagem do quartel, criando problemas de interrupção e barulhos externos.

se apresenta é, então, o resultado desse julgamento que os próprios policiais fazem sobre o que deve ou não ser distribuído ao conhecimento *dos paisanos*, em especial, às pesquisadoras. Assim, esta dissertação é o resultado da análise do material coletado em campo durante as pesquisas, e que não puderam ser trabalhados naquele momento, por fugirem do desenho esperado.

1.1. Apresentação do campo.

Em maior ou menor medida, as instituições policiais estão presentes em nosso cotidiano e sua ação tem importantes impactos na gestão do medo – ainda que seu desempenho no combate ao crime não seja primoroso. Um estudo produzido e publicado pelo IPEA¹⁰, sobre as percepções dos brasileiros acerca da prestação de serviços na área de Segurança Pública, apontou acentuada sensação de insegurança e baixo grau de confiabilidade nas organizações policiais por parte da população (JÚNIOR, 2011). Conforme apontou a pesquisa, nove em cada dez brasileiros declararam ter medo de serem vítimas de homicídio e mais de 70% apresentaram pouca ou nenhuma confiabilidade nos trabalhos das Polícias Cíveis e Militares. Os dados nacionais demonstram uma importante conexão entre o trabalho policial, a forma como este é desempenhado e percebido pelo público atendido. Como dito anteriormente, as práticas de policiamento visam o controle da população e a manutenção da ordem, que por vezes é realizada de forma inadequada ou truculenta. Nestas situações a polícia costuma aparecer como uma instituição responsável pela promoção do medo, muito mais do que uma corporação que representa o Estado e promove a segurança pública.

Contudo, pesquisas realizadas no Distrito Federal parecem demonstrar outra relação entre a população e a polícia militar. Segundo dados apresentados por Costa e Durante, “as pessoas que percebem a presença de policiamento nas vias públicas, especialmente a pé, sentem menos medo” (COSTA; DURANTE, 2019, p. 09), portanto, as patrulhas são um importante fator de promoção da sensação de segurança do DF. Estes patrulhamentos, por sua vez, se desdobram em diversos resultados nas sociabilidades dos indivíduos, na ocupação de espaços públicos e, também, na estrutura da sociedade. Ao

¹⁰ Ver: JÚNIOR, A. O. *SISP – Segurança Pública. Confiança e percepção das polícias*. In: IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social (SISP). IPEA, 2011.

perceber que a segurança está sendo oferecida de forma satisfatória pelas instituições, os indivíduos reforçam suas crenças nas capacidades administrativas estatais e suas relações com as “classes perigosas”, deixam de ser permeadas por uma sensação contínua de ameaça, medo e insegurança. Tais dados nos mostram que, a despeito da realidade nacional, o que acontece no DF parece destoar do restante do país. Abre-se aqui um campo de pesquisa muito fértil e ainda pouco explorado, com questões a serem pensadas.

Neste sentido, o Distrito Federal se tornou objeto de duas pesquisas, que formam o corpus de análise destes trabalhos, e que foram realizadas entre os anos de 2018 e 2020. A primeira pesquisa foi elaborada ainda em 2018, intitulada *Sociabilidades juvenis na periferia do Distrito Federal: um estudo comparado sobre relação entre jovens e policiais no Jardim Roriz (Planaltina) e Sol Nascente (Ceilândia)*. Esse trabalho foi encomendado pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal – SSP/DF e contou com o financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP/DF. Sob coordenação da Prof.^a Dr.^a Haydée Glória Cruz Caruso, foram realizadas pesquisas de campo junto aos jovens e policiais de duas Regiões Administrativas do DF.

O trabalho tinha como principal objetivo “compreender as sociabilidades juvenis de territórios periféricos do Distrito Federal a partir da imersão em campo em escolas públicas do Sol Nascente (Ceilândia) e Jardim Roriz (Planaltina)” (CARUSO *et al*, 2019, p. 1). As pesquisas foram feitas em duas Regiões Administrativas diferentes, que apresentavam um desenvolvimento histórico muito distinto e também lógicas de organização muito particulares. Enquanto Planaltina tem seu surgimento ligado à busca pelo ouro ainda no século XVIII, Ceilândia é construída após Brasília, e tem como objetivo receber os *indesejáveis* da capital. São construções históricas e geográficas muito distintas, que impactam principalmente na relação entre a polícia e a comunidade local. Um dos primeiros aspectos que mais destoam de uma localidade para a outra é a própria sensação de pertencimento dos policiais. Enquanto a cidade de Ceilândia conta com a presença de policiais de diversas RAs, como Guará, Taguatinga, Águas Claras, além de moradores da própria Ceilândia, os policiais de Planaltina eram todos moradores da área. Com um sentimento de orgulho visível, todos se identificaram como *nascidos e criados* em Planaltina, reforçando seu pertencimento e, acima de tudo, sua relação paternalista com o trabalho desempenhado ali. Por diversas vezes os policiais reforçaram que trabalhar na área representava cuidar de suas próprias famílias, dos amigos, dos vizinhos, *dos seus*.

Assim, durante o ano de 2018 foram realizadas oficinas, grupos focais e intervenções junto a alunos dos anos finais do ensino fundamental e anos iniciais do ensino médio, em escolas públicas dos dois bairros. Por se tratar de uma pesquisa realizada em contextos periféricos, onde a juventude observada é a parcela da sociedade mais vulnerável à violência, o trabalho de campo se estendeu também às instituições policiais. Portanto, foram realizados grupos focais e entrevistas com policiais militares e civis responsáveis pela segurança pública nas áreas observadas. É importante destacar que estas instituições se apresentam como principais fontes de controle social e suas relações com estes jovens se dão sob os mais diversos espectros, sejam eles admiração, repulsa, conflito ou amparo. Fato é que estes contatos entre jovens e policiais são marcados por questões significativas de controle, de criminalização e suspeição.

Enquanto principais resultados encontrados durante o trabalho de campo junto aos jovens, evidencia-se a questão do território enquanto ponto de formação das identidades juvenis. Enquanto os jovens ceilandenses têm sua relação com o território marcada por uma sensação de pertencimento, de livre deslocamento, os jovens planaltinenses veem seu trânsito ser cerceado por disputas de controle de espaço, as chamadas “guerras”. Além dessas experiências, estas cidades também são marcadas por um forte estigma de violência urbana. Um sinal disto é a própria escolha destas localidades para participarem das pesquisas, em especial nas localidades selecionadas pela Secretaria de Segurança Pública. Destaco aqui alguns aspectos que vieram à tona logo nas primeiras idas a campo. No caso de Planaltina, os jovens, os professores e até mesmo os policiais, questionaram a escolha do local. Para eles, a pesquisa deveria ser realizada no Pombal e não no Jardim Roriz, demonstrando que a percepção que a SSP-DF tinha do território não condizia com a realidade percebida pelos policiais ou pelos jovens. Outro aspecto a ser ressaltado diz respeito à escolha da própria cidade de Ceilândia. Apesar de ter o maior número absoluto de homicídios, trata-se de uma cidade com quase meio milhão de habitantes, que há muito não está entre as mais violentas do DF.

Segundo dados produzidos pela própria SSP-DF¹¹, que encomendou a pesquisa e selecionou as áreas que seriam pesquisadas, as cidades de Ceilândia e Planaltina não são as mais violentas do DF desde o ano de 2015. Ao contrário, durante os anos que antecedem a execução da pesquisa e seu desdobramento, apenas a cidade de Planaltina aparece duas

¹¹Ver Anexo 01 – Série histórica dos crimes violentos letais intencionais no DF.

vezes entre as RAs com maiores taxas de CVLI. Conforme a tabela seguinte:

Tabela 02 – Maiores taxas de CVLI do DF – 2015 a 2019

Ano	RA 1	Taxa	RA 2	Taxa	RA 3	Taxa	CEI	PLA
2015	Estrutural	64,07	Paranoá	52,06	Santa Maria	47,15	24,11	32,73
2016	Paranoá	69,48	Estrutural	46,18	São Sebastião	43,65	18,75	33,95
2017	Estrutural	46,10	Planaltina	32,55	São Sebastião	31,55	16,79	32,55
2018	Brazlândia	44,38	Estrutural	43,73	Planaltina	27,09	16,68	27,09
2019	Estrutural	52,37	Itapoã	38,61	Sobradinho	28,12	18,61	23,74

Fonte: SGI/SSP-DF Elaboração: Marina Paz e Yacine Guellati

É possível notar que a cidade de Ceilândia não esteve entre as mais violentas do DF em nenhum momento. Contudo, a cidade Estrutural aparece em todos os anos e varia sua colocação entre a primeira e a segunda maior taxa de CVLI dos anos referidos. Ainda assim, em nenhum momento a cidade aparece como foco das políticas de pesquisa do Estado e, como veremos adiante, da própria academia. Outro fator interessante é o desmembramento do Sol Nascente/Pôr do Sol, que deixaram de ser parte do território da Ceilândia em 2020 e se tornaram uma Região Administrativa independente, passando assim a possuir sua própria taxa de homicídios. Em seu primeiro ano como RA, Sol Nascente/Pôr do Sol tiveram uma taxa de homicídios de 30,2 por cem mil habitantes, mais de duas vezes maior que a taxa do DF de 13,0. A RA teve a segunda maior taxa de homicídios, atrás apenas da Estrutural, com 33,1 homicídios por cem mil habitante. É interessante notar que estes dados apenas nos informam uma parte do complexo processo de construção de uma sujeição criminal que se territorializa, nos termos de Michel Misse (2010). Afinal, especialmente no caso da Ceilândia, ainda que não esteja entre as cidades mais violentas, ela ainda carrega o estigma de ser a periferia construída para erradicação de invasões, violenta e insegura, que sempre estampa as capas de jornais.

A despeito de serem rotuladas como violentas, pelo *outro*, muitos jovens não interpretam a realidade destas cidades apenas pela ótica da violência, ainda que seja é inegável que esta visão impacte profundamente sua relação com o espaço, com desconhecidos, com outros bairros. Contudo, os jovens constroem processos constantes de resignificação, de manipulação desta identidade deteriorada e remodelação. Isso significa, em termos práticos, desconstruir essa vinculação quase que imediata que se faz destes territórios e de uma violência potencial. Além disso, por serem os próprios jovens alvo desta desconfiança, seu esforço em remodelar estas identidades e significações se tornam um exercício de preservação de si. Não ser confundido, não ser mal interpretado,

não ser mal visto, fazem parte de um esforço coletivo para se distanciar deste outro violento e potencial agressor.

Os jovens, por sua vez, também apontam uma relação dúbia com as instituições policiais. Ainda que durante o trabalho de campo a questão da violência policial tenha se feito presente, a principal queixa com relação à polícia, sobretudo a militar, se faz sobre a ausência destes personagens no cotidiano da cidade. Ou seja, na percepção dessas juventudes, a falta de policiamento e uma possível negligência por parte dos agentes do Estado se apresenta de forma mais latente que a própria violência policial. Dito isso, não se ignora a questão das abordagens policiais e sua agressividade, ao contrário, este é um dos pontos contraditórios nesta relação, pois os jovens interpretam que faltam aos policiais uma precisão durante a realização das abordagens. Ou seja, o problema não estaria na abordagem em si, mas nos indivíduos abordados, afinal, na visão dos alunos, a polícia não estaria perseguindo os “reais bandidos”. É justamente sob esta perspectiva que os jovens ceilandenses elaboram distinções para a categoria *peba*, entendida como objeto de suspeição social e policial. Para eles existiriam quatro categorias de pebas: aqueles **de verdade**, que seriam os indivíduos que, de fato, cometeram crimes; os **projetos de peba**, que seriam aqueles mais jovens, ou mesmo crianças, que estariam ainda em um estágio inicial da carreira criminal; os **pebas de atitude**, que somam atitudes criminais a uma forma específica de andar e de se vestir; e, por fim, os **pebas de estilo**, que não teriam nenhuma relação com a criminalidade, mas que se encaixariam em um modo de andar, se vestir e se portar característicos do que é *ser peba* (CARUSO *et al*, 2019). Esses conceitos não são corroborados pela visão policial, como veremos adiante. Ao contrário, na compreensão dos policiais, a categoria peba é unívoca e se refere a todo um grupo de jovens, com características similares, e que ocupam o espaço público¹².

Esta multiplicidade de categorias demonstra um esforço contínuo dos jovens em manejar um estigma que, por vezes, os abarca. Ainda que se diferenciem e busquem a todo momento um distanciamento destes indivíduos suspeitos, a realidade é que esses estigmas parecem se impor a esses jovens. Neste sentido, as entrevistas com policiais demonstram uma centralidade da imagem da juventude enquanto elementos suspeitos, que carecem de abordagens e controle. Especialmente no que diz respeito à ocupação dos espaços públicos, o esforço feito pelos jovens de ocupar a cidade não parece ser visto como algo

¹² Mais sobre a categoria *peba* ver: SILVA (1999); MONTEIRO (2020).

positivo pelos policiais. A ideia de “andar desocupado” chama a atenção por ser algo suspeito, ao passo que para os jovens, trata-se de uma opção de lazer, onde as identidades se formam, as relações de amizade se constroem e a diversão acontece. Além deste aspecto, chama a atenção o fato de muitos policiais inferirem haver uma íntima relação entre juventude e tráfico de drogas, como atestam as falas a seguir:

“Então assim, como eu falei, uma grande parcela da juventude é usuária de drogas e isso alimenta um grande comércio de drogas, e aí é isso que vai gerar os homicídios na Ceilândia” (Fala do policial - 2018_CEI_CBS)

“A QNR 05 é campeã desse tipo de situação. Um recrutamento atrás do outro e cada esquina você vê muito cara ali de vinte, vinte e poucos anos, e um monte de pequenininho. É de dar dó, porque a gente sabe que tá corrompendo” (Fala do policial - 2018_GFCEI_PM02)

“[...] os alunos geralmente da noite são tudo alunos remanescentes, de reprovação, entendeu, aí já tão lá, aí todos reconhecem. Na maioria das vezes, acho que 20% são usuários de droga que estudam né, que eles fumam maconha bem na porta das escolas, isso é uma coisa que é quase impossível de solucionar aí” (Fala do policial sobre os alunos do período noturno - 2018_GFPLAN_SA)

Por fim, a pesquisa ampliou uma interessante agenda de pesquisa, além de nos dar acesso a um campo ainda pouco investigado. Os jovens são os sujeitos mais vulneráveis à violência, além de estarem no centro das ações de controle social do Estado, seja por parte da polícia, seja por parte das próprias escolas. Suas percepções sobre o território, sobre suas sociabilidades e relações são fundamentais para compreendermos a cidade, as instituições policiais, as dinâmicas da criminalidade e a própria sociedade.

Ainda nesta agenda de investigação, foi realizada a pesquisa de *Policimento e relações raciais: estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime*, cujo objetivo era compreender as relações raciais e suas implicações no controle do crime. Este trabalho, de caráter nacional, foi coordenado pela Prof.^a Dr.^a Jacqueline Sinhoretto e localmente pela Prof.^a Dr.^a Haydée Caruso, e contou com o financiamento do CNPq. Trata-se de uma pesquisa comparativa entre Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul. A coleta e análise de dados foram realizadas durante os anos de 2018 e 2019, resultando em um livro de mesmo título, da coleção *Conflitos, Direitos e Sociedade* (INCT/InEAC). Por encararmos certas dificuldades de imersão em campo, especialmente por tratarmos da temática racial, foram utilizados os antigos contatos feitos ainda durante a pesquisa sobre sociabilidades juvenis. Assim, foram realizadas novas entrevistas e grupos focais com policiais militares, além de entrevistas com policiais negros, especialmente aqueles responsáveis pela elaboração de discussões institucionais sobre a

temática racial.

O principal objetivo dessa pesquisa era compreender como os policiais entendiam seu cotidiano, a partir da realização do policiamento ostensivo e das abordagens policiais. Há uma centralidade do trabalho ostensivo nas práticas policiais, essa sendo entendida como a atividade que dá visibilidade à instituição, que produziria um efeito de coibição do crime. Ainda que os atores entrevistados não saibam apontar fontes formais que apresentem tal definição, há um consenso com relação à noção de policiamento ostensivo. Para os comandantes de batalhões e os policiais responsáveis pela execução do trabalho de ponta, a ostensividade está relacionada à sua visibilidade, ou seja, uma capacidade de *ser visto*, não apenas pela população, mas também por indivíduos que possam vir a cometer crimes. Assim, este trabalho teria como finalidade o controle do crime e, de maneira menos latente, a produção de uma sensação de segurança.

Dentre as ações tomadas no cotidiano do policiamento ostensivo está a realização das abordagens. Há aqui outro consenso sobre a centralidade desta ação na efetivação do trabalho, ou seja, o bom policiamento se fará através da realização do maior número de abordagens. E aqui se localiza o principal problema encontrado durante a pesquisa, pois, a despeito de uma sobre-representação da população negra dentre indivíduos encarcerados, mortos ou vítimas de violência, os policiais não observam uma seletividade racial durante seus trabalhos.

“12 horas, se tiver que abordar 200 pessoas, aborda, 15 carros, o policial tem que abordar. Vagabundo passou na rua, com cara de vagabundo, tem que abordar mesmo, o tempo todo. Isso é o que faz efeito”. (Fala do policial - 2019_GFCEI_SD)

“Se eles circular, tiver uma atitude suspeita, pode ser preto, amarelo, colorido, rosa, índio, vai ser abordado. Não importa a classe, cor, etnia, nada, vai ser abordado pela suspeita, e não por ser o negro na esquina, de touca”. (Fala do policial - 2019_GFCEI_SL)

Dentre todos os policiais entrevistados durante as duas pesquisas, apenas um deles reforçou haver sim uma seletividade maior de pessoas negras. Em outra fala, o policial considera que a abordagem a pessoas negras se dá pela própria configuração da cidade, que teria uma preponderância de população não-branca.

“Negros... Negros porque eu acho que a raça na Ceilândia ou a classe social... existe mais negros. Então, automaticamente, você vai abordá-los mais. Mas não quer dizer que eles cometam mais delitos também não”. (Fala do policial - 2019_GFCEI_SE)

Há uma compreensão falaciosa de uma democracia racial que teoricamente

orientaria a suspeição policial. Ou seja, para os próprios policiais a suspeição se basearia em *atitudes*, ou mesmo no que eles descrevem como *circuitar*, mas não teria nenhuma relação com a questão racial. Contudo, os policiais negros entrevistados não percebem a realidade da mesma forma, identificando diversas práticas racistas dentro e fora das instituições, não só com relação aos indivíduos suspeitos, mas entre os próprios policiais. Assim, a farda é compreendida pelos mesmos como um importante fator de “embranquecimento” na instituição e na sociedade como um todo. Mas essa percepção é exclusiva, pois os policiais entrevistados não creem na possibilidade de práticas racistas na instituição.

Em suma, foi possível perceber não haver um reconhecimento das práticas discriminatórias por parte dos policiais, em especial por aqueles que não são negros. A filtragem racial, tão aparente nos estudos sobre violência e segurança pública, não se expressa de forma tão nítida nos discursos dos operadores de justiça. Este conjunto de conhecimentos, que se forma a partir das percepções dos policiais, apesar de estarem presentes, não eram o objetivo final da análise, mas um tema transversal abordado durante os grupos focais e as entrevistas realizadas. No decorrer dos trabalhos de campo emergiram uma série de considerações dos próprios policiais a respeito do trabalho diário, das relações estabelecidas com indivíduos considerados suspeitos ou mesmo criminosos, de suas compreensões sobre a violência e a criminalidade nas áreas onde atuam. Destarte, o objeto dessa dissertação emergiu como uma necessidade de compreender as percepções que orientam as práticas do trabalho cotidiano de policiais militares do Grupamento Tático Operacional da PMDF, em especial suas noções sobre juventude, criminalidade e território.

Este objeto de pesquisa aparece como uma contínua problemática sociológica que acompanha minha trajetória enquanto pesquisadora, e que emergiu das interlocuções policiais. Tornando-se imperativo compreender como esses policiais orientam suas práticas. É justamente por seu caráter orientador, que tais percepções se tornaram uma temática extremamente relevante e se interpõe enquanto categoria estruturante do trabalho policial. Posto é que este trabalho surgiu justamente desta necessidade de investigar categorias nativas tão naturalizadas, ao ponto de sequer serem questionadas, e que se mostraram presentes nas pesquisas que estruturam esta dissertação. Por fim, esse trabalho se propõe a refletir sobre essa construção, percebendo as noções de juventude, criminalidade e território como objetos centrais da ação policial e, por isso, da análise sociológica.

1.2. Escolhas teórico-metodológicas.

A escolha teórico-metodológica foi feita a partir da minha compreensão do que poderia ser mais adequado à análise deste material, colhido ao longo dos anos de 2018 até 2020. Este material se apresenta de forma muito rica e complexa, dada a natureza das pesquisas elaboradas. É neste sentido que a abordagem interacionista se mostrou mais propícia, pois:

O interacionismo simbólico destaca a importância do indivíduo como intérprete do mundo que o cerca e, conseqüentemente, desenvolve métodos de pesquisa que priorizam os pontos de vista dos indivíduos. O propósito destes métodos é compreender as significações que os próprios indivíduos põem em prática para construir seu mundo social. Como a realidade social só aparece sob a forma de comoos indivíduos veem esse mundo, o meio mais adequado para captar essa realidade é aquele que propicia ao pesquisador ver o mundo através “dos olhos dos pesquisados”.(GOLDENBERG, 2004, p. 27).

Portanto, dada a particularidade da natureza do trabalho policial, cercado por uma série de riscos e incertezas, e uma necessidade imperativa de criar previsibilidade em um cotidiano de imprevisibilidade, a visão destes sujeitos é crucial para compreendermos como as práticas do trabalho são constituídas. Cabe destacar ainda que, na perspectiva dos próprios policiais, as formações teóricas ocupariam um lugar de subalternidade no conjunto de conhecimentos compartilhados. Sendo assim, o conhecimento mais valorado seria aquele baseado na prática do próprio trabalho, ou seja, no “trabalho real”. Por conseguinte, a interpretação que estes sujeitos fazem das ações e gestos dos outros condiciona e significa sua prática cotidiana, seu trabalho, suas moralidades. Essas interpretações dos policiais, por sua vez, são moldadas pelo processo de formação, pela cultura institucional e, de forma mais massiva, por essa identidade profissional que parece se impor aos indivíduos.

Sendo assim, foram analisados os dados coletados durante os trabalhos de campo nas pesquisas: *Sociabilidades juvenis na periferia do Distrito Federal: um estudo comparado sobre a relação entre jovens e policiais no Jardim Roriz (Planaltina) e Sol Nascente (Ceilândia)* e *Policimento e relações raciais: um estudo comparado sobre formas contemporâneas de controle do crime*. E, de maneira complementar, outros policiais também foram entrevistados ao longo dos anos de 2021 e 2022. Neste sentido, os métodos da Teoria Fundamentada também se apresentam como instrumentos mais adequados à análise, pois há uma construção contínua entre a interpretação dos materiais coletados e o próprio trabalho de campo, ainda que outros desdobramentos tenham sido prejudicados dada a ocorrência da pandemia de Covid-19. Assim, o material já coletado

será o fundamento para a construção de uma teoria, pois, “os dados formam a base da nossa teoria, e a nossa análise desses dados origina conceitos que construímos” (CHARMAZ, 2009, p. 15). Portanto, “seus métodos todos baseiam-se em diretrizes sistemáticas, ainda que flexíveis, para coletar e analisar os dados visando à construção de teorias “fundamentadas” nos próprios dados” (CHARMAZ, 2009, p. 15).

O campo nos informa os dados e a teoria aparece como um suporte para compreender os fenômenos sociais. De maneira dialética, os dados são construídos de maneira contínua durante a pesquisa, sempre reformulando e reconstruindo categoria, enquanto se estabelecem conjuntos de conceitos mais sólidos e explicativos. Esta aplicação só foi possível por este caráter de idas e vindas ao campo, ao passo que as análises foram sendo construídas enquanto outros campos de pesquisa se abriam. Dada a longa duração do trabalho e a própria emergência das categorias a partir do próprio campo, a Teoria Fundamentada se mostra como ferramenta adequada para construir uma compreensão mais ampla de um fenômeno social tão complexo.

Quanto às técnicas empregadas, mantiveram-se aquelas utilizadas nas pesquisas anteriores, para que fosse possível construir parâmetros comparáveis, a saber, foram feitas entrevistas estruturadas com roteiros, grupos focais e, em razão da pandemia, entrevistas por WhatsApp. Colaboraram com a pesquisa os oficiais responsáveis pelo planejamento do policiamento de área ou comandantes do GTO, e também foram realizados grupos focais estruturados com roteiros, onde participaram policiais praças responsáveis por executar o policiamento ostensivo nas regiões pesquisadas. As participações dos grupos se deram de forma distinta, ao passo que os comandantes foram convidados a participar das entrevistas e, de forma voluntária, aceitaram. Em contrapartida, policiais praças que participaram dos grupos focais o fizeram de forma obrigatória, a fim de cumprir a ordem de seus superiores. Ainda que a participação tenha sido muito significativa, é importante destacar que a mesma não aconteceu de forma voluntária. Por vezes, os policiais entrevistados não sabiam do que se tratava o trabalho ou mesmo o que estariam fazendo ali. De forma mais acentuada, esta obrigação de participar ficou clara durante um dos grupos focais, onde os policiais se recusaram a se identificar e um deles não respondeu nenhuma das perguntas feitas. Todo o grupo focal aconteceu de forma direta e apressada, na garagem de um dos batalhões. Ainda assim, as informações obtidas foram muito importantes.

Por fim, devido às impossibilidades de retornar ao campo, também participaram policiais do GTO de mais uma localidade, fora da periferia, e que foram indicados por

um interlocutor privilegiado. Estas entrevistas buscaram novos dados, além de esclarecer questões pendentes e que não puderam ser trabalhadas com os policiais anteriores, pois, por causa da pandemia, optei por não retornar ao campo. Foi preciso iniciar novos contatos e criar estratégias para dar continuidade à coleta de dados. Este imperativo de construção de uma nova maneira de coletar dados se impôs de forma significativa, foi necessário passar por convencimentos, negociações e reconstruções de roteiros, além de lidar com as dificuldades de produção de pesquisas fora dos espaços físicos. Somou-se a isso o meu próprio processo de adoecimento por causa da pandemia, além de uma intensa necrosujeitividade que tomou conta do cotidiano e uma intensa rotina de trabalho, que se tornou uma realidade para todos os professores de escolas públicas do DF¹³. Ainda no início da pandemia, todos os professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal passaram a dar aulas online, além de produzir material de estudos para os alunos que estavam presentes ou não. Ser pesquisadora em tempos de pandemia se mostrou uma tarefa quase irrealizável.

Por questões de organização, todos os atores que participaram das entrevistas terão seus nomes preservados e sua identificação será feita a partir de um sistema de designação do período e da localidade onde foram feitas as entrevistas e grupos focais. A saber:

Tabela 03 - Identificação dos policiais

Identificação	Descrição	Tempo de PM	Tempo de GTOP
2018_PLAN_MJG	2018 - Entrevista com Major da PMDF	27 anos	
2018_GFPLAN_SB	2018 - Grupo Focal - GTOP Planaltina - PMSB	27 anos e 6 meses	17 anos
2018_GFPLAN_SC	2018 - Grupo Focal - GTOP Planaltina - PMSC	4 anos	4 meses
2018_GFPLAN_SE	2018 - Grupo Focal - GTOP Planaltina - PMSE	4 anos	2 anos
2018_GFPLAN_SA	2018 - Grupo Focal - GTOP Planaltina - PMSA	17 anos	12 anos
2019_GFPLAN_SE	2019 - Grupo Focal - GTOP Planaltina - PMSE	19 anos e 9 meses	8 anos
2019_GFPLAN_SO	2019 - Grupo Focal - GTOP Planaltina - PMSO	4 anos e 7 meses	8 meses
2019_GFPLAN_SA	2019 - Grupo Focal - GTOP Planaltina - PMSA	5 anos	2 meses
2018_CEI_CBS	2018 - Entrevista com Capitão da PMDF - Ceilândia		
2018_GFCEI_PM01	2018 - Grupo Focal - GTOP Ceilândia - PM01	4 anos	3 anos e meio
2018_GFCEI_PM02	2018 - Grupo Focal - GTOP Ceilândia - PM02	4 anos	3 anos e meio
2018_GFCEI_PM03	2018 - Grupo Focal - GTOP Ceilândia - PM03	4 anos	3 anos e meio
2018_GFCEI_PM04	2018 - Grupo Focal - GTOP Ceilândia - PM04	4 anos	3 anos e meio
2019_GFCEI_SE	2019 - Grupo Focal - GTOP Ceilândia - PMSE	26 anos	8 anos e meio
2019_GFCEI_SL	2019 - Grupo Focal - GTOP Ceilândia - PMSL	5 anos	3 anos
2019_GFCEI_SD	2019 - Grupo Focal - GTOP Ceilândia - PMSD	4 anos e 9 meses	3 anos e meio
2022_ENT_PM01	2022 - Entrevista por WhatsApp - PM01	11 anos	3 anos
2022_ENT_PM02	2022 - Entrevista por WhatsApp - PM02	7 anos	6 meses
2022_ENT01_PMSUB	2022 - Entrevista por WhatsApp - 01 - PMSUB	26 anos	não está mais no GTOP
2022_ENT02_PMSUB	2022 - Entrevista por WhatsApp - 02 - PMSUB	26 anos	não está mais no GTOP

Fonte: Elaboração própria, 2022

¹³ Cabe destacar que atuo como professora da educação básica desde o ano de 2015, tendo trabalhado em uma unidade de internação e escolas públicas de Ceilândia.

Neste sentido, todas as falas dos policiais serão identificadas a partir dessa tabela, que também descreve o tempo de polícia e tempo de Grupamento Tático. Estão descritos todos os grupos focais e entrevistas realizadas com praças e oficiais que fizeram parte dos trabalhos de campo. Dentre eles os oficiais de Planaltina e Ceilândia, além de policiais praças das duas localidades e de uma região administrativa localizada na região central. É possível notar ainda que há uma grande variedade de tempos de trabalho tanto na PMDF quanto no GTOP, em particular. Esta multiplicidade de olhares nos permite compreender as diversas nuances relacionadas ao trabalho policial e as distintas formas de interpretar a realidade ao longo dos anos. Foi perceptível, durante a realização do trabalho de campo, a interpretação que os policiais faziam da nossa presença nos quartéis, da importância de pesquisas como essas e, em certa medida, de *falar a verdade que ninguém tem coragem de falar*, como me diziam os interlocutores.

1.3. Os embaraços da pesquisa e os impactos da pandemia.

As pesquisas que embasam esta dissertação são parte de uma agenda de pesquisa que desenvolvo desde a graduação. Ainda durante as aulas de Métodos e Técnicas em Antropologia Social, o trabalho final da disciplina consistia na elaboração de uma pequena etnografia em uma quadra próxima à Universidade, onde poderíamos escolher qualquer “objetode pesquisa” que estivesse na área. O que me chamou a atenção à época foi, naquele momento, a Delegacia da Criança e do Adolescente, localizada na 204/205 Norte. Trata-se de uma delegacia especializada, que recebe crianças e adolescentes apreendidos pelas polícias militar e civil de parte do DF. Este primeiro contato me aproximou da área da segurança pública e tive a oportunidade de trabalhar em outras pesquisas¹⁴ na área, tais como o *Diagnóstico de homicídios nos municípios do entorno do DF*, no ano de 2013, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Analia Soria Batista e coordenação do Prof. Dr. Arthur Trindade Maranhão Costa; a pesquisa *Interações, tensões e conflitos: um estudo sócio-antropológico sobre a relação entre jovens e a polícia na periferia do Distrito Federal*, nos anos de 2015-2016, sob coordenação da Prof.^a Dr.^a Haydée Glória Cruz Caruso; e a

¹⁴As pesquisas *Diagnósticos de homicídios nos municípios do entorno do DF* e *Homicídios dolosos no Centro-Oeste brasileiro* foram financiadas pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça.

pesquisa *Homicídios dolosos no Centro-Oeste brasileiro*, no ano de 2016, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Haydée Caruso e coordenação da Prof.^a Dr.^a Marcelle Gomes Figueira.

Apesar dos distintos temas abordados, minha trajetória sempre esteve ligada às polícias, sejam elas militares ou civis. Durante esse tempo tive a oportunidade de realizar entrevistas, grupos focais e outras atividades com policiais que colaboraram com o nosso trabalho. Esse percurso acadêmico me permitiu ter proximidade com as questões relacionadas ao trabalho policial e toda a complexidade da função desempenhada. Sendo assim, meu objeto de estudo se tornou, em um primeiro momento, justamente esta formação e atuação dos policiais militares do Distrito Federal, resultando na elaboração da minha monografia sobre formação de policiais do Batalhão de Choque intitulada *Quem vem para ser: formação identitária e afetiva dos policiais do Batalhão de Choque da PMDF*, apresentada no ano de 2015, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Haydée Cruz Caruso. A elaboração desse trabalho foi feita durante o curso de formação dos “choquianos”, onde acompanhei durante três meses o percurso trilhado por esses policiais, desde o primeiro dia de inscrição até a formatura. Ao final, pude concluir que muitas práticas formativas estavam mais relacionadas a um processo de disciplinarização de corpos, em um sentido foucaultiano, do que a uma formação propriamente técnica. Os dias exaustivos, as aulas extenuantes, além das práticas contínuas que envolviam a inalação de gás lacrimogêneo estavam muito mais voltadas para a construção de um “policial especial” do que para práticas policiais com superioridade técnica. A dita “rusticidade”, a prática de fazer cara de “arrogante e boçal” são cotidianas e formam este conjunto de significados relacionados à prática de ser um policial especializado, ainda que o trabalho exija outras “qualidades” (PAZ, 2015).

As experiências anteriores possibilitaram criar um acúmulo de informações que me ajudaram a desenhar este objeto de pesquisa, que foi possível desenvolver ao longo deste trabalho. Contudo, a pandemia de coronavírus trouxe uma nova realidade e nos obrigou a encarar uma série de condições nunca vistas antes. Inicialmente, instaurou-se sobre o cotidiano brasileiro uma necrosubjetividade que se impôs a todos, sem nenhuma distinção. Durante esses dois anos de pandemia, é quase impossível que se tenha vivido sem perder alguém, ou mesmo sem ter conhecido alguém que perdeu parentes, amigos ou conhecidos. As milhares de mortes se tornaram uma realidade cotidiana e a ausência de políticas públicas de enfrentamento levaram a pandemia às últimas consequências. Como colocado por Nunes (2020), “cenas se repetem ao longo do dia, ao longo dos dias. Pessoas chorando. Não há lugar para acompanhar seus mortos. Em cada parte da ponte, há mortes.

Atrás e na frente também. Devemos correr, abandonado os meus, os nossos, os seus” (2020, p. 30). E aqui, outro momento de dor se impôs àqueles que, como eu, perderam algum ente querido durante a pandemia. Não houveram despedidas, o momento de velar, de dar o último adeus, “não existem abraços, nem o habitual consolo do luto feito em comunidade” (NABUCO *et al*, 2020. P. 5). Estávamos todos, isolados e sozinhos, enfrentando dores e perdas imensuráveis.

O isolamento, a solidão, a dor e o luto passaram a fazer parte da vida, do dia a dia, e nos obrigaram a encarar a realidade social sob uma nova perspectiva. Os vínculos sociais foram colocados em cheque e o mundo ao nosso redor foi reconfigurado. A nós, sociólogos e sociólogas, restou o esforço teórico de (re)interpretar as configurações sociais, e, em certa medida, questionar nosso próprio papel nesta nova realidade.

Considerando toda essa realidade que se impôs ao mundo, é importante destacar o papel que os próprios policiais militares desempenharam durante a pandemia. Enquanto professora de educação básica, fui obrigada a me adequar ao trabalho remoto ainda no ano de 2020, me afastei da sala de aula e passei a trabalhar de maneira remota. Uma realidade que não existiu para os policiais que realizavam o policiamento ostensivo nas ruas do DF. Além do trabalho realizado no cotidiano da “normalidade”, os policiais foram obrigados a encarar a fiscalização de festas clandestinas e outras possíveis aglomerações, expondo-se ao risco sem nenhum tipo de equipamento de proteção. A própria normalidade foi substituída por uma rotina ainda mais caótica, perigosa e arriscada, não só para os policiais, mas também para suas famílias e pessoas com as quais conviviam.

Outro importante aspecto a ser considerado ao pensarmos o impacto da pandemia no trabalho policial é a própria situação do amparo médico dado a estes trabalhadores. De forma precária, o atendimento oferecido aos policiais não foi suficiente, contando com apenas um hospital da PM e um hospital particular para atender todos os policiais e seus dependentes. Há de se destacar que a categoria perdeu vários profissionais ao longo da pandemia, tornou-se comum saber de policiais que haviam falecido em decorrência do novo coronavírus. Para efeitos comparativos, a PMDF teve um total 19% de seu efetivo infectado, e 0,19% de óbitos em relação ao seu efetivo total, ao passo que o CBMDF teve 26% de seu efetivo infectado, e 0,017% vieram a óbito¹⁵. Por fim, os policiais também contaram com uma vacinação defasada, que foi prejudicada pelo próprio comando da corporação, que optou por vacinar o alto oficialato ao invés de dar prioridade aos policiais

¹⁵ Informações disponíveis no Documento SEI-GDF-PMDF/EM/PM-1/SSLEG do dia 19 de março de 2021.

que estavam trabalhando na rua, em atendimento direto ao público.

Em síntese, a pandemia impactou não apenas no cotidiano do trabalho dos policiais, mas na construção de uma nova realidade social. Ainda que certas estruturas sociais pareçam estar intactas, o que notamos é um questionamento sobre a própria composição da vida social, sobre as relações que estabelecemos entre indivíduos e, num sentido mais particular, sobre o próprio fazer sociológico e seu lugar nesta sociedade em crise. Portanto, essas novas configurações passam a orientar o trabalho policial, além de impactar na realização da pesquisa e no próprio desenvolvimento de todo o trabalho analítico subsequente. Nos capítulos seguintes serão abordados os objetos de análise aqui apresentados, definindo o trabalho policial e sua centralidade para a organização da vida social contemporânea.

Capítulo 02 – Polícia, policiamento e controle social

As instituições policiais aparecem como linha de frente no enfrentamento da criminalidade, um problema social polissêmico que possui diversas nuances. Elas são vistas como a salvaguarda no enfrentamento da violência e da criminalidade, e a possível resolução desses problemas perpassa, quase que exclusivamente, pelas instituições policiais. Neste sentido, David Garland ressalta que as sociedades contemporâneas “priorizam o potencial da polícia de reduzir o crime, bem como a atividade policial, em geral. [...] Considera-se que a polícia é capaz de reduzir o crime de múltiplas formas – através de intimidação, da prevenção, das parcerias, do policiamento agressivo” (GARLAND, 2014, p. 394). O desenvolvimento das sociedades contemporâneas e do Estado moderno levaram à delegação da organização da vida social para a Administração Pública e, de forma mais direta, às instituições policiais. São inúmeras as atividades exercidas pelas instituições policiais, que possuem vários desdobramentos na vida social, dentre as quais muitas são vistas enquanto possíveis redutoras de índices criminais. É nesta perspectiva que a polícia aparece como este personagem central no enfrentamento de um problema público difuso, cuja função será “acabar com o crime” – ainda que não seja possível, numa perspectiva durkheimiana – e, de forma secundária, garantir a execução de direitos e produzir uma maior sensação de segurança para a população. Deste modo, a polícia passa a se apresentar como uma das instituições do Estado mais disseminadas da contemporaneidade, estando presente em quase todos os lugares, durante quase todo o tempo.

No caso das polícias brasileiras, este enfrentamento mais direto e contínuo será função das polícias militares, que têm seu papel descrito pela Constituição Federal de 1988, e devem, por definição, preservar a ordem pública e realizar o policiamento ostensivo. Seu trabalho será efetivado a partir de estratégias de policiamento, que terão como função principal coibir a ocorrência de crimes, aplicar a lei e, de maneira mais difusa, intervir em conflitos cotidianos. O conceito de policiamento pode ser entendido como colocam Muniz e Paes-Machado (2010):

O fenômeno do policiamento tem a sua inteligibilidade articulada à noção de controle social e suas dinâmicas descontínuas na vida social. Nesse recorte, ele pode ser visto como um expediente particular de controle pela ênfase no seu caráter instrumental, isto é, na sua capacidade de produzir efeito inibitório e o mais imediato possível sobre os acontecimentos e as atitudes de indivíduos e grupos. Constitui-se como um variado repertório de *meios* (vigiar, regular,

impor, fiscalizar, patrulhar, guardar, conter, etc.), aplicados através de certos *modos*, para determinados *fins*: a sustentação de um status quo, de uma determinada visão e expectativa de ordem que se deseja obedecida e, em alguma medida, consentida pelos indivíduos ou grupos policiados. (MUNIZ; PAES-MACHADO, 2010, p. 438)

Assim, o conceito de policiamento que utilizo traz consigo a ideia de produção de um tipo de comportamento, de assentimento às regras e à ordem imposta. Por conseguinte, a capilarização do trabalho policial fica ainda mais evidente se considerarmos que a principal estratégia de policiamento utilizada no DF, o policiamento ostensivo, diz respeito justamente a esta visibilidade, esta percepção compartilhada pelos policiais de que estar visível, de alguma forma, seria o *verdadeiro* trabalho policial e que surtiria efeito, pois inibiria a ocorrência de crimes. Nesta perspectiva, os próprios policiais descrevem o que é o policiamento ostensivo e sua importância para a execução de sua função.

“Como eu disse pra vocês, ele evita muita coisa, iria acontecer muito mais crimes, mas a presença ali já evita bastante. E a função da polícia militar é essa, é aparecer. Aparecer não para que não aconteça. Depois que aconteceu a gente faz alguma coisa, mas a nossa principal função aqui é aparecer”. (Fala do policial - 2019_GFPLAN_SA).

“Aparecer né. [...] a grosso modo seria uma polícia antes do crime. Antes do crime acontecer, a gente ia ser visto”. (Fala do policial – 2019_GFPLAN_SO).

“É, o policiamento ostensivo é aquele que na verdade é o foco da polícia, é esse policiamento. Porque ele é o policiamento que dá retorno à sociedade, exemplo, se você tem uma polícia passando naquela quadra, fazendo um policiamento bem feito naquela quadra, a incidência de crime será reduzida [...]”. (Fala do policial – 2019_GFCEI_SE)

Sendo assim, o policiamento ostensivo tem um importante papel na definição do que seria o próprio trabalho policial, ainda que não se possa efetivamente relacionar a presença da polícia à coibição de um ato ilícito ou mesmo à redução de estatísticas criminais (BAYLEY, 1994). O que podemos inferir a partir da fala dos policiais é que, estando a polícia presente naquele espaço e naquele tempo, dificilmente haverá um crime ali ou nas proximidades. Ou, caso ocorra, terá uma resposta mais rápida, e talvez mais eficaz, por parte dos policiais. O que não significa, necessariamente, que a ocorrência de crimes de oportunidades, por exemplo, não poderá ser deslocada para outros espaços, onde não há a presença de policiamento. Logo, considerando uma série de análises sobre instituições policiais e estatísticas criminais, Bayley (1994) destaca que “the intensity of random motorized patrolling by uniformed officers has any effect on crimem rates, victimization, or even public satisfaction” (BAYLEY, 1994, p. 05). Segundo o autor, em condições de normalidade, as patrulhas realizadas não costumam impactar nas estatísticas criminais – mas no caso do DF, ainda que não haja uma relação causal entre presença

policial e crime, sabemos que essa impacta no aumento da sensação de segurança (COSTA; DURANTE, 2019). Esta relação de causalidade encontra outros desafios quando consideramos nossa realidade, pois, no caso do DF, a variação do efetivo policial foi acompanhada também por uma redução nos principais indicadores de violência, no ano de 2002 eram mais de 14 mil policiais (NASCIMENTO, 2003), chegando a pouco mais de 9 mil em 2021 e, atualmente, após o ingresso dos policiais recém-formados, são mais de 10 mil policiais, sendo a grande maioria praças. Enquanto isso, os homicídios seguem em declínio desde o ano de 2012, como demonstrado anteriormente. Contudo, a ausência de evidências que demonstrem conexões entre o número de policiais e as táticas de policiamento, e uma possível redução nas taxas de criminalidade não deslegitimam todo um conjunto de práticas orientadas para tal objetivo.

Ainda assim, sabe-se que a presença de policiais é imprescindível para a execução da Segurança Pública e a manutenção do Estado Democrático de Direito no cotidiano das cidades. Neste sentido, Bayley (1994) também esclarece que, se em contextos de normalidade, não há impactos claros relacionando a presença policial à possível redução nas taxas criminais, é sabido que sua ausência teria grande impacto negativo, assim como a saturação de policiamento em uma determinada área produziria efeitos positivos. Mesmo que se tenha dificuldade em estabelecer relações de causalidade entre essas variáveis, é preciso considerar que a polícia oferece outros serviços que vão além do combate ao crime. Afinal, ainda que a polícia “do not prevent crime” (IDEM, p. 03), o que estes indivíduos fazem:

[...] still has value. Authoritative intervention and symbolic justice are important services in any society. Conflict must be stopped; people who commit crimes must be caught and punished. Somebody needs to do these things. Unfortunately, however, these police activities do not appear to be making society a great deal safer (BAYLEY, 1994, p. 35).

Portanto, a polícia oferece uma série de serviços à sociedade, como a manutenção da ordem (ainda que se possa questionar qual ordem), uma intervenção autorizada em nome do Estado e toda sua legitimidade, oferece amparos diversos à população, além de produzir uma justiça simbólica para a sociedade como um todo, longe dos espaços dos tribunais, por vezes inacessíveis. O trabalho policial parece, inclusive, ser mais eficaz na execução destas tarefas, do que no combate ao crime propriamente dito.

Ainda nesta perspectiva, o policiamento ostensivo pode ser considerado como a linha de frente do trabalho policial, como coloca Muniz e Paes-Machado (2010) trata-se

de “uma expressão pragmática, funcional, utilitária e invasiva do como sustentar a submissão, sob algum consentimento, às regras do jogo [...], ou a uma determinada ordem pactuada ou não, com o recurso à coerção respaldada pela força” (2010. P. 438). Compreendido como o ato de *ser visto*, a ostensividade se apresenta como uma condição diária, de transitar pela cidade, ser visto e notado, produzindo assim uma série de efeitos, nos policiais e na própria população, como o aumento da sensação de segurança e uma possível inibição de crimes de oportunidade. Não obstante, durante o trabalho de campo, os policiais ressaltaram que os principais crimes das duas regiões pesquisadas, como o tráfico de drogas e os homicídios, não eram passíveis de intervenção por parte dos policiais.

Neste contexto, mesmo que não atinja seu objetivo primário de acabar com o crime, o trabalho ostensivo é uma importante ferramenta de execução da função policial. Isso posto, a abordagem também aparece como um dos instrumentos essenciais ao trabalho policial, tanto por seu potencial efeito de encontrar aquilo que estava escondido, como também para controlar os diversos corpos que transitam nos espaços. No caso do DF, os policiais afirmam que a abordagem é uma ferramenta potente de seu trabalho e que deve ser realizada sempre que o policial perceber que o indivíduo *circuitou*, ou seja, que houve uma *atitude suspeita*. Significa dizer que, quando há quebra de expectativas com relação ao que se espera de determinadas pessoas, há sempre uma abordagem. Ainda que os policiais não tragam de forma explícita, as abordagens possuem sujeitos preferenciais, que chamaram a atenção, e que serão obrigatoriamente abordados e revistados. Todavia, há uma insistência por parte dos policiais em dizer que as abordagens são feitas exclusivamente com base em *atitudes* consideradas *suspeitas*, tomadas por alguns sujeitos, desconsiderando suas características, como raça, gênero ou classe social. Como salientado por diversas vezes:

A gente não olha pra pessoa, a gente olha pro comportamento da pessoa. [...] Não existe pessoa suspeita, existe comportamento suspeito. (Fala do policial – 2019-GFPLAN_SE)

Se ele circuitar, tiver em atitude suspeita, pode ser preto, amarelo, colorido, rosa, índio, vai ser abordado. Não importa a classe, cor, etnia, nada, vai ser abordado pela atitude suspeita, e não por ser o negro na esquina, de touca. (Fala do policial - 2019- GFCEI_PMSD)

Não obstante, como coloca Bento (2018), ainda que isso não apareça de forma manifesta, não se suspeita apenas de uma atitude, mas de um corpo cheio de significados e estigmas, composto por raça, classe e gênero, nitidamente identificáveis e explícitos.

Desta maneira, ainda que reforcem o discurso sobre uma possível imparcialidade com relação às abordagens, o que notamos é uma clara predileção de indivíduos abordados, onde os jovens negros ainda estão presentes na maior parte das ocorrências criminais, figurando como os principais indivíduos presos no DF. Como nos mostram os resultados da pesquisa sobre *Policciamento ostensivo e relações raciais* (2021), onde percebemos que 25% dos presos têm menos de 18 anos, 50,3% tem 23 anos ou menos, 87,6% são homens e 73% são negros. Ainda que recorram a um discurso de democracia racial, este perfil é o mesmo apontado pelos policiais ao descreverem o perfil dos indivíduos criminosos e, de forma mais latente, no caso de Planaltina, também são aqueles que constituem o banco de dados montado pelos policiais (há a catalogação de jovens, a partir de fotos e levantamento de informações, que poderiam ter algum envolvimento com a criminalidade).

A determinação das atividades policiais é feita através de Ordens de Serviço que descrevem o Roteiro de Policiamento Ostensivo - RPO, expedidas pelos comandos locais e que designam onde, quando e como o policiamento deverá ser feito. Diariamente, os policiais são orientados para patrulhar determinada área de um território, podem ser quadras ou pequenas partes da Região Administrativa de responsabilidade do Batalhão determinado. As decisões quanto ao tipo de patrulha que será realizada são tomadas pelos comandos locais, que determinam se estas serão realizadas a pé, de viatura, de bicicleta, entre outras modalidades. No caso da PMDF, também há a definição do Ponto Estratégico de Policiamento - PEP, um local fixo onde os policiais devem permanecer e ficar visíveis. No caso das PEPs, ao menos um policial deve ficar do lado de fora da viatura e o rotolight deve permanecer ligado. Comumente estas Ordens de Serviço descrevem o tempo e o local por onde o policiamento ordinário deverá transitar. Para ampliar as áreas de atuação e otimizar os custos, as patrulhas a pé foram sendo substituídas por táticas de policiamento motorizados, e também por duplas de policiais que ficam em viaturas estacionadas em locais considerados estratégicos em certos territórios, em horários entendidos como mais propícios para o atendimento, os chamados PEPs. Estas ordens são direcionadas especialmente aos trabalhos rotineiros realizados pelas Radiopatrulhas, ou as RPs, enquanto outras unidades recebem outros direcionamentos, como é o caso das especializadas, que costumam ficar aquarteladas, ou mesmo do Grupamento Tático Operacional - GTOP, que recebe orientações distintas e mais particulares, como o exemplo das Ordens de Serviço para abordagem de ônibus em Planaltina, que eram realizadas durante as pesquisas de campo. Assim, o planejamento para a execução do policiamento

comum se funda na ideia de abarcar uma área mais ampla, com respostas mais rápidas e maior agilidade, ou seja, privilegiar o uso de viaturas, que podem percorrer extensos territórios em um período menor.

Toda essa estrutura de policiamento se funda na ideia do que a polícia deve fazer enquanto instituição responsável por manter a ordem e fazer valer o mundo da lei. Mas essa compreensão coletiva do papel que a polícia deve desempenhar parece se opor ao que de fato elas fazem, ou mesmo o que são capazes de fazer. As polícias têm uma função extremamente importante nas sociedades democráticas de direito, pois estas instituições são as principais responsáveis por intervir nos conflitos cotidianos, oferecendo intervenções autorizadas e justiça simbólica (BAYLEY, 1994). Neste mesmo sentido, Kant de Lima aponta que:

[...] as pesquisas mostram que o maior número de atendimentos da Polícia Militar não é para atuar em combates diretos a transgressores, mas se refere a várias outras atividades, usualmente consideradas de menor importância e classificadas de assistenciais, e que também exigiriam complexa e diversificada política de treinamento de seu contingente (LIMA, 2003, p. 235).

Neste mesmo sentido, segundo o Relatório de Gestão feito pela própria PMDF construído a partir dos registros feitos por policiais no Sistema Gênesis, durante o ano de 2019 foram realizados quase 180 mil atendimentos por policiais militares em todo o Distrito Federal. Partindo do princípio que nem todas as atividades geraram um registro, e alguns atendimentos cotidianos, considerados mais banais, ficaram de fora dos números oficiais de atendimento, é possível observar justamente o cenário descrito anteriormente. Em contraposição à ideia de combate ao crime, a maior parte dos atendimentos não está relacionada à prisão ou apreensão de armas e drogas. Segundo o Relatório, a apreensão de armas, as prisões e apreensões, assim como a recuperação de veículos, somam 28,96% do número total de atendimento, enquanto outros atendimentos representam 71,04% dos atendimentos. Ou seja, as ocorrências entendidas como o *verdadeiro trabalho policial* não representam sequer metade dos atendimentos realizados pelos policiais, ao passo que aquelas ocorrências vistas como *banais*, ou que não são entendidas como prioridade da ação dos policiais, são a grande maioria. Como demonstra a tabela:

Tabela 04 – Atendimentos realizados pela PMDF em 2019

Atendimentos PMDF	Total	Percentual
Pessoas detidas/Flagrantes	34.950	19,59%
Flagrantes	8.674	4,86%
Menores de idade apreendidos	3.426	1,92%
Armas apreendidas	1.394	0,78%
Veículos recuperados	3.221	1,81%
Ocorrências atendidas_2019	178.395	100%

Fonte: Relatório de Gestão, PMDF. Brasília, 2019.
Elaboração própria.

Neste sentido, é inegável que a maior parte do trabalho realizado por policiais não é aquele mais reconhecido e valorizado, voltado para a prisão e apreensão de pessoas ou substâncias, seja pela sociedade, pela instituição ou pelos próprios trabalhadores, a maior partedo trabalho está relacionada ao atendimento de pessoas, mais do que o combate direto à criminalidade. Ao passo que as ocorrências que ganham notoriedade são aquelas que dizem respeito à prisão de indivíduos e apreensão de drogas e armas, o que podemos observar é que elas representam apenas uma pequena parcela do cotidiano do trabalho policial. Há, assim, uma discrepância entre aquilo que os policiais mais fazem em seu cotidiano e aquilo que se espera que eles façam. Não esclarecer essa divergência entre o que se espera e o que se faz cria uma série de questões, como a falta de sentido na ação e a falta da compreensão sobre o próprio trabalho e suas condições. Ao negarem o núcleo básico da ação policial e reduzi-la a um lugar de subalternidade dentro do que os policiais e a instituição entendem como valoroso, negligencia-se a formação desses indivíduos, a necessidade de pensar as afetividades envolvidas, as exigências de habilidades para resolução de conflitos e, de forma mais contundente, a negação da própria discricionariedade da ação policial. Assim, constroem-se uma realidade onde a polícia é treinada para *combater o crime*, mas o que ela mais faz é intervirem conflitos de natureza não criminal.

Em uma compreensão mais difusa do trabalho, cabe destacar que, ainda que não apareça entre o que se entende como prioridade da ação policial, os próprios sujeitos ressaltam seu papel enquanto mediadores de conflitos, executando diariamente uma série de negociações entre os cidadãos, buscando uma pacificação ou, ao menos, a supressão do conflito. Ainda que alguns discursos policiais reforçados durante o trabalho de campo demonstrem uma valorização das prisões e apreensões enquanto principal objetivo do trabalho policial, é evidente o lugar central que a resolução de conflitos e a mediação das

relações sociais ocupam no cotidiano policial, garantindo certa executoriedade à cidadania, ainda que de maneira precária. Contudo, ainda que seja muito comum, os conflitos não são compreendidos como algo corriqueiro, cotidiano, natural à convivência em grandes centros urbanos. Desta forma, o conflito, tão habitual às sociedades complexas, é interpelado apenas por uma lógica de repressão, orientando a ação policial para dirimi-lo, “inicialmente, forçando sua conciliação e, posteriormente, suprimindo-os” (LIMA, 2003, p. 82). Esta conjectura se dá justamente porque percebe-se o conflito como algo capaz de desorganizar a ordem vigente, o que se opõe à própria concepção do trabalho policial, que deve preservar a ordem.

A legitimidade do trabalho policial, orientada por tal demanda de encerramento do conflito, está “associada a uma interpretação do que deseja o Estado para a sociedade, não ao que a sociedade deseja para si mesma” (LIMA, 2003, p. 82). O conflito, portanto, não é encarado como um aspecto normal da vida social, mas como algo ameaçador que pode desestabilizar e colocar em cheque toda a ordem social e a organização desta sociedade. Por isso, o conflito sempre precisa ser conciliado, negociado e, de alguma forma, encerrado.

Pois o rito autoritário indica sempre uma situação conflitiva, e a sociedade brasileira parece avessa ao conflito. Não que com isso se elimine o conflito. Ao contrário, como toda sociedade dependente, colonial e periférica, a nossa tem um alto nível de conflito e crises. Mas entre a existência da crise e o seu reconhecimento existe um vasto caminho a ser percorrido. Há formações sociais que logo buscam enfrentar as crises, tomando-as como parte intrínseca de sua vida política e social, enquanto que, em outras ordens sociais, a crise e o conflito são inadmissíveis (DAMATTA, 1997, p. 189).

Daqui surgem questões muito importantes para compreendermos o trabalho policial, pois estes conflitos, tão comuns ao cotidiano do trabalho, são encarados de forma negativa e a intervenção dos policiais nem sempre é percebida como algo positivo. Em especial aqueles que envolvem questões de gênero, como a violência doméstica, os policiais são lançados sem grande preparo e a resolução destes problemas fica à mercê das suas próprias subjetividades, de experiências pregressas ou alguns treinamentos particularizados. Um destes exemplos é descrito pelos policiais, ao serem questionados sobre o atendimento de ocorrências que envolviam casos de Maria da Penha:

Pesquisadora: Por que, por exemplo, se vocês forem atender uma Maria da Penha, você tem... vai da sensibilidade de vocês, por exemplo perceber que a mulher está se sentindo muito ameaçada pelo cara, aí tira a mulher de perto...vai da sensibilidade de vocês no atendimento.

SD: Isso. SE: Urrum.

(Trecho do Grupo Focal - Ceilândia - 2019)

Fato é que, por não ser considerado enquanto objetivo central da ação policial, a intervenção nestes conflitos é negligenciada durante a formação (formal e informal), e as maneiras de manejá-los dependerá de uma sofisticação individual, ou da guarnição. Ou seja, o atendimento, o acolhimento, dependerão de uma sociabilidade do indivíduo, muito mais do que de uma formação profissional. E é justamente este papel de conciliadores que os policiais ocupam, ainda que eles não gostem de interferir nas ocorrências chamadas de “desinteligências”, que dizem respeito aos conflitos pessoais, familiares, entre vizinhos. É neste sentido que qualquer ação que pareça se afastar do ideal do trabalho policial de prisão e apreensão, não é encarada com bons olhos por estes trabalhadores. Em especial os policiais do GTOP, que tem sua atividade direcionada para outros tipos de ocorrência, que exigem maior *ostensividade*.

Espera-se que o trabalho seja sempre voltado para a prisão de pessoas e a apreensão de drogas ou armas, quando isso não ocorre, os próprios policiais rechaçam a ocorrência. Segundo um dos entrevistados, quando o trabalho não resultava em prisões haveria uma certa decepção:

[...] não é que a gente vai entrar numa viatura que o policial que ele só quer cumprir com o serviço dele e ir embora. Bom, eu quero cumprir meu serviço, ir embora e fazer com que a cidade esteja segura. Se eu não prender ninguém eu saio decepcionado do meu serviço. (Fala do policial - 2018_GFPLA_SB)

A execução das prisões seriam a meta - e a métrica - do trabalho policial, especialmente nos Grupos Táticos. As ocorrências que envolvem conflitos são muito complexas, porque envolvem valores, moralidades, e a própria perspectiva de cumprimento de papéis sociais. Os policiais esperam que pessoas representem seus papéis de certas maneiras, em perspectivas majoritariamente conservadoras, ou seja, que filhos ajam de determinadas formas, que jovens se comportem de certo jeito, que as relações entre marido e mulher se constituam de forma específica, que os arranjos familiares sejam *estruturados*, e assim por diante. Os conflitos colocam em xeque justamente estes papéis e suas execuções no cotidiano, ameaçando não apenas aquela relação em disputa naquele momento, mas a sociedade como um todo.

Ainda que este seja um dos principais aspectos que não se sustente na realidade objetivado trabalho, pois a maior parte do que os policiais fazem são atendimentos ao público, rondas, ou mesmo trabalhos assistenciais, os discursos de formação continuada, de prática cotidiana, ainda rondam apenas o universo de combate ao crime. E toda uma

formação de valorização profissional está pautada em uma parte mínima do trabalho cotidiano. Além disso, é este aspecto que forma a imagem que os policiais fazem de si mesmos e que transparecem para a sociedade como um todo. O combate ao crime, a prisão de pessoas, a apreensão de armas e drogas são vistas como a principal, e talvez a única, função da PM. Por isso serão mais valorizadas e reconhecidas, sendo cada vez mais incentivadas e “celebradas”, não apenas por policiais, mas pela sociedade como um todo. É nesta mesma perspectiva que a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal divulga seus dados mensalmente sobre *Produtividade Policial* e descreve apenas as categorias: Tráfico de Drogas; Uso e porte de drogas; Posse/porte de armas; e Localização de veículos. Deixando explícito que a quantificação e validação da atividade policial será feita a partir desta métrica.

Nesta lógica, constrói-se no campo da Segurança Pública uma abordagem ainda mais radical e violenta, especialmente contra aqueles entendidos como “bandidos”, representados por discursos como “bandido bom é bandido morto”, por exemplo. O campo da resolução de conflitos é escamoteado, em seu lugar aparece o discurso da guerra sem fim, contra bandidos cada vez mais audaciosos e que contam com a condescendência do sistema judiciário e a defesa dos *direitos humanos*. Este fator é, no caso da violência, uma importante ferramenta, pois fornece “resposta ao que não se compreende ou ao que não se aceita na história e exercendo papel importante na reafirmação de identidades sociais, o mito do complô termina funcionando como instrumento poderoso para a exclusão dos diferentes e justificador de fracassos” (MESSENBURG, 2017, p. 635-636). Assim, todas as mazelas da sociedade, as falências do sistema de justiça criminal e a própria dificuldade encontrada no enfrentamento da violência passam a ser justificados por uma suposta falta de recrudescimento das penas, da baixa punibilidade, ou mesmo uma ausência de violência por parte dos operadores de segurança pública.

Em uma análise mais retida, a experiência do DF, resguardada suas particularidades históricas, econômicas e culturais, mantém algumas semelhanças com o processo descrito por David Garland em seu trabalho *A cultura do controle: crime e ordem na sociedade contemporânea*, especialmente no que diz respeito à formação da imagem dos indivíduos criminosos, a capilaridade da violência urbana e os desdobramentos destas características na construção do cotidiano. Trataremos primeiro da questão dos indivíduos “potencialmente criminosos” ou mesmo aqueles compreendidos como perigosos, que exigiriam maior controle sobre seus corpos, seus trânsitos na cidade e suas atividades.

Nesta perspectiva, o trabalho de Monteiro (2020) também contribui de forma significativa para o debate, na medida em que investiga a construção das narrativas midiáticas a respeito de crimes e criminosos, a partir da análise de matérias feitas em um jornal local. Os resultados apresentados pelo autor demonstram uma importante reincidência da categoria “peba”, expressão compartilhada socialmente, tanto por cidadãos comuns como por operadores do sistema de justiça. Com distintos sentidos para os diversos grupos que compõem a realidade social, a categoria *peba* é, neste caso, a descrição de possíveis bandidos, normalmente identificados como sendo jovens, negros e moradores de periferia. Ainda neste sentido, os tratamentos dados aos “criminosos” demonstram:

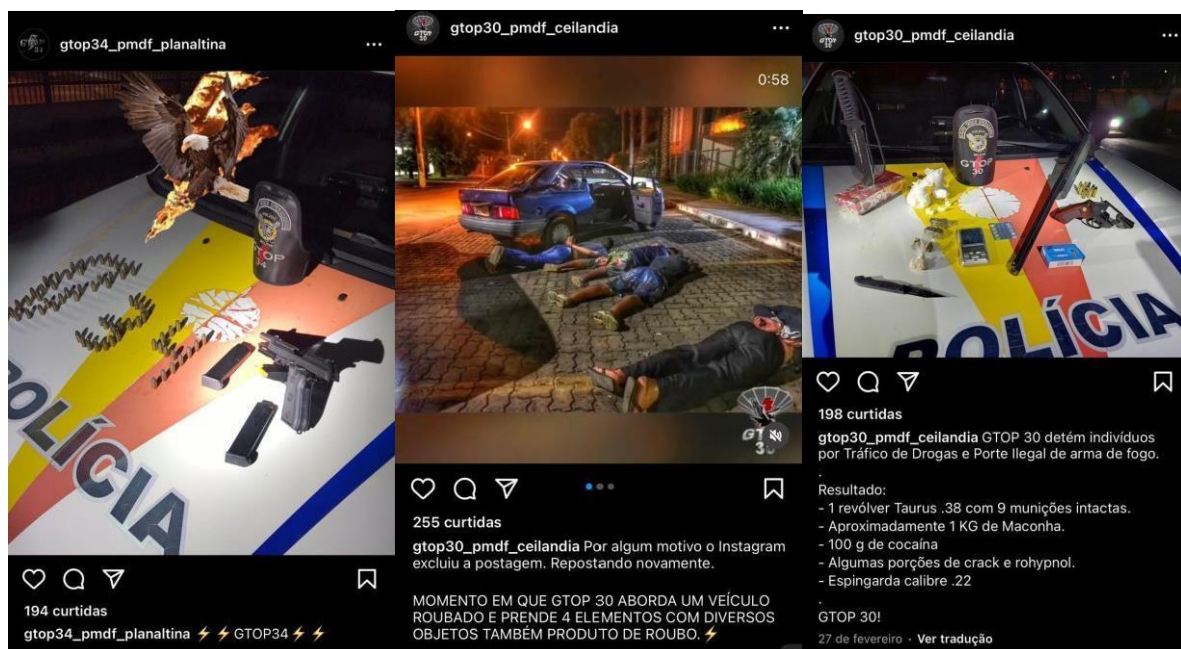
[...] uma tendência a considerá-los culpados mesmo sem a devida investigação criminal pela Polícia Civil, sem a denúncia do Ministério Público e sem a devida sentença do poder judiciário, conforme se espera em um Estado democrático de direito. Por outro lado, independentemente de terem cometido crimes ou não, sua associação à monstros, à condição de psicopatia ou a animais configura uma maneira de desumanização. O que esse tipo de jornalismo faz é mais do que criar uma narrativa acusatória; é também um julgamento moral de rebaixamento da condição de humanidade desses indivíduos. (MONTEIRO, 2020, p. 842)

Compreendendo a centralidade que a mídia de massa tem na formação das moralidades contemporâneas é inegável o impacto destas imagens do “outro” criminoso no imaginário coletivo. Como colocado anteriormente, a mídia possui um importante papel na construção da realidade social, pois, “mais do que apresentar os fatos ‘representa’ sua versão dos mesmos, ‘produzindo’ o evento no processo mesmo de edição da notícia, com a consequente ‘criação’ de uma realidade já interpretada, na qual a riqueza dos detalhes é transformada em parâmetro de fidedignidade e a versão representada em sinônimo de única possível” (PORTO, 2010, p. 17). Desta forma, a mídia constrói uma imagem a respeito de uma série de indivíduos que passam a ser vistos como criminosos, ainda que não tenham sido submetidos a um julgamento ou mesmo que não tenham cometido algum crime. Além desta rotulagem, estes sujeitos são rebaixados a uma condição desumana, tornando justificável - e por vezes desejáveis - sua submissão às possíveis violências que possam sofrer.

Em um imperativo de também construir estas narrativas, a própria instituição policial mantém suas páginas de notícias oficiais, além de manter páginas em redes sociais. Em um formato não oficial, os grupamentos táticos também mantêm páginas em redes sociais, onde disponibilizam fotos das ocorrências atendidas, prisões e apreensões realizadas. Em um formato sempre semelhante, os policiais exibem o resultado de suas

ações, em posturas sempre iguais.

Imagem 01 - Páginas de Instagram - GTOP 30 e GTOP 34



Fonte: Páginas do Instagram - GTOP 30 de Ceilândia e GTOP 34 de Planaltina

Além de dar uma importante noção de como os criminosos são exibidos ao “público”, estas narrativas também orientam sentimentos de suspeição e possíveis ações do sistema punitivo. Compartilha-se, portanto, um perfil daquele que pode ser o potencial agressor, o *peba*, um sujeito desumano, monstruoso, prestes a atacar, e suas representações passam a tomar conta do imaginário coletivo. Afinal, “[...] determinados conceitos e categorias, usados para entender o mundo, possuem uma origem social, ou seja, dependem dos estados da coletividade e da organização social em que são formulados, sendo representações que as sociedades fazem de si mesmas” (AMES; NEVES. 2014. p. 43). E são justamente estes *estados da coletividade* que permitem que certos indivíduos sejam relegados a esse papel. E é nesta direção que tais considerações sobre o possível bandido extrapolam a representação dos indivíduos, se espalham por territórios, práticas, modos de vida e, neste caso, por todo um grupo de sujeitos “marginais”. Os indivíduos tidos como criminosos serão os excluídos, alvos das políticas de controle social de punição, pois mesmo os que não cometeram nenhum tipo de crime, ainda serão compreendidos como potenciais agressores – ainda que nunca o sejam. Este grupo será, como definido por Misse, um conjunto de sujeitos “cuja morte ou desaparecimento podem ser amplamente desejados” (2010, p. 17).

Nesta dinâmica, as instituições policiais são especialmente orientadas para

controlar e suspeitar desses sujeitos. Um dos aspectos que reitera tal compreensão compartilhada de suspeição se dá justamente na forma como policiais moldam suas práticas cotidianas, construídas a partir desta percepção de quem é o *sujeito criminoso* - reforçando a ideia de que, a despeito de não haverem sujeitos suspeitos, mas atitudes suspeitas, ainda há um padrão de indivíduos que se sobressai em todos os grupos focais. Ao serem questionados sobre o perfil das pessoas que cometem crimes em suas localidades, todos os grupos focais descreveram: homens jovens, entre 14 e 25 anos - em dois dos grupos focais os policiais descreveram que o perfil racial era de pessoas negras, mas, segundo os mesmos, isso se daria porque nas regiões pesquisadas a maior parte da população seria negra. Portanto, ainda que não se explicita um perfil racial, há uma racialização do perfil dos criminosos. Neste sentido, Silva contribui para o debate descrevendo estes como o “tipo ideal” das abordagens policiais. Segundo o autor:

O tipo ideal do indivíduo suspeito, o *peba*, é a figura de um homem, pobre, jovem, com tatuagem/brincos e negro que traja roupas folgadas (bermudão e camisa com número nas costas e, geralmente, do grupo musical Racionais MC's) com boné. Geralmente essas vestes são usadas por pessoas que se identificam com o movimento Hip Hop. [...]. Essa classificação, apesar de existir idealmente, é uma construção orientadora das ações. Quanto mais o indivíduo se aproxima de tal classificação mais ele se torna suspeito, quanto mais ele se distancia desta tipificação, mais torna-se não suspeito ou até mesmo uma possível vítima. Cabe lembrar que tais discriminações negativas (indivíduos suspeitos) e discriminação positivas (indivíduos não-suspeitos) são acompanhadas por um arcabouço de técnicas policiais militares construídas no cotidiano policial ou orientadas pela doutrina policial, como o uso progressivo da força policial, por exemplo. (SILVA, 2009, p. 98)

Cabe destacar ainda que, durante todo o trabalho de campo, minha posição enquanto não suspeita marcava toda a experiência de campo, que vai desde a autorização da minha entrada em todos os quartéis, mesmo sem identificação ou confirmação do que iríamos fazer, até a receptividade por parte dos policiais. Portanto, a visão compartilhada dos indivíduos entendidos como perigosos opera não apenas na construção de um imaginário, mas em sua operacionalização prática, nas *práxis* policiais. Dentro e fora dos quartéis, ser localizado e identificado como suspeito trará uma série de desdobramentos, que vão desde as abordagens a possíveis detenções, ou até mesmo violências físicas. A realidade social construída coletivamente e seus significados são colocados em prática pelos operadores do sistema de segurança pública e, posteriormente, pela justiça criminal. Sendo assim, se constrói um sistema que opera a partir destas categorias, vigiando e punindo um grupo específico de indivíduos.

Esta suspeição, por sua vez, ultrapassa o limite dos indivíduos e se espalha para

territórios, quadras, regiões administrativas. Como colocado por Michel Misse “a sujeição criminal também se “territorializa”, ganha contornos espaciais e amplifica-se nos sujeitos locais[...]” (2010, p. 20). Em uma relação dialética entre indivíduos e espaços, a suspeição passa a integrar o cotidiano da cidade. Sendo assim, não se trata apenas de uma categoria de indivíduos entendidos como suspeitos, mas também de territórios e quadras que passam a ser encarados desta forma, em especial aqueles onde ocorrem as chamadas “guerras” - locais onde há disputa por território ou por pontos de comercialização de drogas. O espaço urbano, profundamente marcado por desigualdades, passa a ser classificado também pela ótica da suspeição, seja nas cidades onde os indivíduos suspeitos não são admitidos, seja pelas cidades em que estes estão em maior número e são “pertencentes”. A partir destas categorias se constroem práticas públicas compartilhadas, seja pelas instituições estatais, seja pelos próprios sujeitos, moradores ou não, destes espaços.

Sob outro aspecto, as polícias também podem ser encaradas como pontos fulcrais das instituições de controle, pois o “tipo de controle social e a forma de atuação das polícias são aspectos interligados. A alteração num deles implica em profundas mudanças no outro. Não há como dissociá-las” (COSTA, 2008, p. 426). As mesmas integram um sistema mais amplo e complexo de controle social, e suas práticas, como salientado anteriormente, não podem ser resumidas apenas a este ponto, contudo, é importante compreender como se dá a constituição dessa ordem, pois ela é norteadora do trabalho policial. Como colocado por Foucault (2011), as instituições policiais são “aparelhos estatais que têm por função não exclusiva, mas principalmente, fazer reinar a disciplina na escala de uma sociedade” (IDEM, p. 204). As definições das disciplinas impostas serão determinadas pelas relações de poder que regem a sociedade. Neste caso, é preciso compreender não apenas o lugar que estas instituições ocupam, mas também a realidade das sociedades que a precedem, afinal, pouco significa dizer que se tratam de instituições de controle, sem definir como essas relações se dão neste contexto. Inicialmente, é preciso destacar que a noção de poder aqui se estabelece em uma perspectiva foucaultiana, ou seja, como algo que se exerce de forma relacional, não como algo que alguém possui. Segundo o autor:

O poder se exerce em rede e, nessa rede não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de ser submetidos a esse poder e também de exercê-lo. Jamais eles são o alvo inerte ou consentidor do poder, são sempre intermediários. Em outras palavras, o poder transita pelos indivíduos, não se aplica a eles (FOUCAULT, 2011, p. 26).

Logo, policiais e população exercem constantes relações de poder, que se

modificam e reestruturam nas mais diversas configurações. Este exercício de poder, ainda que seja autoritário, se dá de forma variável e pode esbarrar em uma série de intempéries, sendo cambiável, e oferecendo, em suas mais distintas formas, algum tipo de resistência. Nas interações face a face, as intermediações entre polícia e sociedade ficam à mercê da individualização, das pequenas autoridades, dos desmandos e ameaças que marcam a desigualdade de direitos, comum à sociedade brasileira, e ao próprio reconhecimento da autoridade policial enquanto tal. Afinal, ainda que o exercício da autoridade possa ser arbitrário, o reconhecimento dessa autoridade nem sempre o será. Sendo assim, como colocam Muniz e Silva ao descreverem a construção das decisões policiais: “Em cada decisão policial, tem-se um tipo de conciliação prática, desafiadora do que seja o legal, o legítimo, o politicamente autorizado, o ético, o tecnicamente válido e o socialmente tolerado” (MUNIZ, SILVA. 2010, p. 457). Desta forma, o trabalho policial requer uma constante negociação entre cidadãos, o manejo da lei e sua aplicabilidade.

Ainda neste sentido, é importante lembrar que “[...] o fato de que a sociedade é segmentada, dividida em partes desiguais e complementares, implica que tais partes ocupam, desde logo, um lugar definido nesta ordem social, que mantém a pirâmide em seu lugar, impedindo que ela tombe ou inverta sua posição” (LIMA, 2008, p. 243). Portanto, os distintos espaços ocupados por estes indivíduos nortearam as dinâmicas do atendimento policial. E estas diferentes colocações implicaram em atendimentos específicos, intervenções e ações direcionadas. Um desses exemplos é citado pelos policiais ao descreverem a presença de jovens em esquinas e becos da cidade. Ao descrever a diferença entre o policiamento ostensivo nas cidades de Ceilândia e Águas Claras, o policial diz que:

[...] você não vai pegar um menino de 12, 13 anos lá em Águas Claras, é muito difícil. Mas aí vê o nível também, eu creio que seja isso aí mais... é, a gente até fala aqui sobre o nível social. Porque em Águas Claras você tem... em Águas Claras, no Plano Piloto, você tem um pai e uma mãe presente. O pai trabalha, a mãe trabalha, tem emprego bom, o cara tem um apartamento legal, tem comida todo dia. Aqui, nós vimos aqui, não que justifique, mas aqui você vê a mazela. (Fala do policial - 2019_GFCEI_SE).

Esta colocação demonstra como os jovens são percebidos e reconhecidos nas diferentes cidades, ainda que o policial saliente que exista tráfico nas duas cidades, o perfil descrito como criminoso será, necessariamente, o jovem negro na esquina da cidade periférica. As estruturas da economia capitalista, por sua vez, e suas demandas produtivas, determinam as penalidades e os controles impostos pelas instituições policiais que não

serão aplicadas a todos os grupos e indivíduos da mesma forma. Ao contrário, elas perpetuam as dominações de classe e orientam suas ações para a exclusão dos indesejáveis, dos pobres, dos improdutivos e todos aqueles que não são úteis para o sistema – ainda que esta posição seja contraditória, especialmente para os policiais de baixa patente. Os sistemas punitivos respondem às necessidades de manutenção dos privilégios através das ações de suas instituições, especialmente as polícias. Por isso, a imagem da polícia também aparece constantemente associada à perpetuação de uma sociedade de classes desigual, racista e violenta.

Porém, ainda que a polícia possa aparecer como propagadora de privilégios de certos grupos sociais, devemos destacar que historicamente essas manutenções, restritas a alguns grupos sociais, não se produziram apenas pelas ações policiais. Ao contrário, o controle e a segregação do outro sempre estiveram presentes na história brasileira, e a violência, por vezes atribuída exclusivamente às ações policiais, “tem sido a condição subjacente a este processo, responsável pela prática de uma sociabilidade sempre baseada na segregação, que depende da desqualificação simbólica e do confinamento físico (pela força) do outro [...]” (SILVA, 2011, p. 79). Sendo assim, seria reducionista considerarmos as instituições policiais como meras perpetuadoras de desigualdades, tendo em vista que a produção destes processos de exclusão e isolamento social precedem à existência da própria polícia e utilizam outros aparatos institucionais para perpetuar as desigualdades sociais. Mas o impacto destas relações é percebido na prática policial, cotidianamente.

Em meio a este emaranhado de condições, estão os trabalhadores da polícia militar, cidadãos comuns que exercem um ofício como tantos outros. Sem embargo, a natureza do trabalho policial produz uma série de implicações nas identidades dos indivíduos, na construção da sua prática cotidiana e na sua interpretação do mundo ao seu redor. Para compreender a posição que estes indivíduos ocupam, é preciso considerar a natureza particular de seu trabalho, pois, como colocado por Bittner, trata-se de uma tentativa de ordenar um emaranhado de interações complexas:

Uma grande variedade de serviços de cada espécie, que envolvem todos os tipos de emergências, controle de badernas, propostas de entendimento em disputas e um leque quase infinito de intervenções necessárias no fluxo de vida da sociedade moderna, [...]. Nem há qualquer reconhecimento do fato de que muitos desses problemas humanos e sociais são bastante complexos, sérios e importantes, e que lidar com eles requer habilidade, prudência, julgamento e conhecimento. (BITTNER, 2013, p. 17).

Portanto, o cotidiano do trabalho policial está permeado pela necessidade de

controlar aquilo que, por vezes, sequer é esperado. A atividade diária passa a moldar o indivíduo, que precisa estar apto à possibilidade de intervir, mesmo que não esteja em seu espaço/tempo de trabalho. As demandas do trabalho policial ultrapassam a barreira do local, do horário e até mesmo da farda. Há a imposição de uma necessidade contínua de vigilância, de cerceamento, de manutenção e controle da sociedade por parte deste agente. Ou seja, a identidade profissional dos policiais militares é impregnada pela natureza do próprio trabalho, portanto, se a natureza da instituição é a manutenção da ordem, aos seus agentes caberá a obrigação contínua de mantê-la. Frente a este imperativo de controle, os policiais desenvolvem estratégias para lidar com a iminência de riscos e obrigações de intervenções constantes.

Neste contexto de ocorrências diversas e necessidades de ordenamentos, os policiais formam seus conhecimentos e organizam o trabalho, a fim de produzir um mínimo de previsibilidade frente ao cotidiano repleto de riscos e incertezas. As características comuns à atividade passam a nortear não apenas as ações do trabalho, mas dominam também o imaginário dos indivíduos, criando uma espécie de obrigatoriedade quase heróica de estar sempre apto e pronto para todo o tipo de infortúnios. As estratégias formadas por estes policiais não dizem respeito apenas a uma estratégia de trabalho criada para executar bem ou mal certa atividade, mas, para além disso, representam uma obrigatoriedade de atenção e aptidão permanente para o trabalho.

A complexidade oriunda da tarefa por vezes ultrapassa a execução de um trabalho e se impregna na identidade dos próprios indivíduos. Por vezes a expressão “tirar ranço de paisano” é utilizada por policiais para se referir a este distanciamento criado entre a sociedade e os policiais, dada a necessidade de estar sempre disposto a lidar com as fragilidades e descontroles da vida cotidiana. O trabalho policial aparece como um imperativo que se sobrepõe ao indivíduo e se apropria, quase que por completo, das possíveis identidades individuais que precedem a vida policial. Como salienta Muniz:

[...] os processos simbólicos de constituição de trajetórias que guardam a pretensão de lidar, de forma mais intensa, com os estados excepcionais de fragilidade e do descontrole humano como o medo, a hostilidade, a doença, o transtorno mental, as manifestações de ódio e violência, etc. Grosso modo, a dinâmica de construção social dessas carreiras é, em maior ou menor grau, estruturada por uma gramática que cobra de seus inscritos um tipo de adesão total, que reivindica dos seus sujeitos uma vinculação social substantiva e totalizante [...]. Isto pode ser observado no exercício disciplinado da abnegação e da entrega ao ofício; na experimentação do sofrimento individual provocado pelos períodos forçados de afastamento e de privação das boas coisas da vida; na valorização do sacrifício como passaporte necessário para a realização de uma causa nobre, etc. (MUNIZ, 1999, p. 103).

O caráter englobante das identidades policiais militares toma conta da vida cotidiana destes indivíduos, impondo uma rotina voltada quase exclusivamente para a ocupação policial. A emergência do exercício de controle do social, de mediação de conflitos e mesmo de combate à criminalidade, parece orientar a vida destes sujeitos dentro e fora dos quartéis. O imperativo de estar sempre pronto para o possível combate, sempre armado e vigilante, sempre desconfiando daqueles que o rodeiam, carregam o dia a dia policial. É preciso ser policial 24 horas por dia, 7 dias por semana, afinal “Você é policial, está policial o tempo todo” (Fala do policial - 2019_GFCEI_SO). Por esta razão, é importante compreender o lugar que o sofrimento tem na construção da prática policial, especialmente no grupamento tático. Neste caso, o sofrimento e a dor, e a compreensão de que se pode resistir a estas violências, ocupam um lugar mais importante que o aprimoramento técnico. Ou seja, parece ser mais relevante resistir à toda a sorte de violências que colocar em prática as novas técnicas, mais efetivas e eficazes para o trabalho policial. Estas violências representam condutas autoritárias e violentas, que também serão impostas a certas parcelas da população. Para que isso ocorra é necessário que se construam condições históricas-culturais que não só legitimam, como também perpetuam este tipo de conduta, pois:

[...] enquanto modelo de controle social, a repressão encontra eco em (e ao mesmo tempo sinaliza) valores societários autoritários a partir dos quais se assume, até prova em contrário, todos são culpados, e a lei e a ordem têm de ser garantidas (PORTO, 2004, p. 135).

Tudo aquilo que diz respeito a esta ordem, autoritariamente imposta, construída em uma sociedade desigual e reificada diuturnamente de forma violenta. É justamente essa imposição da ordem que constrói essa relação entre polícia e sociedade, por vezes violenta, sem reconhecimento de sua legitimidade. Assim, compreender o trabalho policial, seu desdobramento e impacto no cotidiano das cidades é, necessariamente, entender como a sociedade se estrutura, se (des)organiza, como se constitui e aplica o controle social e, acima de tudo, como se governa a população, seus tempos e trânsitos. Trata-se também de perceber essa prática de trabalho, essa atividade laboral que se configura, como tantas outras, nos condicionamentos sociais que lhe são impostos. E, por fim, entender quem são estes agentes, os cidadãos policiais, que trabalham na mediação de conflitos, na aplicação da lei e na manutenção da ordem social.

Sendo assim, os capítulos a seguir expõem as relações que se estabelecem entre a polícia militar e sociedade no Distrito Federal, considerando especialmente a formação

histórica e geográfica da capital. Neste sentido, considera-se que o trabalho policial se executa, necessariamente, no espaço público, nos controles e negociações da vida cotidiana, e por isso a formação da cidade produz tanto impacto no que se compreende enquanto função da polícia.

2.1. A polícia de 200 anos na cidade de 60 – o paradigma da PMDF.

Compreender as instituições policiais é, necessariamente, desvendar as formas como o controle da população, do tempo e dos espaços públicos é realizada, pois “[...] a polícia é, em princípio, a instituição designada, [...] para fazer cumprir, em última instância, empiricamente, as regras de utilização dos espaços públicos” (LIMA, 2008, p. 244). Logo, compreender a formação do espaço é fundamental para definir a instituição policial e o seu papel. A primeira instituição brasileira reconhecida por seu papel de *polícia* foi a Guarda Real de Polícia, fundada pela Coroa Portuguesa, e não tinha qualquer vinculação com o povo ou o território nacional. Ao contrário, sua criação estava ligada à defesa da família real, que precisava se proteger de possíveis riscos oferecidos pelos habitantes do território brasileiro (BRETAS, ROSEMBERG, 2013). Em sua origem, a polícia brasileira tem como princípio a atividade voltada para a defesa do Estado e o controle da população, que ainda não era entendida como cidadã. Com o passar dos anos, a polícia ocupou diversos lugares na organização social brasileira, em contextos ditatoriais e democráticos, seu lugar foi se modificando ao longo da história. Contudo, essa origem funda uma relação de estranheza e afastamento entre polícia e população, e o seu desenvolvimento esbarra em uma dificuldade substancial de reconhecer e fazer valer os direitos cidadãos, pois,

[...] as nossas Polícias Militares, em quase dois séculos de existência, nem sempre funcionaram como organizações policiais propriamente ditas, [...], sendo, ao longo de suas histórias particulares, mais empregadas para os fins de segurança interna e de defesa nacional, do que para funções de segurança pública” (MUNIZ, 2001, p.4).

O estabelecimento de uma instituição voltada para segurança interna e defesa nacional, causaria diversos impactos na concepção da própria função das instituições de controle, pois os princípios que norteiam as policiais brasileiras não se relacionam à existência de um estado de direitos, ao contrário, são direcionados à supressão de uma população que oferece riscos a um projeto de nação. Esta origem impacta na dificuldade

de formação desses policiais e na execução das próprias ações de policiamento, pois as lógicas voltadas para guerra contra o inimigo ou a defesa do Estado Soberano, comum às Forças Armadas, ainda estão muito presentes nas práticas cotidianas dos policiais. Sendo assim, a existência de uma polícia cidadã, defensora de direitos dos indivíduos, divide lugar com uma instituição formada para defender o Estado de seu próprio povo, entendendo algumas parcelas da população não como detentoras de direitos, mas como inimigos em potencial.

No caso da Polícia Militar do Distrito Federal, sua origem é emblemática e esbarra numa questão paradoxal. Apesar de a cidade ter apenas 62 anos, os policiais brasilienses carregam na farda o Brasão de Armas, que traz sua origem na Guarda Real de Polícia fundada em 1809 por Dom João VI, demonstrando uma continuidade no mito de origem da instituição. Essa construção desconsidera a origem da polícia brasiliense e da própria cidade, que não poderia abrigar uma instituição centenária. Essa construção ignora, inclusive, a resistência encontrada na antiga capital carioca, em especial entre militares. Contudo, cabe destacar que este apagamento da história faz parte da própria constituição do DF, que sublimou a participação dos trabalhadores que construíram a capital, enquanto ressaltava o discurso acerca da *modernidade* alcançada por seus projetistas, como Oscar Niemeyer e Lúcio Costa.

Imagem 02 - Brasão de armas usada por policiais da PMDF



Fonte: Site da PMDF

Esta constituição faz parte da história e da memória da PMDF e possui uma finalidade, pois, “memórias coletivas voltadas para um passado que se busca salvaguardar cumprem assim duas funções essenciais: a coesão interna e a defesa das fronteiras comuns ao grupo” (SOUSA, 2014. p. 65). A manutenção da data produz um reforço simbólico na

história da instituição, que se torna centenária e precede, inclusive, a construção da cidade. Reforça-se, assim, a imagem da própria polícia enquanto instituição que antecede a capital, como algo durável e constante, que se mantém ao longo do desenvolvimento da própria história do país. A polícia brasiliense mantém, portanto, essa imagem centenária, quase como um legado, criada para além de um estado de direito, afastada da população e do ideal de garantia de direitos, que vem de fora para se estabelecer enquanto instituição de controle daqueles que ali se encontravam. Esse desenvolvimento esbarra em tentativas mais recentes da própria instituição de se aproximar da sociedade, como projetos de policiamento comunitário.

Neste mesmo sentido, a própria PMDF conta hoje com uma estrutura¹⁶ distinta, com a constituição de um Comando Geral, indicado pelo Governador. Subordinados a esse Comando estão os órgãos de planejamento estratégico e, em sequência, os órgãos de execução. O trabalho policial ostensivo propriamente dito é realizado por meio de Batalhões de áreas, que estão submetidos aos Comandos de Policiamento Regional, cada um desses sendo responsável pela execução dos trabalhos em um nível intermediário. Além do policiamento de área, que fica a cargo dos Comandos Regionais de Policiamento, há o Comando de Policiamento de Missões Especiais, que coordena os Batalhões Especializados, como o BOPE, o BPCHOQUE, a ROTAM, entre outras. Ao todo existem 23 Batalhões de Polícia Militar em todo o DF, que estão submetidos a 6 Comandos de Policiamento Regional, responsáveis por policiar todo o território da cidade. De forma mais direta, são esse batalhões que executam o policiamento direto da cidade e são submetidos aos seus comandos locais, enquanto as unidades especializadas estão subordinadas às ordens diretas do Comandante Geral e do Governador. Em uma perspectiva prática, significa dizer que as unidades especializadas responderão ao Comando Geral, enquanto os comandos locais determinarão os policiamentos territoriais. Sob esse cenário se constrói o Grupamento Tático Operacional, buscando responder às demandas locais, sem que houvesse, necessariamente, uma submissão ao Comando Geral.

Essas configurações da PMDF respondem ao desenvolvimento da própria cidade, que foi planejada para abarcar a capital federal, mas acabou tendo seu território transformado pela ocupação desenfreada desde sua origem. A construção da cidade começou no ano de 1957, Brasília representava a meta síntese do plano de Juscelino

¹⁶ Para melhor compreensão da estrutura da PMDF, ver Anexo 03 – Organograma Operacional da PMDF.

Kubitschek e foi construída de maneira brutal, exigindo dos trabalhadores uma dedicação ininterrupta. Por vezes, cargas horárias exaustivas se somavam a condições precárias de trabalho, moradias insalubres e alimentação deficiente. Além destes aspectos, a construção da capital também ficou marcada pela suspensão de direitos trabalhistas dos candangos. Os trabalhadores ficavam em alojamentos e passavam a maior parte do dia nos canteiros de obra, como descreve Sousa:

Os galpões possuíam dez a quinze quartos com beliches de dois a três andares. Os sanitários eram um buraco cavado no chão e protegidos com uma porta de lona e o acampamento também tinha problema de falta de água. As camas tinham colchões de capim e predominava enorme falta de higiene: pulgas, percevejos e piolhos de espalhavam pelo ambiente, sendo necessário diversas vezes queimar os colchões. Ascantinas (restaurantes) tinham longas filas devido ao grande número de operários dos alojamentos, o que deixava os trabalhadores famintos esperar muito tempo para o café, almoço ou jantar. Esta situação de desconforto e privação resultava inúmeras vezes em quebras das cantinas por motivos da comida crua, estragada ou com pequenos animais mortos dentro dela. Nessas ocasiões, a polícia era chamada pela direção da empresa para “pôr ordem” no acampamento. (SOUSA. 2014. P. 68)

As condições de trabalho se somavam a estados de vida extremamente desagradáveis, em canteiros de obras sujos, sem a mínima condição de higiene para manutenção dos operários. Longas jornadas de trabalho, conduzidas em situações insalubres e sem segurança, deixavam os operários à mercê da morte por acidentes ou doenças. Em meio a esse cenário, surge a primeira instituição *policial*, formada inicialmente para preservar o patrimônio das empresas que participavam da construção de Brasília. Posteriormente, com o desenvolvimento da construção, a chegada de novos trabalhadores e a constituição de novos espaços e dinâmicas sociais, criou-se uma nova demanda, de controle dos trabalhadores. A primeira polícia brasiliense, portanto, é formada por “vigias emprestados”, sem treinamento ou qualquer preparo, e que buscavam atuar na contenção e repressão dos candangos.

Neste cenário de trabalho intenso na construção da nova capital, uma instituição policial de caráter paramilitar ganha proeminência: a Guarda Especial de Brasília. Criada pelo Departamento Regional de Polícia de Brasília (DRPB) que absorveu a Guarda Policial e a Guarda Rural da Novacap, estava subordinada à Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás, mas suas despesas de ordem material e pessoal estavam a cargo da Novacap. A companhia responsável pela construção de Brasília. (SOUSA, 2014. P. 68)

Surge, assim, a Guarda Especial de Brasília, responsável inicialmente pela preservação patrimonial e, posteriormente, pelo controle dos trabalhadores e manutenção da ordem nos canteiros de construção e nas cidades recentemente inauguradas - Taguatinga e Sobradinho, e posteriormente o Núcleo Bandeirante. A GEB era formada por operários escolhidos entre os próprios candangos, aqueles considerados fortes e

valentes, e alguns “ferozes elementos da polícia goiana” (SOUSA, 2014. p. 69). Seu objetivo era controlar os sujeitos e manter as obras em constante funcionamento, além de reprimir as manifestações realizadas pelos trabalhadores nos alojamentos. É neste cenário que acontece o massacre da construtora Pacheco Fernandes Dantas, no ano de 1959, um episódio que marca a memória dos trabalhadores da construção de Brasília. Durante o carnaval, trabalhadores da construtora ficaram revoltados com as condições em que a comida lhes foi servida, em um rompante de violência, os trabalhadores destruíram a cantina. Com o objetivo de cessar o movimento, policiais da GEB foram chamados ao local, contudo, o baixo efetivo não foi capaz de controlar os ânimos dos trabalhadores. Alguns relatos de trabalhadores contam que os policiais foram agredidos e expulsos da cantina. Ao anoitecer, os policiais da GEB voltaram ao alojamento da construtora em busca de vingança. Os candangos que presenciaram o massacre, contam que os policiais espancaram e atiraram em vários trabalhadores, causando a morte de pelo menos um deles (FERNANDES, 2018; RABELO, 2015; SOUSA, 2014).

Apesar de ter sido um episódio extremamente violento e ter marcado a história dos operários, o mesmo não foi reconhecido como marcante para a história oficial de Brasília. Em uma entrevista realizada pelo cineasta Vladimir Carvalho, em seu filme *Conterrâneos velhos de Guerra* (1990), o urbanista Lúcio Costa descreve o massacre como sendo apenas *um episódio*. Ao ser questionado sobre o assunto, o urbanista nega ter tomado conhecimento do fato e responde que: “ (se tivesse sabido do massacre na época da construção) não teria dado a menor importância. Do ponto de vista da construção da cidade, isto é apenas um episódio, não tem a menor importância” (SOUSA, 2014. p. 69). Enquanto isso, Niemeyer também afirmou nunca ter sido informado do acontecimento. Essas falas demonstram como a construção de Brasília se deu de forma desigual e violenta, justamente para aqueles responsáveis por tirá-la do papel. A falta de reconhecimento oficial e responsabilização dos autores fez com que o massacre nunca tivesse um desfecho certo, sequer ficou esclarecida a quantidade de trabalhadores mortos naquela noite. Na maior parte dos registros, há apenas uma morte, mas Sousa (2014) descreve que foram encontradas 93 malas sem donos no acampamento da construtora. Alguns trabalhadores, através da Associação dos Trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário de Brasília, ainda tentaram comunicar o acontecimento ao presidente JK, demonstrando um espírito coletivo entre aqueles que construía a cidade. O discurso sobre a construção da modernidade, de uma nova capital da esperança, pairava sobre todos

os envolvidos, e os candangos acreditavam fazer parte desta história oficial. Entretanto, aos responsáveis pela construção de Brasília “o que restou foi a máxima exploração de sua força de trabalho além da violência em um local onde a lei não se fazia presente” (FERNANDES, 2018, p. 39).

O massacre da Pacheco Dantas nos dá uma importante noção do cenário em que se constitui a primeira instituição policial da cidade. Com o decorrer dos anos, a polícia do Distrito Federal não sofreu intensas reformas ou mesmo rompeu com a estrutura que a antecedeu, ao contrário, a GEB ainda formava o efetivo policial durante a ditadura militar. Em outro documentário do cineasta Vladimir Carvalho, intitulado *Barra 68, sem perder a ternura* (2001), o autor entrevista alunos que haviam sido perseguidos durante a ditadura militar e viram a Universidade de Brasília ser invadida por militares e policiais da GEB em 1968. Assim, a despeito da falta de critério para incorporar os candangos às fileiras da GEB, eles continuaram a compor a polícia da capital, junto aos militares que vieram da antiga capital. Em fevereiro de 1966, a 1ª Companhia Independente de Brasília foi criada, incorporando os antigos *policiais* da GEB e os novos integrantes cariocas. Durante a ditadura, a PMDF ainda passou por formulações, constituindo-se como força auxiliar dos militares nas atividades de repressão e violação de direitos. Em uma das primeiras legislações, o Decreto-lei 667 de 1969, traz que a competência da PMDF é “atuar de maneira regressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o emprego das Forças Armadas” (BRASIL, 1969). Há, pois, uma permanência na polícia da capital, atrelada ao desenvolvimento da cidade e as mudanças históricas.

A construção da cidade de Brasília é, pois, determinante não apenas para a formação da instituição policial, mas para a execução do trabalho como um todo. Especialmente se considerarmos o desenvolvimento do próprio Estado e sua organização política, que são definidoras do conceito de ordem pública e todas as suas implicações (ZACKESKI, 2006).

No caso brasileiro, a emancipação política que possibilitou a eleição de governadores e deputados distritais, advinda da Constituição de 1988, representou a adoção de uma política de tipo assistencialista, especialmente nos governos de Joaquim Roriz, que acelerou o crescimento da cidade e com ele o agravamento dos problemas de infra-estrutura e de serviços que afetam as condições de segurança, especialmente das populações que sobrevivem em moradias precárias em assentamentos instáveis. (ZACKESKI, 2006, p. 359)

Se considerarmos que a polícia produz sua ação justamente na administração dos espaços e tempos públicos, a geografia da cidade se torna determinante. Assim, a

consolidação desse território fragmentando, desigual e inacessível para alguns sujeitos, determina também os modos de produzir policiamento. Nesse sentido, Miranda e Muniz (2021) descrevem que:

[...] falar de polícia corresponde a falar sobre modos de governar. Vigilância, disciplina e correção são parte dessa tecnologia de governo voltada para produção de controles espaço-temporais sobre populações e territórios. Falar de polícia é falar de um tipo de exercício de governo estatal ou não, público ou privado, legal ou ilegal, defluxos de valores, pessoas, bens e serviços. É tratar de práticas de governo que atravessam e ultrapassam a economia política do panóptico. Isto porque se voltam para a gestão do movimento de coisas, do deslocamento de pessoas, da circulação de ideias. Uma expressão de governo itinerante e pervasiva, distribuída nas entradas, encruzilhadas, fronteiras e saídas dos grupos sociais. Um dispositivo móvel de gestão para produzir controles também móveis sobre as temporalidades e as territorialidades dos sujeitos. Um meio potencial e concreto de força para afirmar as distintas formas de cidadania e os contornos, mais ou menos inclusivos, do status quo do pacto político-legal. Um modo de gestão de policiamentos para atender aos fins das políticas de administração da mobilidade espacial e social. (IDEM. 2021. P. 26)

O policiamento é, portanto, uma forma de governar tempos, espaços e sujeitos. Neste sentido, a construção de Brasília é determinante, pois sua formação traz em sua origem a marcada exclusão. Em oposição a outras cidades, onde os regimes de segregação vão se construindo no decorrer dos anos, ou através de processos de gentrificação, a capital federal tem em sua gênese o afastamento daqueles considerados indesejados. O projeto inicial da cidade previa apenas a manutenção daqueles que estavam na zona central, os trabalhadores ligados à construção deveriam retornar às suas cidades de origem assim que a capital estivesse construída. Uma das estratégias utilizadas para isso foi, justamente, a seleção de trabalhadores solteiros, sem família, que viriam para ganhar dinheiro e deveriam regressar. Contudo, o plano de contenção destes trabalhadores falhou e as ocupações começaram a se espalhar pela cidade. Afim de expulsar os indesejados, criou-se o Centro de Erradicação de Invasões, conhecida como Ceilândia, e outras ocupações para afastá-los da área nobre da cidade. Este processo de expulsão não se limita ao momento de construção, mas se mantém no desenvolvimento histórico da cidade. Esta construção e sua exclusão socioespacial teve desdobramentos, em especial no estabelecimento de fluxos de movimentos entre pessoas que moram nas Regiões Administrativas periféricas, nos municípios goianos e mineiros que circundam DF, e que estabelecem algum tipo de relação com Brasília. Como colocado por Batista *et al* (2016):

Estes movimentos migratórios apontam para a ausência de coesão entre os habitantes dos novos bairros precários que se configuram, a proliferação de choques culturais em função dos valores e costumes diversos dos habitantes, a ausência de serviços básicos, os conflitos em torno da ocupação do solo, do abastecimento de água e eletricidade para as residências, o que gera conexões clandestinas e disputas que podem acirrar os conflitos interpessoais. (BATISTA

A formação do DF consolidou uma forma de ocupar os espaços, excluindo e empurrando para as margens todos aqueles que não caberiam na capital federal. Neste sentido, o policiamento parece se adequar às particularidades da ocupação dos territórios nas Regiões Administrativas, sejam aquelas entendidas como cidades-dormitórios, ou aquelas onde os sujeitos periféricos devem apenas transitar. Significa dizer que há espaços e tempos de trânsito possíveis aos trabalhadores, assim como mecanismos que buscam delimitar e fazer valer essas regras de ocupação. O policiamento, por sua vez, controlará a circulação dos sujeitos, permitindo - ou não - que transitem em determinados espaços. Neste sentido, a polícia distinguirá aqueles que pertencem ao território, podem circular por ele e, acima disso, devem ter a segurança de seu trânsito garantido, em oposição àqueles que não devem estar ali, que precisam ter seu fluxo balizado, manejado pelas instituições de controle.

As interações entre os indivíduos e as ocupações dos espaços públicos passam a ser mediadas por uma identidade territorial que os precede. As discrepâncias de direitos individuais, características de nossa sociedade, se traduzem em uma aplicação desarmônica das normas, onde “embora sejam as mesmas para todos, não se aplicam a todos da mesma maneira, mas de maneira particular a cada um” (LIMA, 2003, p.80). Portanto, a utilização do espaço, que deveria ser pública e coletiva, é mediada justamente por essa economia discrepante de direitos, onde os direitos de uso não se aplicam a todos da mesma maneira. Esta concepção fica ainda mais clara se analisarmos a relação estabelecida entre os bairros centrais, como Asa Sul e Asa Norte, que mantêm a maior parte dos serviços culturais da cidade, como teatros, shows, restaurantes e bares, e bairros periféricos, que carecem desses serviços. A relação de exclusão fica clara quando observamos que o fluxo de transporte público do centro em direção à periferia é radicalmente reduzido após o horário comercial. Sendo assim, caberia aos trabalhadores a ocupação do centro apenas em momentos de trabalho, devendo retornar ao seu local de origem logo que se encerrasse o expediente. É nesta mesma direção que o policiamento se estabelece.

Em espaços de fluxo coletivo ou nos territórios entendidos como periféricos, as atuações da polícia vão variar. Ao passo que o atendimento ao público nos bairros nobres da cidade exige do policial maior cordialidade e traquejo ao lidar com a população, nas regiões mais periféricas, compreendidas como perigosas, impera a lógica da guerra ao crime e do combate contínuo, operando em uma lógica de policiais contra “inimigos”. Um

dos exemplos mais representativos está relacionado à própria constituição do Grupo Tático Operacional – GTOP, como colocado por Da Silva, a origem do grupamento se dá no 8º Batalhão da Polícia Militar, localizado na Ceilândia, e tinha como princípio construir equipes mais ostensivas para adentrar em territórios entendidos como perigosos (DA SILVA, 2016, p. 272). Aqui a percepção sobre o crime e o território se fundem, “a sujeição criminal também se “territorializa”, ganha contornos espaciais e amplifica-se nos sujeitos locais” (MISSE, 2010, p. 20). Toda a cidade passa a ser compreendida como *território perigoso*, onde haveria maior presença do crime e exigiria da polícia outra forma de abordagem.

Não obstante, o foco da maior parte das ações policiais ainda é o policiamento ostensivo. Por isso, a demanda pela criação de batalhões táticos ainda foi preponderante frente ao possível estabelecimento de outros tipos. A formação do GTOP, que ocorreu na década de 1990, se deu por uma demanda local dos próprios batalhões, que reivindicavam grupamentos mais repressivos e acessíveis, próximos aos próprios comandos de área. À época a PMDF contava ainda com outras unidades de policiamento operacional, mais antigas, datadas da década de 1970/1980, como o Batalhão de Operações Especiais – BOPE e o Patrulhamento Tático Operacional – PATAMO. Apesar de seu caráter mais repressivo, estas unidades se localizam na área central de Brasília, muito distante dos territórios periféricos entendidos como “perigosos”. Justamente por isso era imperativo criar grupamentos que fariam um trabalho semelhante, ainda que não fossem especializados, mas que se sobrepusessem às radiopatrulhas convencionais. Como descrito por um dos comandantes entrevistados:

Naturalmente, o grupo tático, por ter uma formação diferenciada, por trabalhar em ações mais complexas, a gente chama de nível 2, nível 3 né, normalmente eles têm uma relação de mais conflito com a comunidade, mas também quando eles chegam no local **tem que chegar pra resolver**. (Fala do policial - 2018_PLAN_MJG – Grifo nosso)

Sendo assim, o grupamento teria como função atender as ocorrências convencionais de maior complexidade, que não exigiam uma unidade especializada. Desde sua formação, o GTOP passou a complementar o policiamento ostensivo nos territórios correspondentes aos batalhões de áreas aos quais estão submetidos. Trata-se de um grupo tático para “chamar de seu”, na medida em que estão muito mais próximos dos comandos locais e da população, o que lhes permitiria ter maior proximidade com a área e a população, ampliando seus conhecimentos sobre território, população, e criando uma relação de confiança com a população. Em uma dinâmica distinta, outros batalhões

costumam permanecer aquartelados na área central, como é o caso do Batalhão de Operações Especiais – BOPE, Patrulhamento Tático Móvel – PATAMO e o Batalhão de Choque, localizados no Setor Policial Sul. Tratam-se de unidades especializadas, responsáveis pelo atendimento de ocorrências complexas, mas que não circulam pela cidade da mesma forma que os batalhões locais.

Assim, foram criados os batalhões mais táticos, cujo objetivo é oferecer um modelo de segurança mais repressivo, como no caso do GTOP, outras modalidades se estabeleceram, buscando atender às novas necessidades da cidade, e as constantes mudanças e alterações no mercado da cidadania. Um exemplo é o policiamento de Prevenção Orientado à Violência Doméstica e Familiar – PROVID, que possui uma orientação preventiva e busca impedir a ocorrência de casos de violência doméstica, através de policiamento com foco em famílias em situação de risco, visitas às vítimas de violência doméstica, além de um monitoramento de fatores de risco. Essa modalidade de policiamento opõe-se ao próprio trabalho policial convencional, feito de maneira reativa e não preventiva. Em resposta às inúmeras necessidades de policiamento da cidade, a PMDF é constituída por batalhões de áreas, que contam com viaturas ordinárias e do grupamento tático, e aqueles especializados, como o BOPE, Choque, PATAMO, ROTAM, BMT, TOR, entre outros. As unidades especializadas estão submetidas ao Comando de Missões Especiais, permanecem aquarteladas na zona central e suas ações são pontuais, em determinados territórios, produzindo a saturação do policiamento. Constroem-se, portanto, inúmeros tipos de grupos de atendimentos para os diversos serviços prestados pela instituição.

Por fim, é possível compreender que as mudanças no território modificam a forma como o policiamento é empregado, assim como a complexidade das relações que se estabelecem com o desenvolvimento da cidade. A compreensão da organização destas unidades de patrulhamento, seus objetivos e a forma como elas se deslocam pelo território, nos oferece uma gama de informações sobre a forma como a sociedade do DF organiza seus instrumentos de controle social e o fluxo de seus indivíduos pelo território. A partir da análise destas configurações, podemos perceber as relações de poder que se estabelecem entre os grupos dominantes e os dominados, aqueles que têm direito à proteção do Estado, e aqueles que devem ser reprimidos por ele. E à frente desse complexo emaranhado de relações sociais, se encontramos policiais, que buscam continuamente promover a ordem, por contínuas intervenções em situações de conflito e constantes

negociações de acordos de paz.

2.2. PMDF – A polícia depois da capital.

O crescimento da cidade foi acompanhado por uma modificação da própria instituição policial. A necessidade de formar policiais mais adequados a este novo mercado da cidadania promoveu uma série de mudanças, tanto no processo de seleção dos policiais - atualmente feita por meio de concursos públicos, com exigência de curso superior -, como na formação na Academia de Polícia - com mudanças nos cursos de formação, especialmente para praças, que deixaram de formar apenas Soldados, como no Curso de Formação de Soldados, para formar Praças, no atual Curso de Formação de Praças. Esses cursos foram sendo adequados às necessidades políticas de formar policiais e integrá-los na função diárias, e os policiais foram modificando sua forma de trabalhar e se relacionar com os cidadãos. No caso da PMDF, por ser uma instituição muito recente, podemos mapear alguns acontecimentos que marcaram sua história. O objetivo deste capítulo é descrever alguns destes episódios, fornecendo um panorama dos acontecimentos recentes ligados à instituição. Ainda no ano de 1999, policiais entraram em confronto com servidores da NOVACAP¹⁷, que reivindicavam melhores salários. A polícia acabou matando um funcionário e cegando outros dois, como coloca Porto:

Em 2 de dezembro de 1999, segundo notícia do *Correio Braziliense*, foi registrado um dos episódios mais truculentos da história da capital: de um confronto entre 146 policiais e cerca de 600 servidores da Novacap que reivindicavam melhores salários, resultou uma pessoa morta e 38 feridas (das quais, duas perderam a visão). Quase oito anos depois, nenhum culpado pela violência tinha sido condenado pela justiça (*Correio*, 29/07/07). (PORTO. 2009. P. 816-817)

Além de ter sido uma ação muito truculenta, é notável que não tenha ocorrido nenhuma punição aos policiais responsáveis, mesmo depois de oito anos. Outro episódio de violência que marca a história da PMDF é a agressão de um jovem negro próximo à Torre de TV, no ano de 2005. Um jovem foi abordado por policiais do BOPE e, durante a abordagem, o jovem foi girado no ar pelos cabelos (CARUSO *et al*, 2021). O episódio foi filmado e veiculado nos principais jornais da cidade. Já no ano de 2008, o comando da

¹⁷https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/cidades/1960/04/21/interna_cidadesdf,832922/massacre-da-novacap-os-matadores.shtml

PMDF foi acusado de desviar verbas¹⁸ e vários policiais foram afastados. É interessante notar que, neste caso, a pedido do governador, o mandado de prisão foi postergado, para que não coincidissem com o aniversário de 200 anos da corporação, momento que contou com solenidades militares e entrega de medalhas. Porto destaca que:

O segundo exemplo aconteceu no dia 12 de março de 2008, depois da deflagração de uma crise na cúpula da segurança pública, quando o comandante-geral da Polícia Militar foi destituído do cargo, acusado de improbidade administrativa e impunidade com relação a alguns de seus comandados. As denúncias incluíam o envolvimento com bandidos, venda de armamentos e, até mesmo, homicídio. A crise se acirrou e culminou no carnaval de 2008, quando as cenas de violência policial foram manchetedos principais jornais televisivos e impressos. (PORTO. 2009. P. 817)

Também em 2008, outro episódio¹⁹ de violência marcou a cidade durante o jogo de futebol entre São Paulo e Goiás, no estádio Bezerrão, na Região Administrativa do Gama. As torcidas dos dois times entraram em confronto e a polícia militar foi chamada para intervir. Durante o confronto, um policial deu uma coronhada em um dos torcedores, mas a arma estava destravada e disparou, atingindo e matando um torcedor do São Paulo. Como nos casos anteriores, não houve punição para o policial responsável, que se aposentou no ano de 2017.

Já no ano de 2013, um caso chamou a atenção pela similaridade com um episódio que ocorreu no Rio de Janeiro. Durante uma operação em uma Unidade de Polícia Pacificadora na capital carioca, o pedreiro Amarildo foi abordado por policiais militares e, posteriormente, desapareceu. Amarildo havia sido torturado e morto por policiais, o que só foi comprovado meses depois, após investigações. No Distrito Federal, Antônio de Araújo, suspeito de ter furtado a chácara de um policial militar, foi preso e depois desapareceu, por este motivo o caso ficou conhecido como *Amarildo do DF*²⁰. Mas, ao contrário dos policiais do Rio de Janeiro, ninguém foi responsabilizado pelo desaparecimento de Antônio. Segundo a reportagem realizada à época, os policiais civis encarregados da investigação consideraram que Antônio havia abandonado o lar, por ser alcoólatra. Apesar dos apelos familiares, a polícia foi reticente e permaneceu com a hipótese de que o homem havia abandonado a casa. Além disso, o delegado responsável

¹⁸https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2009/05/14/interna_cidadesdf,108595/cupula-da-pm-deve-ser-afastada-de-suas-funcoes.shtml

¹⁹<https://agenciadenoticias.uniceub.br/esportes/policial-acusado-de-matar-torcedor-em-2008-se-aposenta-com-salario-de-r-92-mil/>

²⁰<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/09/corregedoria-investiga-seis-pms-por-desaparecimento-de-homem-no-df.html>

pelas investigações considerou que, por não existirem casos de grupos de extermínio no DF, seria improvável o assassinato de Antônio pelos policiais militares. Depois de seis meses os restos mortais de Antônio foram encontrados, mas ninguém foi responsabilizado pelo homicídio e os policiais militares foram inocentados por falta de provas²¹.

Em 2013, durante protestos que aconteciam no dia sete de setembro, na Esplanada dos Ministérios, um policial lançou spray de pimenta em manifestantes. Ao ser questionado sobre sua ação, o capitão do Batalhão de Choque respondeu haver feito aquilo “porque quis”²² e que poderiam denunciá-lo por isso. Apesar de as denúncias de excesso e de existirem imagens onde o policial afirma ter feito aquilo porque queria, o Ministério Público não entendeu a ação do capitão como algo inadequado, o que resultou no arquivamento do processo. Já no ano de 2015, professores²³ reivindicando o cumprimento do acordo para pagamento de reajuste, feito com o então governador Rodrigo Rollemberg, fizeram uma paralisação para pressionar o governo. O protesto, no entanto, foi reprimido de forma muito violenta, um dos professores chegou a ser retirado de seu carro por policiais do Batalhão de Choque. Quatro professores foram presos. À época, o Governo do Distrito Federal afirmou que as medidas haviam sido tomadas de forma proporcional e buscavam garantir o fluxo do trânsito, que estava paralisado por causa dos manifestantes. Alguns professores foram levados à delegacia, onde apresentaram hematomas. Mas, novamente por não compreenderem que houve excessos por parte da polícia militar, não foram realizadas punições.

Por fim, três episódios recentes se somam à história da PMDF e demonstram a complexidade da instituição. Em um caso bastante emblemático, que ocorreu em 2018, uma coronel, indicada para assumir o comando da instituição à época, foi filmada discutindo com policiais militares do GTOP em um estacionamento no Sudoeste²⁴. A coronel questionou a postura dos policiais ao tentarem desobstruir a via, segundo a mesma, eles haviam usado palavras de baixo calão e agido de maneira desproporcional, em

²¹ <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2016/06/pms-acusados-de-matar-amarildo-do-df-sao-absolvidos-por-falta-de-provas.html>

²² <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2013/09/porque-eu-quis-diz-pm-questionado-por-jogar-gas-em-jovens-no-df-veja.html>

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2014/03/11/interna_cidadesdf,416963/capitao-que-agrediu-manifestante-porque-quis-escapa-de-acao-na-justica.shtml

²³ <https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/10/pelo-menos-quatro-professores-sao-presos-durante-protesto-em-brasilia.html>

<https://exame.com/brasil/protesto-no-df-termina-com-violencia-policia-a-professores/>

²⁴ <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2018/11/17/comandante-geral-da-pm-no-governo-ibaneis-questiona-abordagem-policia-em-video-que-circula-na-internet.ghtml>

desacordo com os padrões da corporação. Dentre os casos descritos, esse foi o único que os veículos de comunicação citam a abertura de um processo de sindicância e a apuração de uma “falta disciplinar”. A assessoria da Coronel ainda afirmou que os policiais envolvidos seriam “punidos com repressão”. Já no ano de 2019, 14 policiais militares foram presos preventivamente acusados de envolvimento com o tráfico de drogas e tortura²⁵. Segundo investigação da polícia civil, os policiais militares haviam torturado um traficante em busca de informações sobre um carregamento de drogas, torturas essas que remetem às práticas da ditadura militar. Contudo, em maio de 2022 os policiais foram inocentados de todas as acusações²⁶. O site da própria PMDF repercutiu a notícia e questionou a baixa divulgação da absolvição dos policiais na mídia local.

No início de 2021, quando a pandemia de COVID-19 ainda estava em alta e a vacinação não havia chegado de forma massiva no DF, policiais militares tiveram direito às doses remanescentes dos postos de saúde. O objetivo era vacinar a tropa que estava na linha de frente e imunizar os policiais que trabalhavam em contato direto com a população, especialmente aqueles que estavam realizando o fechamento de festas e eventos clandestinos. Esses policiais eram, em sua maioria, praças que trabalham no policiamento ostensivo, todavia, o comandante da PM foi acusado de furar a fila, passando à frente dos demais policiais²⁷. Apesar de não considerar sua ação irregular, o então comandante foi exonerado da PMDF.

Os casos descritos nos dão uma pequena noção de como se organiza e se constitui a polícia militar, assim como os diversos problemas que acometem a corporação. Casos de violência são, talvez, os mais relevantes, pois acabam se reiterando ao longo dos anos. Ainda que não sejam tão expressivos como em outras unidades da federação, pois a PMDF possui a menor taxa de letalidade do país (FBSP, 2022). Entretanto, a violência policial brasileira segue em um contínuo, demonstrando uma permanência durante a história da instituição e, em alguns casos, a baixa punição das condutas ilegais dos policiais. O fato dos casos elucidados não terem sido punidos não demonstra, necessariamente, um baixo controle ou punição geral das tropas, mas sinaliza uma certa permissividade com relação aos casos acima mencionados. Neste sentido, é importante compreender que a violência

²⁵<https://www.metropoles.com/distrito-federal/seguranca-df/pms-do-df-sao-denunciados-por-tortura-e-sumico-de-50-kg-de-maconha>

²⁶<http://www.pmdf.df.gov.br/index.php/institucionais/36137-policiais-militares-do-df-acusados-de-crimes-graves-sao-absolvidos>

²⁷<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2021/04/02/comandante-da-pm-df-e-exonerado-apos-tomar-vacina-contra-covid-19.ghtml>

policial é, por vezes, admitida ou mesmo desejada, e possui um lugar na nossa sociabilidade, como descreve Porto (2009):

Assim, se por um lado, o policial é apontado, seguidas vezes, como fonte de condutas violentas e transgressoras e violentadoras de direitos humanos, por outro, ele é demandado e cobrado para que atue com mais efetividade, inclusive com a utilização de violência, se esta for a condição para manter a ordem, levando-o de algum modo, a internalizar as representações produzidas no âmbito da sociedade, [...]. (PORTO, p. 818).

Esse processo demonstra que, aquilo que se compreende enquanto efetivo trabalho policial está orientado à violência policial. Nesta mesma perspectiva, Nascimento (2003) descreve processos onde a polícia é chamada a intervir em alguns conflitos, e aquilo que a população demanda não tem a ver com a aplicação da lei no sentido estrito. Ao contrário, o anseio é por um revanchismo jurídico, não por justiça, mas por vingança. É neste contexto que a violência policial recebe não só a autorização, como a motivação para continuar acontecendo. Em contextos de ampliação dos discursos punitivistas, essa violência ganha mais legitimidade.

Como é possível perceber, a geografia e a formação histórica do DF determinam a forma como a polícia se relaciona com a população das Regiões Administrativas, consolidando espaços de pertencimento, liberdade de fluxos e a definição de espaços dormitórios. Em vista disso, os impactos da construção da cidade não se restringem à própria capital, mas se esparramam por todo o território nos arredores da cidade.

2.3. Distrito Federal e seu entorno.

A construção da nova capital provocou profundas mudanças na zona central brasileira, o plano de integração do Oeste consolidou uma nova estrutura geográfica neste pedaço do cerrado brasileiro. Não apenas o espaço onde se estabeleceu a nova cidade foi transformado, mas também os territórios próximos, inclusive cidades que precedem a formação da capital federal, como é o caso de Luziânia, Planaltina de Goiás e Santo Antônio do Descoberto, que foram construídas durante o ciclo de exploração do ouro do período colonial brasileiro. Todas essas cidades viram sua cultura, economia e organização social serem radicalmente modificadas com a chegada e desenvolvimento de Brasília, deixando para trás seus status de pequenos vilarejos.

Em um movimento paralelo à modificação destes territórios já existentes, outras

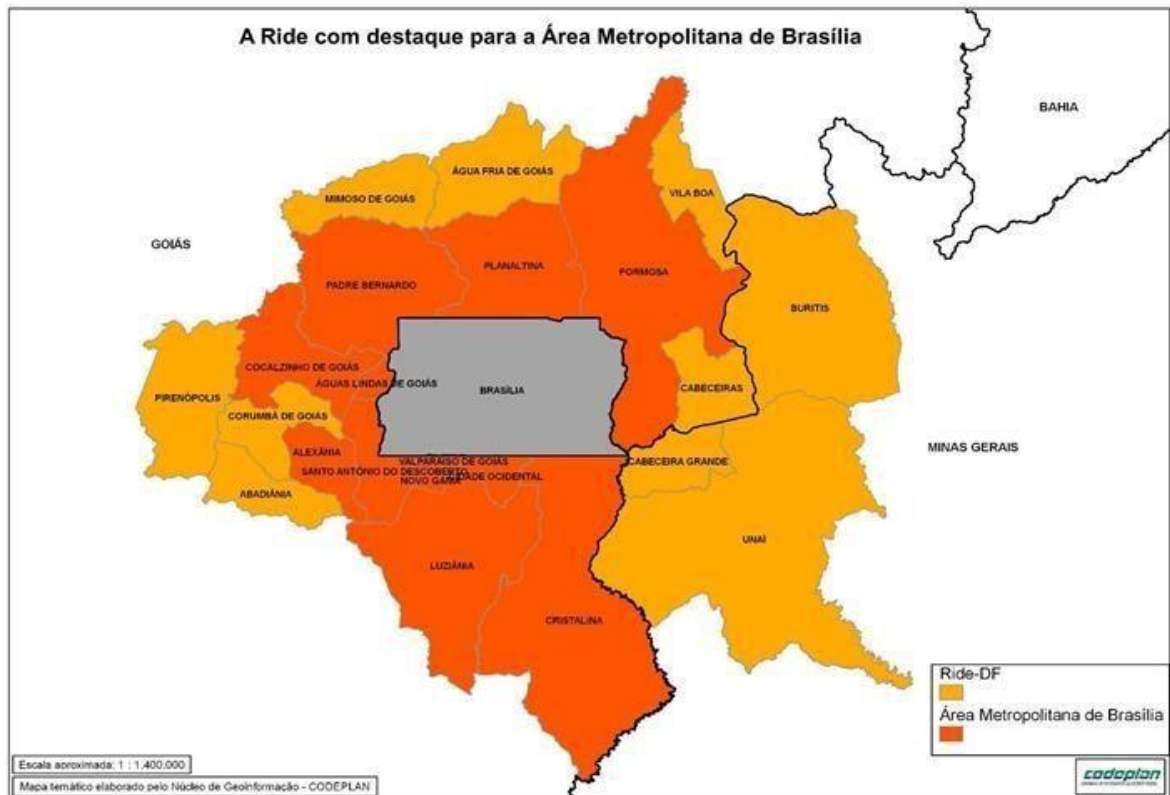
idades foram sendo criadas em decorrência da construção de Brasília e de seus processos de exclusão da população brasiliense. Em uma dinâmica fundante da construção da capital, os moradores das regiões periféricas foram sendo empurrados cada vez mais para longe, ficando mais distantes do centro, e ocupando especialmente os municípios goianos, como no caso de Águas Lindas de Goiás. Novos municípios foram criados para receber o excedente populacional do DF. Como descrito por Batista (2019), as políticas segregacionistas têm um profundo impacto na formação do entorno, especialmente nos municípios goianos.

Assim, as populações migrantes de baixa renda foram expulsas por um processo de exclusão espacial ligado à falta de programas sociais, em especial de habitação, destinado a essas populações e pelo próprio processo de ordenamento do espaço no Distrito Federal (BATISTA. 2019. P. 34)

Desta forma, é possível perceber que os municípios que cercam o DF, foram de alguma forma impactados pela formação da nova capital. Cidades mineiras e goianas tiveram suas realidades alteradas de distintas formas, pois a proximidade ou distanciamento são determinantes para estabelecer o tipo de vinculação que se consolida entre essas localidades e o DF. As cidades mais distantes, como o município mineiro de Unai, por exemplo, estabelecem uma dependência menor, mais relacionada ao fornecimento de alguns serviços públicos, enquanto cidades como Águas Lindas e Planaltina de Goiás têm uma profunda relação de dependência com o DF. Em maior ou menor medida, todas essas cidades se veem interligadas e atravessadas pelos problemas sociais coletivos, que transbordam as barreiras, por vezes porosas ou mesmo inexistentes.

Em uma tentativa de criar formas de cooperação entre as regiões, buscando solucionar os problemas regionais e promover o desenvolvimento local, foi criada a Região Integrada de Desenvolvimento - RIDE do Distrito Federal e Entorno, instituída pela Lei Complementar nº 94/1998. Como demonstrado no mapa a seguir, a RIDE brasiliense abarca 22 municípios, mineiros e goianos.

Mapa 02 - Mapa da RIDE e AMB - DF



Fonte: Codeplan, 2022.

A política pública que estabelece a RIDE buscava promover o desenvolvimento de toda a região e a superação de alguns problemas comuns à área, como o apagamento político de alguns municípios mais próximos ao DF. Por seu caráter limítrofe, muitos desses municípios ficaram desassistidos politicamente ao longo dos anos, pois estão mais próximos do DF do que da capital goiana, e sua população trabalha, estuda e produz no DF. Por se configurarem desta forma, esses municípios são definidos como cidades-dormitórios²⁸, pois sua população está em um constante movimento pendular, trabalhando e utilizando os serviços públicos do DF, e retornando às cidades apenas ao final do dia. Esta situação criou um apagamento destes municípios, que ficaram desamparados tanto pelo GDF, que se isenta da responsabilidade, pois as cidades não fazem parte do seu domínio político - ainda que boa parte dessa população trabalhe no DF -, como pelo governo do estado de Goiás. Portanto,

O entorno pertence juridicamente (de direito) ao Estado de Goiás, mas, de fato, está inserido no Distrito Federal, já que é composto por cidades-dormitórios, cuja população depende do emprego e dos equipamentos urbanos mínimos (segurança, saúde, lazer, educação) – ou falta deles – existentes no Distrito

²⁸ Para maiores esclarecimentos sobre a constituição de cidades-dormitórios no DF, ver Batista, A. L. *et al.* (2015).

Federal. Os governos das duas áreas disputam quando se trata de atribuir deveres e responsabilidades ou de apontar falhas e culpados pelo vazio político administrativo predominante na região, que já foi chamada de “baixada federal”. (PORTO. 2009. P. 814)

Em uma espécie de jogo de empurra-empurra, os governos tentam delegar ao outro a tarefa de ofertar serviços públicos básicos, como acesso à saúde, à educação, opções de lazer para a juventude, entre outros. Neste sentido, os municípios goianos mais próximos ao DF, que têm em seu âmago uma dependência maior, passam a constituir também o que chamamos de Área Metropolitana de Brasília - AMB. Como descrito por Costa (2019), a AMB é formada pelos municípios de “Águas Lindas de Goiás, Cidade Ocidental, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Planaltina de Goiás, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso” (COSTA, 2019. P. 18), dentre outros, que possuem uma maior proximidade com o DF e sua oferta de serviços. A definição da Área Metropolitana de Brasília faz um recorte dos municípios mais dependentes e que possuem uma relação mais estreita com Brasília. Neste mesmo sentido, essas cidades têm características particulares, desenhadas a partir dessa relação de dependência, e costumam não contar com aparelhos básicos de serviço público, especialmente aqueles relacionados à segurança pública.

Diferentemente do Distrito Federal, os efetivos e equipamentos de segurança pública nos municípios da Área Metropolitana de Brasília são insuficientes, precários e não atendem às demandas da população. A maioria dos municípios possui apenas uma Delegacia de Polícia Civil ou CIOPS – Centro Integrado de Operações em Segurança. Nem todas as cidades possuem uma unidade operacional do Corpo de Bombeiros ou da Polícia Militar. (COSTA. 2019. P. 19)

Ainda que a prestação de serviços públicos não seja exímia na capital federal, a situação da AMB é ainda mais delicada. Por isso, a recorrência aos serviços públicos disponíveis no DF também produz impactos nas cidades que recebem a população do entorno. No caso da segurança pública, o cenário se apresenta de maneira ainda mais complexa, pois os limites entre os territórios são porosos e, por vezes, inexistentes. Essa configuração cria um cenário onde se torna comum ouvir dos policiais que trabalham nas cidades do DF que alguns criminosos do entorno cometem crimes nas Regiões Administrativas brasilienses e depois fogem para os municípios goianos. Ainda neste sentido, é preciso considerar que a AMB possui um panorama muito distinto daquele que observamos na capital federal, como descrito por Costa (2019):

A AMB também chama atenção pelo crescimento acentuado no número de homicídios. Entre 2000 e 2010, os municípios da AMB apresentaram aumento de 59,3% nas taxas de homicídios, com destaque para Valparaíso (168%) e Águas Lindas de Goiás (137%). (IDEM. P. 19)

Os municípios goianos apresentaram uma acentuação nos casos de criminalidade durante as últimas décadas. Segundo os dados do Atlas da Violência (2022), os municípios de Águas Lindas e Planaltina apresentaram altas taxas de homicídios de 2019, 66,27 e 83,5 homicídios por cem mil homicídios, respectivamente. Este cenário demonstra uma importante diferença entre as lógicas de violência do entorno e do DF. Este cenário se configura a partir de distinções econômicas, geográficas, históricas e também culturais. Um dos aspectos que impactam nas dinâmicas de criminalidade diz respeito à formação das cidades dormitórios e seu movimento pendular, que não permite que os sujeitos criem seus vínculos com suas próprias localidades. Afinal,

[...] boa parte dos moradores dessa região ainda não possui laços comunitários, situação agravada pela quase ausência de trabalho no local, o que os obriga a longos deslocamentos diários. São em boa medida estranhos, que ainda não se conhecem e, dadas as condições econômicas, têm dificuldades de se organizarem socialmente. (COSTA. 2019. P. 18)

Neste cenário que condiciona a formação das cidades, as relações estabelecidas entre apopulação e o espaço público são determinantes para a própria segurança pública e suas dinâmicas de criminalidade. No caso das regiões administrativas pesquisadas, a relação com o entorno é significativamente próxima. Ceilândia e Planaltina estabelecem fronteiras diretas com as cidades de Formosa e Planaltina de Goiás, no caso de Planaltina, e Águas Lindas, no caso da Ceilândia. Essa proximidade define a forma como os policiais se relacionam com a criminalidade no entorno e com outros policiais. Como colocado nos Grupos focais:

É bem estreita, tem muita gente... o fluxo de pessoas da Ceilândia para Águas Lindas é intenso. Então muitas pessoas moram em Águas Lindas e trabalham na Ceilândia. A Ceilândia é um polo de trabalho também né, o comércio informal, o terceiro setor é bem influente aqui na Ceilândia. Então o caminho, a pessoa que mora no Sol Nascente... em Águas Lindas, ela vai estar aqui, trabalhando aqui, e os problemas de lá vão ser os nossos né. Então a pessoa que é, se ela é criminosa lá, ela vai ser criminosa aqui também. Se lá falta educação, falta estrutura, aqui vai faltar também, porque são as mesmas pessoas que frequentam. (Fala do policial - 2018_CEI_CBS).

Assim, muitas vezes a gente tem uma boa relação com o pessoal do Goiás, a gente, nós aqui específico de Planaltina, temos uma boa relação com os policiais civis né, com o pessoal da polícia civil do Goiás né, porque geralmente quando acontece alguma coisa aqui eles vão pra lá, a gente tem informação que vai pra lá, a gente passa pra eles. E quando vem de lá pra cá, como já aconteceu a situação do roubo lá em Formosa e teria vindo pra cá, pra Planaltina. A gente fica sempre pronto e tem sempre contato, grupo, via WhatsApp, esse tipo de coisa. É a relação, antigamente tinha uma operação integrada, que a gente saia aqui de Planaltina e ia apoiar o pessoal de Formosa, e a gente era toda quinta e sexta, saia um prefixo do GTOP e deslocava pra Formosa. Aí a gente trabalhava em conjunto lá com o pessoal do Goiás. (Fala do policial - 2018_GFPLAN_SB)

Há, portanto, uma interpretação coletiva do problema, que se espalharia por todo o território e que precisaria da intervenção destes agentes. Nesse caso, os policiais ainda descrevem que, apesar da falta de vínculos institucionais, a proximidade entre os agentes de ambos os estados é muito eficiente, assim como a colaboração.

O policial que mora no Goiás, ele precisa de um apoio aqui, a gente vai dar um apoio bem forte né, pra ele perceber que aqui ele tá em casa também. (Fala do policial - 2018_GFPLAN_SB)

Com os policiais é muito próxima. Santo Antônio, Águas Lindas, a PRF também tem um posto aqui saindo na 070, é muito próximo. Nem tanto pela comunicação entre as corporações, mas grupos de WhatsApp, que tem integrantes que trabalham próximo. Igual, por exemplo, Ceilândia, Águas Lindas e Santo Antônio é, colocou uma coisa lá rapidinho chega... (Fala do policial - 2018_GFCEI_PM04)

A reciprocidade entre os agentes demonstra uma importante compreensão que os mesmos fazem sobre a criminalidade e, ainda que não haja uma colaboração institucionalizada, sobre suas possíveis soluções. Portanto, percebe-se que a formação do território, tanto no caso do DF como do entorno, impacta na construção das políticas públicas de segurança e, conseqüentemente, na definição do policiamento. Neste sentido, o capítulo a seguir trará as contribuições que as ciências sociais elaboraram para a compreensão da instituição policial brasileira.

Capítulo 03 – O que se explorou até aqui – Contribuições do ICS/UnB.

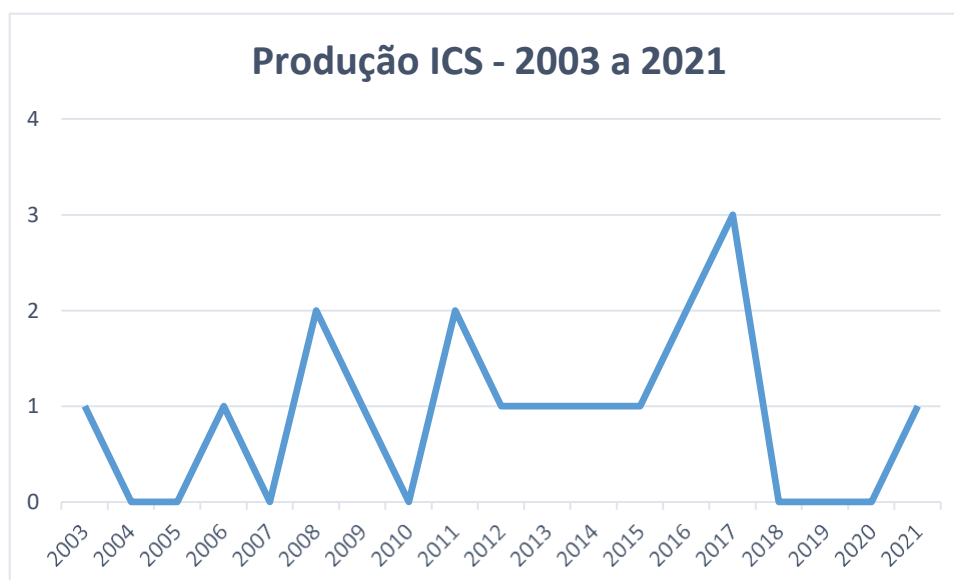
Ainda que se trate de uma agenda de pesquisa crescente, é inegável que os estudos policiais ainda possuem um longo caminho a ser percorrido, especialmente no Distrito Federal. Por se tratar de uma cidade nova, ainda há muito o que se produzir sobre Brasília e sua sociedade, especialmente se considerarmos que a própria Universidade de Brasília tem pouco mais de 60 anos. Apesar disso, o que podemos observar é um crescente interesse de pesquisadores e pesquisadoras da Universidade de Brasília a respeito da temática da Segurança Pública. Neste sentido, tomando como inspiração o artigo: *Os estudos policiais nas ciências sociais: um balanço sobre a produção brasileiro a partir dos anos 2000* (MUNIZ; CARUSO; FREITAS. 2018), que mapeou os estudos policiais brasileiros, meu objetivo é identificar e analisar os principais trabalhos realizados, até o momento da pesquisa sobre a Polícia Militar do Distrito Federal, nas Ciências Sociais brasilienses. Para isso, produzi um levantamento dos trabalhos de pós-graduação presentes no Repositório Institucional da Universidade de Brasília²⁹, nas obras localizadas no Instituto de Ciências Sociais.

A pesquisa foi realizada no ano de 2021 e, por ser uma base relativamente pequena, foi possível realizar uma busca por todos os trabalhos do Instituto de Ciências Sociais que foram disponibilizados no repositório. Apesar da importante contribuição de outras áreas para a consolidação dos estudos policiais, optei por selecionar apenas obras de cientistas sociais, antropólogos/os e sociólogos/os. O Instituto de Ciências Sociais está subdividido em três departamentos, a saber: o Departamento de Antropologia, o Departamento de Sociologia e o Departamento de Estudos Latino-Americanos, e conta com um total de 1.406 trabalhos, entre teses, dissertações e artigos. Para a finalidade desta pesquisa foram selecionados todos os trabalhos que tinham como objeto a Polícia Militar do Distrito Federal. A escolha por restringir a busca se dá justamente por uma necessidade de recorte de pesquisa, pois as instituições policiais podem aparecer de forma indireta, ou relacional, em diversos trabalhos. Contudo, o principal objetivo deste levantamento é compreender como as ciências sociais brasilienses se dispõem a pensar a instituição polícia militar local.

²⁹ Site: <https://repositorio.unb.br/>, acesso: fevereiro de 2021.

Sendo assim, foram encontrados um total de 18 trabalhos, entre os mais de mil resultados presentes no repositório. O Departamento de Antropologia - DAN contava com 511 trabalhos, dentre eles apenas uma tese sobre a PMDF. O Departamento de Estudos Latino-Americanos – ELA possuía 331 trabalhos, e também apenas uma tese sobre a PMDF. Por fim, o Departamento de Sociologia conta com uma maior contribuição, dentre os 565 trabalhos constantes no repositório, existem três artigos, quatro teses e nove dissertações sobre a PMDF. Além destes, também serão apresentadas outras obras que, de alguma forma, contribuem para a consolidação deste campo de estudos. Os trabalhos estão divididos de maneira desigual ao longo dos anos, como demonstra o gráfico abaixo:

Gráfico 01 – Produção de trabalhos do Instituto de Ciências Sociais - UnB



Fonte: Repositório de teses e dissertações/UnB

Elaboração própria (2022).

A partir da análise do gráfico acima é possível notar uma pequena variação na produção ao longo dos anos, contando com um ápice de produção no ano de 2017, com três trabalhos. Considerando a relevância deste material para a construção de uma *ciência social da polícia* (MUNIZ *et al*, 2018), este capítulo se detém à sua análise. Portanto, um breve resumo dos trabalhos encontrados será apresentado a seguir, assim como as considerações a respeito das questões que permanecem em aberto e que ainda carecem de maior investigação. Os trabalhos, descritos na tabela abaixo, serão apresentados em ordem cronológica, do mais antigo até o mais recente. A opção por uma leitura cronológica se justifica porque, ao longo do desenvolvimento do campo, autores contemporâneos passam a utilizar o trabalho de seus predecessores. Ou seja, é comum constatar a presença de algumas obras mais antigas nas referências bibliográficas contemporâneas.

Por fim, é preciso salientar que o acesso aos trabalhos não foi um empecilho, tendo em vista que a maior parte deles estava disponível na própria página do repositório. E aqueles que não estivessem, como a tese de doutorado do antropólogo Nívio Caixeta do Nascimento, puderam ser encontradas dada a acessibilidade aos pesquisadores da área e suas obras, as quais são relativamente recentes.

Tabela 5 – Trabalhos do Instituto de Ciências Sociais - UnB

Autor(a)	Título	Ano	Departamento	Trabalho	Questão teórica	Orientador(a)
Nívio Caixeta do Nascimento	Entre as leis e o mundo: polícia e administração de conflitos numa perspectiva comparativa	2003	Departamento de Antropologia [DAN]	Tese	Conflito e trabalho policial	Mireya Suarez
Cristina Zackseski	A construção do conceito de ordem pública nas políticas de segurança dos distritos federais do Brasil e do México (1980-2005)	2006	Departamento de Estudos Latino-Americanos [ELA]	Tese	Criminologia crítica	Elizabeth Cancelli
Rodrigo Figueiredo Suassuna	O habitus dos Policiais Militares do Distrito Federal	2008	Departamento de Sociologia [SOL]	Dissertação	<i>Habitus</i> policial militar	Maria Stela Grossi Porto
Christyne Carvalho da Silva	Relacionamento entre os controles internos e externos da Polícia Militar do Distrito Federal: motivações e perspectivas	2008	Departamento de Sociologia [SOL]	Dissertação	Controle da ação policial	Arthur Trindade Maranhão Costa
Gilvan Gomes da Silva	A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na construção do suspeito	2009	Departamento de Sociologia [SOL]	Dissertação	Construção do suspeito	Analia Laura Soria Batista
Gilvan Gomes da Silva	A identidade e o sofrimento policial militar: entre o público e o privado	2011	Departamento de Antropologia [DAN]	Monografia	Construção da identidade policial	Lia Zanota Machado
Priscila Aurora Landim de Castro	Os convencionais e os especiais: um estudo sobre a construção da identidade dos integrantes do Batalhão de Operações Especiais da PMDF	2011	Departamento de Sociologia [SOL]	Dissertação	Construção da identidade policial	Analia Laura Soria Batista
Márcio Júlio da Silva Mattos	Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF	2012	Departamento de Sociologia [SOL]	Dissertação	Construção da identidade policial	Analia Laura Soria Batista
Rodrigo Figueiredo Suassuna	Confiança e reciprocidade entre policiais e cidadãos: a polícia democrática nas interações	2013	Departamento de Sociologia [SOL]	Tese	Interações sociais e relação de confiança	Maria Stela Grossi Porto
Aline Maia Nascimento	A linha tênue entre os vigias e os vigiados: as práticas policiais de PMS negros em seus encontros com a comunidade negra do Distrito Federal	2014	Departamento de Sociologia [SOL]	Monografia	Representações sociais de policiais negros	Maria Stela Grossi Porto
Gilvan Gomes da Silva	Políticas de Segurança Pública: um olhar sobre a formação da agenda, das mudanças no padrão de policiamento e na manutenção do policiamento comunitário no Distrito Federal	2015	Departamento de Sociologia [SOL]	Tese	Interações sociais que formam políticas de segurança	Arthur Trindade Maranhão Costa
Edi Alves de Oliveira Neto	Os cães ladram, mas a caravana não para: estudo etnográfico sobre policiamento com cães no DF	2016	Departamento de Sociologia [SOL]	Dissertação	Policiamento especializado com cães	Maria Stela Grossi Porto

Luiz Coimbra Barbosa	Cativando mentes e corações dos "Guardiões da Ceilândia": as representações sociais do 8º Batalhão da PMDF	2016	Departamento de Sociologia [SOL]	Dissertação	Representações sociais sobre a atividade Policial	Haydée Glória Cruz Caruso
Francileide Pinheiro Azevedo	Estudo sobre Representações Sociais do "inimigo" na Polícia Militar do Distrito Federal	2017	Departamento de Sociologia [SOL]	Dissertação	Representações sociais sobre o "inimigo"	Maria Stela Grossi Porto
Kamila Thais da Silva Figueira	Polícia feminina: construção identitária e representações sociais na Polícia Militar do Distrito Federal	2017	Departamento de Sociologia [SOL]	Dissertação	Construção da identidade policial feminina	Maria Stela Grossi Porto
Daniele de Sousa Alcântara	"Muito mais que segurança": identidade profissional de policiais militares do Distrito Federal a partir de suas representações sociais	2017	Departamento de Sociologia [SOL]	Tese	Identidade profissional	Maria Stela Grossi Porto
Edi Alves de Oliveira Neto	Cachorros e cães da Polícia Militar e dos Bombeiros: um estudo em representações sociais a partir das relações humano-cão	2021	Departamento de Sociologia [SOL]	Tese	Representações sociais sobre o trabalho	Maria Stela Grossi Porto

Fonte: Repositório de Teses e Dissertações da Universidade de Brasília, 2021.
Elaboração própria

3.1. Principais achados

O primeiro trabalho apresentado é a tese defendida pelo antropólogo Nívio Caixeta do Nascimento, em 2003, no Departamento de Antropologia Social. A tese intitulada *Entre as leis o mundo: polícia e administração de conflitos numa perspectiva comparativa*, tinha como objetivo comparar a administração de conflitos adotada pelas polícias do Distrito Federal/Brasil e de Ottawa/Canadá. Usando o conceito de conflito apresentado por Simmel, o autor visa compreender como a administração estatal dos conflitos varia entre as sociedades, destacando que estas formas de administração dizem respeito à própria estruturação da sociedade. O autor destaca a necessidade de pensarmos as instituições policiais a partir dos lugares que ocupam nas sociedades onde se inserem, e não partindo de uma perspectiva essencialista, que as reduziram a um simples conceito de “polícia brasileira”. Neste sentido, o autor coloca que: “Tais imagens negligenciam o fato de que a polícia, até mesmo no nível local, é uma instituição plural cuja configuração e papéis dependem, entre outros fatores, dos tipos de conflito enfrentados nas comunidades onde atua” (NASCIMENTO, 2003, p. 17).

Assim, o autor analisa diversas interações entre polícia e sociedade nos dois países, destacando os mais distintos desfechos para cada situação. É importante destacar que, em ambos os casos, a aplicação irrestrita da lei nem sempre é alternativa escolhida pelos policiais. A ocorrência que se tornará um crime registrado, um encaminhamento para a delegacia, no caso brasileiro, ou mesmo aquele que não terá um desdobramento legal, dependerá da

compreensão que os policiais têm daquela situação. Ou seja, trata-se de uma decisão discricionária dos policiais envolvidos naquele acontecimento, por isso, nem sempre a aplicação dura da lei será a resposta aos problemas encontrados. Na maior parte das vezes, é o julgamento moral dos policiais e a receptividade dos cidadãos que determina o andamento de uma ocorrência. Como colocado por Nascimento:

Na grande maioria dos processos de administração de conflitos apresentados um fator central na decisão de levar ou não o caso adiante juridicamente é o julgamento moral dos eventos e dos atores compreendidos. Em outras palavras, a linguagem da lei é permeada por um idioma moral em que pesam tanto a ética profissional dos policiais – constituída intimamente no cotidiano da instituição – quanto valores referentes às biografias dos agentes da lei e dos querelantes. (NASCIMENTO, 2003, p. 124)

Ainda que não se admita, no caso brasileiro, a discricionariedade é parte fundamental do trabalho policial. Mesmo que se forme, treine e crie um bom número de manuais – o que não é o caso do DF, pois não há um manual de policiamento padrão – a maior parte das decisões que os policiais tomam em seu dia a dia depende de suas próprias agências. São os valores destes indivíduos, suas percepções sobre quem merece uma aplicação mais dura da lei, ou não, que nortearão boa parte das ações cotidianas. Além disso, a recepção que a pessoa abordada recebe também delimita de forma significativa os desdobramentos das ocorrências. Ser subserviente à figura de autoridade policial contribui para uma abordagem mais positiva, ao passo que, opor-se a esta figura, pode causar uma série de desdobramentos negativos. Sendo assim, o trabalho policial possui um importante aspecto discricionário, o qual é deliberadamente negado no caso brasileiro.

Já no ano de 2006 a cientista social Cristina Zackseski defendeu a tese intitulada *A construção do conceito de ordem pública nas políticas de segurança dos Distritos Federais do Brasil e do México*. A tese tem como objetivo analisar a forma como a agenda de políticas públicas segurança são recebidas nos Distritos Federais do Brasil e do México, partindo de uma perspectiva da criminologia crítica. A autora busca compreender “o conceito de **ordem pública** a partir do cotidiano das grandes cidades e das formulações de políticas e a padrões conhecidos hoje como “qualidade de vida”” (ZACKSESKI, 2006, p. 14). Neste sentido, é importante compreender que a definição da ordem pública está vinculada ao modelo democrático encontrado no país. E a constituição deste modelo democrático, por sua vez, impacta diretamente na construção das políticas de segurança pública, na implementação do controle social e na produção do trabalho policial. Quanto mais arraigados os valores democráticos estão, mais eficaz será a sua aplicação na ordem pública e nas instituições de

controle social. Neste sentido, a autora ressalta que:

Se o grande desafio dos governos democráticos é o tipo de política de segurança a ser implementada que seja capaz de garantir direitos (nem sempre expressos na lei) e manter a ordem, haveria de se pensar em uma redefinição também democrática para o que seja ordem, pois há uma incompatibilidade flagrante e não resolvida que é expressa, de um lado por um senso comum que exige ações enérgicas de controle, ainda que aviltem direitos (preferencialmente os do outro), que são as demandas por segurança, e de outro lado por governos que querem se fazer notar pela força, atendendo tais demandas, reforçando imagens de exclusão e apostando na satanização do mal e nas denúncias dos cidadãos (prevenção de tipo denunciata) para “combater” o crime e a desordem. Isso é perfeitamente possível como discurso, mas a prática deste tipo de controle revela as contradições entre um governo que se diz democrático e, no entanto, não titubeia em manter a ordem pela exclusão da diferença, tanto pelas políticas públicas que desenvolve quanto pela ação que objetiva eliminar a contestação de suas regras. (IDEM, p. 360).

Assim, é importante compreender o impacto que o desenvolvimento de valores democráticos tem na implementação de políticas de segurança pública, pois os mesmos orientam a formação de uma ordem social, que poderá ser autoritária e excludente, ou inclusiva e progressista. No caso analisado, essa ordem será autoritária e excludente na medida em que estes novos valores democráticos não estão impregnados na sociedade e não são capazes de reverberar na produção de uma ordem social. Neste caso, a noção de ordem pública terá uma relação maior com a construção de restrições de direitos, especialmente àqueles referentes ao espaço público, do que tentativas de garantir a inclusão dos mais distintos grupos sociais no mercado democrático. Estas características impactam diretamente na qualidade de vida dos cidadãos, especialmente entre aqueles indivíduos percebidos enquanto classes perigosas, que de alguma forma oferecem algum risco à ordem social vigente.

No ano de 2008 o sociólogo Rodrigo Figueiredo Suassuna defendeu a dissertação intitulada *O habitus dos policiais militares do Distrito Federal*. Em sua obra o autor realiza um estudo etnográfico junto a algumas unidades policiais e observa sua atividade-fim, ou seja, o policiamento urbano. O autor descreve que existem duas linhas de estudos policiais, sendo o primeiro relacionado à estrutura das instituições policiais, e a segunda linha direcionada à cultura policial. Sua obra busca colaborar com essa segunda vertente, explicitando como os policiais militares formavam seu *habitus*, este conjunto de comportamentos que se constroem ao longo do processo de socialização para adequar os indivíduos às práticas inerentes. Esse conceito é formado considerando especialmente as ideias de perigo e risco, tão comuns ao trabalho policial. Essas distinções e classificações que compõem o *habitus*, são responsáveis por orientar as ações policiais e também padronizar

atitudes de autorrestrrição dos indivíduos. Ao final, o autor conclui que a prisão é um elemento central da definição da atividade policial, fazendo com que policiais construam indicadores de suspeição, que se mostram através da individualização e objetivação de elementos suspeitos. Esta concepção passa a orientar toda a ação policial, sua tomada de decisões, assim como as escolhas dos elementos de suspeição. A construção deste *habitus* está relacionado também ao modelo profissional de polícia, voltado para a aplicação restrita da legislação e o controle criminal.

Ainda no ano de 2008, também no Departamento de Sociologia, Christyne Carvalho da Silva defendeu a dissertação intitulada *Relacionamento entre os controles internos e externos da polícia militar do Distrito Federal: motivações e perspectivas*. A autora buscou esclarecer as formas como os controles internos e externos eram exercidos sobre a PMDF, identificando as principais instituições responsáveis pela atividade. Ao longo do trabalho a autora destaca a centralidade da Corregedoria no estabelecimento dos controles sobre a ação policial, além da sua posição enquanto agente interno. Há, ainda, uma percepção por parte dos policiais de que os controles externos não seriam dotados de legitimidade para fiscalizar seu trabalho. A autora destaca que:

Percebe-se ainda uma certa aversão aos mecanismos de controle externo, por conta de uma visão corporativista em que a atividade de vigilância e fiscalização seria um atentado à independência da instituição ou uma forma de diminuição institucional, [...]. (SILVA, 2008, p. 105).

Mostra-se, portanto, uma necessidade de construção de legitimidade sobre as instituições de controle da ação policial. A autora faz recomendações sobre as possibilidades de construção de controle externo, a exemplo da Irlanda do Norte, reforçando que essa modalidade é essencial para produção de uma relação de confiança com a população. Ressaltando assim a necessidade de pensarmos não apenas o modelo policial adotado, mas também a sua submissão ao controle social.

Já no ano de 2009, o sociólogo e antropólogo Gilvan Gomes da Silva, produziu sua dissertação de mestrado no Departamento de Sociologia. Seu trabalho inaugura no Instituto de Ciências Sociais as pesquisas realizadas por policiais militares, que seriam seguidas por outros atores posteriormente. Com o título *A lógica da Polícia Militar do Distrito Federal na construção do suspeito*, o autor descreve o processo de construção cognitiva responsável pela formação da suspeição na instituição policial. Através da análise das abordagens policiais, que concretizam a suspeição policial e elucidam as inúmeras formas de controle. Sendo assim, o autor descreve as inúmeras formas de suspeição e sua aplicabilidade enquanto

técnicas de controle, primeiro através da construção do indivíduo suspeito, em seguida pela constituição da ação suspeita e, por fim, pela definição da situação suspeita. Todas essas concepções representam modalidades de controle que operam sobre os corpos e ações dos indivíduos. Esses controles, por sua vez, operam a partir da lógica da construção da ordem pública, como coloca Silva:

Todavia, é o poder de dar nome que possibilita segregar e disciplinar de certa forma e legítima coerções em momentos de insegurança contra os suspeitos. Em vários momentos que a sensação de segurança no Distrito Federal era “fragilizada” pela percepção da população de que a quantidade de ações criminosas (roubo, sequestro relâmpago, entre outros) tinha aumentado, por diversos fatores (com a midiática desses atos), aumentava o número de *blitzes* policiais para higienizar os lugares não suspeitos e controlar os lugares suspeitos. Ônibus eram parados e todos os passageiros desciam para serem revistados. A suspeição está relacionada com a ordem social ou ordem pública vigente. Aliás, a perturbação da ordem pública e a sensação de insegurança social são sensações reveladores de como essa ordem é construída. (SILVA, 2009. P. 174)

Assim, a construção dessa suspeição seria feita a partir da definição simbólica daqueles que podem e devem ser alvos. E sua configuração orientaria a ação policial nos espaços públicos, visíveis e acessíveis à ação policial. Portanto, uma constituição desigual destes poderes simbólicos resulta, necessariamente, em uma constituição diferente de suspeição. Já no ano de 2011 o autor defendeu sua monografia no Departamento de Sociologia, tendo como tema a construção da identidade policial. O trabalho intitulado *A identidade e o sofrimento policial militar: entre o público e o privado*, demonstra sua inserção pesquisador-policial, na medida em que seu problema de pesquisa aparece enquanto executava a atividade policial. O autor, submetido a uma situação de violência, tão comum ao cotidiano do trabalho, se questiona sobre a *normalização* de mazelas como aquela por parte dos policiais.

Silva tem em vista compreender como as novas identidades, policial e militar, são incorporadas pelos indivíduos e quais são as possíveis implicações da mesma. Um dos desdobramentos é, na perspectiva do autor, o sofrimento causado pela necessidade de manter uma postura de neutralidade e imparcialidade frente às diversas violências que ocorrem no cotidiano policial. Essa condição, inerente à formação policial, implicaria na relação que os indivíduos estabelecem com o trabalho e, também, com quem os cerca. Em um dos exemplos, o autor descreve a necessidade de policiais não compartilharem suas histórias cotidianas com familiares, por exemplo, para não os expor justamente a essas violências. Por fim, o tipo ideal do trabalhador policial seria aquele que não sofre, o herói que enfrentará todas as intempéries e permanecerá firme na execução do seu dever.

No ano de 2011, a socióloga Priscila Aurora Landim de Castro apresentou o trabalho *Os convencionais e os especiais: um estudo sobre a construção da identidade dos integrantes do Batalhão de Operações especiais da PMDF*. A autora tinha como objetivo pesquisar a diferença entre o policial de PATAMO e o demais policiais, ditos convencionais. O ponto crucial para a construção dessa diferenciação seria o curso de especialização, realizado por aqueles policiais que gostariam de integrar o grupo. Contudo, o curso não teria como função única a preparação para realização de uma atividade que exigiria uma nova formação, com maior expertise. Segundo a autora:

O curso de especialização compõe elemento essencial por constituir porta de entrada ao status destinado aos ditos “especiais”. Além da função de cooptar novos membros, trata de capacitá-los na nova atuação. Quanto ao treinamento, este envolve tanto a capacitação no emprego de técnicas e equipamentos, quanto tem por foco a docilização dos corpos para seu emprego em condições adversas, que requeiram alto domínio técnico e emocional. Cumprindo tal objetivo, os policiais são levados a manipular, selecionar, suprimir e criar sentimentos e emoções compatíveis ao *ethos* profissional vigente, sendo tal demanda caracterizada um dos vários filtros de seleção entre os aptos e inaptos. (CASTRO, 2011. P. 20)

Seu trabalho colabora, por, sim, para a compreensão das diversas formas de estratificação que ocorrem na instituição policial. Para além da divisão entre as atividades meio e as atividades fim, a autora demonstra haver uma separação entre os policiais especializados e os convencionais. Essa diferenciação se dá, especialmente por causa dos saberes e manejos de tecnologias, além do disciplinamento do corpo, das afetividades e moralidades envolvidas na formação policial, construídos durante os cursos de especialização. Por fim, a autora descreve que essa diferenciação envolve não apenas uma separação técnica, mas também uma distinção valorativa, ligada ao prestígio interno, e a concepção de policiamento que coloca a unidade especializada como um último recurso da segurança pública. Ou seja, aos policiais integrantes do grupo caberá a resolução de toda sorte de problemas, sendo a unidade o último recurso para a segurança pública. Essa posição constituiria uma série de marcadores simbólicos de valores e sentimentos, comuns a esses policiais.

No ano de 2012, outro pesquisador-policial defendeu seu trabalho no Departamento de Sociologia. O sociólogo Márcio Júlio da Silva Mattos escreveu a dissertação *Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF*, que discorre sobre a forma como a estigmatização do trabalho policial constrói as identidades dos policiais. Neste caso, a identidade dos trabalhadores não se forma por um reconhecimento positivo, mas por concepções desprivilegiadas do trabalho, especialmente em situações de enfrentamento. O pesquisador entrevista policiais que ingressaram na corporação há pouco tempo e

profissionais que saíram da corporação, buscando compreender “suas percepções, reações e sentimentos acerca do reconhecimento social da atividade policial” (MATTOS, 2012. P. 07). O autor descreve haver, no caso dos dois grupos, motivações distintas para o ingresso – e também permanência - na instituição policial. Assim, os policiais mais novos seriam levados por uma compreensão do trabalho policial enquanto espaço de ascensão social. Ao passo que, os demissionários, apresentaram questões mais pragmáticas, como o custeio de estudos ou mesmo a possibilidade de colaborar com o sustento familiar. Nesta perspectiva, o autor ainda ressalta a importância da violência para o manejo da identidade policial, pois “Se por um lado os policiais se incomodam e se veem atingidos com a pecha de serem violentos, por outro lado, é justamente por meio de abusos que encontram a válvula de escape diante do déficit de reconhecimento social representado por sua invisibilidade” (MATTOS, 2012. P. 159).

Outro importante aspecto na interpretação que os policiais fazem do trabalho está relacionado ao trabalho de rua e sua valorização. Assim, aqueles identificados como *vibradores*, ou seja, seriam os trabalhadores mais valorizados, em detrimento daqueles que executam as atividades administrativas. Essa concepção se assenta em uma noção de que o produto do trabalho policial será a prisão e apreensão de pessoas e substâncias, por isso, aqueles que executam serão reconhecidos como aqueles que fazem o verdadeiro trabalho. Em contrapartida, sua liberdade de ação, ligada à discricionariedade da ação, traria resistências ao controle externo da atividade. Afinal, como mostrado anteriormente, as tentativas de exercício do controle do trabalho são encaradas como ameaças à autonomia do trabalho.

Continuando sua trajetória enquanto pesquisador, o sociólogo Rodrigo Suassuna defende sua tese em 2013, intitulada *Confiança e reciprocidade entre policiais e cidadãos: a política democrática nas interações*. O autor, a partir da observação da interação entre policiais usuários do serviço policial, tem como objetivo entender como se constitui a relação entre policiais civis e militares, e os cidadãos. Tomando como princípio a noção derivada da Etnometodologia, que considera a confiança como as ações orientadas por expectativas de reciprocidade, que poderiam ser frustradas, fazendo com que as interações entrem em declínio, enfraquecendo as relações que se estabelecem. Estas relações, estabelecidas nas interações, determinam a confiança que será instituída. Neste caso, o autor descreve que “os policiais que manifestam mais intensamente sua expectativa de reciprocidade têm mais chance de encontrar confiança nas interações com os cidadãos” (SUASSUNA, 2013. P. 3). Assim, o estabelecimento desta confiança pressupõe, necessariamente, uma possibilidade de construção de espaços de diálogo entre policiais e

cidadãos.

De maneira complementar, ainda que não seja um trabalho de pós-graduação, a apresentação da monografia da socióloga Aline Maia Nascimento, se torna imprescindível, pois a autora traz a temática racial para o debate. Em seu trabalho *A linha tênue entre os vigias e os vigiados: as práticas policiais de PM's negros em seus encontros com a comunidade negra do Distrito Federal*, a autora localiza a questão racial no centro do debate sobre abordagem e suspeição policial. Com o objetivo de compreender a forma como os policiais negros produzem suas representações sociais a respeito da abordagem, direcionada majoritariamente para a população negra, a autora investiga a forma como se constituem essas práticas racistas. Nesse sentido, salienta-se que:

[...] a ideia que aquele que está em posição dominada, imerso em um contexto social que lhe é adverso, acaba por internalizar a própria representação que ele faz do dominador, representação vista, assim, como “natural”, estruturando relações de poder no campo social de tal forma que o dominado passa a assumir uma posição subalterna e, muitas vezes, defender essa posição. O que no caso de nossos policiais negros, se traduz na leitura de que por serem negros, serão sempre vistos como subalternos, e do local onde se encontram posicionados na hierarquia racializada brasileira, acabam por internalizar – de forma inconsciente – as atitudes do dominador branco. (NASCIMENTO, 2014. P. 60)

Portanto, a imersão em uma sociedade onde o racismo estrutura não apenas relações, mas também constitui valores institucionais, forma esses policiais negros, responsáveis por reproduzir toda uma lógica racista de dominação.

Outro importante trabalho do sociólogo Gilvan Gomes da Silva, apresentado em 2015, foi sua tese *Políticas de Segurança Pública: um olhar sobre a formação da agenda, das mudanças do padrão de policiamento e da manutenção do policiamento comunitário no Distrito Federal*. O autor buscou compreender como as interações sociais construíram a Política de Segurança Pública de Policiamento Comunitário no DF a partir de 2007. Descrevendo como os agentes políticos convergem para construir a política de policiamento comunitário durante a gestão do então governador José Roberto Arruda (DEM), o autor salienta que essa foi implementada a partir de três pilares:

[...] o posto policial como referência de aproximação entre a sociedade e os policiais militares locais; a participação da sociedade civil no processo de identificação do problema e na construção de propostas de resolução; e na mudança das práticas policiais, tornando-se um ente da comunidade que trabalha, direcionando suas ações para o compartilhamento da responsabilidade da manutenção da sensação da segurança e do controle da criminalidade e da conflitualidade. (SILVA, 2015. P. 186)

Contudo, os parâmetros utilizados para avaliação da política pública se constituíram a partir de outros modelos de policiamento, que preconizam a prisão de pessoas e a apreensão

de substâncias, impossibilitando a avaliação da política a partir dos próprios termos. Além disso, não houve uma continuidade na manutenção dos fluxos da política, tornando sua perpetuação inviável. E, por fim, não se considerou a própria validação do trabalho por parte dos policiais, que se orientam por indicadores já consolidados, voltados para o policiamento tradicional. O novo modelo acabou sendo abandonado com o passar do tempo.

Em uma nova perspectiva, o sociólogo Edi Alves de Oliveira Neto apresenta sua dissertação intitulada *Os cães ladram mas a caravana não para: estudo etnográfico sobre policiamento com cães do DF*. Seu objeto de estudo foi o policiamento especializado, realizado por policiais que trabalham com cães, os chamados *cachorreiros*. Segundo o autor, seu objetivo era compreender como se dá a relação entre as formas de policiamento e os crimes de narcotráfico, e também a formação da identidade desses policiais. O trabalho parte do pressuposto que as abordagens e as fiscalizações, foco da ação policial, são impactadas pela presença do cachorro, treinados para detecção de substâncias. A dissertação é exploratória, pois, o policiamento com cães ainda não se apresentava como objeto de estudo da sociologia. Por fim, o autor explora a relação da identidade profissional desses policiais, além da própria consolidação do policiamento especializado com cães. Cabe ressaltar ainda que, segundo o autor:

[...] apenas a presença do cão, seja trabalhando em detecção, seja em ronda e patrulha, possui uma força de repressão que é instrumentalizada pelos policiais a partir das representações que a sociedade compartilha sobre cães policiais e sobre a característica de cada raça. Dessa forma, para patrulhas e contenção de distúrbios são utilizados cães de raças conhecidas como agressivas e violentas, não apenas pelo porte físico, mas por representações construídas socialmente acerca de cada raça. O medo que geralmente se tem destes animais e utilizado pelos policiais, conscientes desta condição, como ferramenta coercitiva. Mas não apenas as representações de medo e cuidado em relação a determinados cães são instrumentalizadas pelas corporações policiais. Por serem animais geralmente amados pela sociedade em geral e que despertam sentimento positivos, são constantemente utilizados como instrumento de comunicação e aproximação entre a polícia e a sociedade. (NETO, 2016. P. 88)

Portanto, os cachorros ocupam um espaço importante na construção do policiamento, considerando não apenas seu potencial enquanto identificador de substâncias, mas também sua imagem positiva perante a sociedade. Sendo assim, de forma consciente, os policiais manejam as inúmeras representações sociais sobre cachorros e seus potenciais desdobramentos para realização do policiamento mais repressivo, mas também utilizam os animais como instrumentos de aproximação entre polícia e sociedade. Por ser um estudo exploratório, a contribuição do autor levanta questões inovadoras sobre essa modalidade de policiamento e, também, sobre a relação que se estabelece com os cachorros.

Também no ano de 2016, o sociólogo Luiz Coimbra Barbosa produziu a dissertação *Cativando mente e corações dos “Guardiões da Ceilândia”*: as re-representações sociais do 8º Batalhão da PMDF, que versa sobre as representações sociais e as narrativas dos policiais que trabalham no 8º BPM. O objetivo do trabalho era compreender como os policiais do Batalhão, responsáveis por parte do policiamento da cidade de Ceilândia, construía suas representações sociais acerca do trabalho cotidiano. O autor descreve que, após a consolidação e o compartilhamento dessas representações, os policiais promoveriam uma nova representação, daí uma re-representação. Para o autor:

[...] as representações sociais contidas nas narrativas policiais se aproximam de uma espécie de senso comum geral, enquanto as re-representações se identificam como um tipo de senso comum restrito aos agentes do 8º Batalhão. Permitiu compreender ainda que tais representações e re-representações sociais acabam por influenciar o surgimento de novas formas de pensar, sentir e agir policial. (BARBOSA, 2016. P. 04)

Ou seja, para além das representações sociais que permeiam a construção de um senso comum, há, na atividade desses policiais, a constituição de novas representações, que manejamos sentidos precedentes. Assim, o autor aponta que essas re-representações se fazem em três sentidos: primeiro para reinterpretar a cidade de Ceilândia, considerada pelo senso comum como um lugar violento, um *barril de pólvora*, passa a ser valorizado como potencial formador policial, na medida em que oferece toda a complexidade prática necessária à formação policial. Portanto, o aspecto negativo ligado à cidade passa a ser considerado a partir de uma compreensão positiva das possibilidades de ensinamento impregnados na cidade, ao invés de um barril de pólvora, será “a melhor escola de polícia da PMDF”. Uma segunda re-representação diz respeito ao manejo da identidade policial e a construção da figura do herói, afinal, se o território é compreendido como um espaço imerso na criminalidade, apenas o policial-herói poderia se sobrepor a essa realidade e *salvar a população*. Por fim, os policiais reconstróem sua própria imagem, em oposição ao policial que trabalharia em um lugar menos violento, consideram-se atores úteis, que interferem numa realidade caótica e oferecem à população uma salvaguarda. Se considerarmos que o trabalho policial é, por definição própria, a ação na rua, é a compreensão deste trabalho que faz com que os policiais valorizem mais sua atividade, em detrimento de outros policiais que trabalhariam em lugares mais calmos, menos violentos.

Entretanto, o autor salienta que esses policiais compreendem a limitação da sua ação e a própria inaptidão para resolver todos os problemas com os quais eles se deparam. É justamente neste sentido que se constroem essas re-representações, são tentativas de legitimar

o lugar destes policiais e de seu trabalho neste tecido social fragmentado, manejando a incompatibilidade entre a imagem do policial-herói e do burocrata impotente. Assim, caberia aos policiais a dedicação e empenho contínuo ao trabalho, ainda que seja só *enxugar gelo*. Essa é, por conseguinte, a definição dos policiais e de sua “capacidade quase ilimitada de persistir em suas tarefas” (BARBOSA, 2016. P. 166).

Ainda na perspectiva das representações, a socióloga Francileide Pinheiro Azevedo apresenta sua dissertação intitulada *Estudo sobre as Representações Sociais do “inimigo” na Polícia Militar do Distrito Federal*, no ano de 2017. Assim como a pesquisa anterior, a autora utiliza a Teoria das Representações Sociais para compreender como a imagem do inimigo é construída no cotidiano do trabalho policial. Neste sentido, o caráter militar das policiais é descrito como um dos fatores que impacta nesta construção, pois os valores formados se assemelham àqueles compartilhados por soldados em campos de batalha. A guerra contra o crime, portanto, reverbera no discurso policial, formando valores, crenças e opiniões sobre o trabalho policial e a identidade desses trabalhadores. Para a autora, a construção destas representações sobre a guerra e a imagem do *inimigo* “engendra crenças, valores e opiniões que orientam as decisões rotineiras e legitimam as práticas cotidianas destes atores, além de trazer à tona um léxico que é próprio da PM e no qual pode ser observado a intersecção entre o campo policial e o campo militar. (AZEVEDO, 2017. P. 07). Esta concepção da realidade impacta na tomada de decisão e na definição do trabalho policial, constituindo uma criminalização do mundo social. Neste sentido, a própria ação policial é entendida como uma missão, quase que exclusiva, de combate ao crime. Essa noção é permeada por uma concepção suja do trabalho, além de criar uma lacuna de significados para os próprios policiais, que precisam se perceber enquanto sujeitos que categorizam seu cotidiano em busca do *inimigo*.

Ainda no ano de 2017, a também socióloga Kamila Thais da Silva Figueira produziu a dissertação *Polícia feminina: construção identitária e representações sociais na Polícia Militar do Distrito Federal*. Ainda que a questão de gênero apareça de forma transversal em alguns trabalhos sobre policiamento no DF, essa dissertação traz a temática para o centro da análise. Sendo assim, o objetivo do trabalho foi compreender como se dava o processo de construção das identidades das policiais femininas, considerando os papéis desempenhados, suas funções na instituição. Também utilizando a Teoria das Representações Sociais, a autora descreve que, a partir das concepções que homens e mulheres policiais formam sobre as policiais femininas, constroem-se “crenças, estereótipos, preconceitos que, por sua vez,

podem direcionar práticas policiais” (SILVA, 2017. P. 06). Portanto, as concepções sobre o gênero feminino, que permeiam o senso comum, são incorporadas pela instituição policial e impactam na construção da noção do trabalho policial feminino, seja para legitimá-lo, ou para deslegitimá-lo. Assim, consolida-se uma ambiguidade referente ao trabalho feminino na polícia e a própria presença das policiais.

Por fim, no ano de 2017, a também socióloga e policial pesquisadora Daniele de Sousa Alcântara defendeu sua tese intitulada “*Muito mais que segurança*”: *identidade profissional de policiais militares do Distrito Federal a partir de suas representações sociais*. Ainda em uma perspectiva teórica de Representações Sociais, a autora descreve o processo de construção das representações que policiais fazem sobre si e suas atividades. Corroborando os trabalhos já apresentados, a autora também salienta a centralidade que o trabalho de rua tem na concepção da atividade policial, ressaltando que isso seria “coisa de polícia”. Assim, o combate ao crime, realizado através dessas ações cotidianas, seria definidor do trabalho policial e das representações que os indivíduos constroem. A autora salienta ainda que a identidade profissional é marcada “pela aprendizagem na formação, como também pela experiência prática e pelo contato com policiais mais experientes” (ALCÂNTARA, 2017. P. XIV). Portanto, uma identidade em constante movimento, formada a partir de diversas experiências e contatos que os policiais têm ao longo de suas trajetórias de trabalho, e que localizam o combate ao crime no centro da ação.

Encerrando os trabalhos analisados neste capítulo está a tese de doutorado do sociólogo Edi Alves de Oliveira Neto. Dando continuidade ao trabalho desenvolvido durante o mestrado, o autor produz a tese *Cachorros e cães da polícia e dos bombeiros: um estudo em representações sociais a partir das relações humano-cão*. Abrangendo neste trabalho os cachorros dos Corpo de Bombeiros, o autor busca elucidar a relação construída entre humanos e cães dentro do espaço do trabalho. Como na maioria dos trabalhos realizados, o autor também utiliza a Teoria das Representações Sociais para definir os sentidos atribuídos pelos agentes ao seu trabalho, à sua identidade e à relação estabelecida com os cachorros. As relações são marcadas por ambiguidades, especialmente nas representações que se constroem sobre os cães, os quais são entendidos a partir de diversas chaves, seja como instrumento de trabalho, como animais de estimação, entre outras interpretações. Em sua conclusão, o autor se aproxima do seu trabalho anterior, ressaltando a importância dos cães como *lubrificantes sociais* das relações que se estabelecem entre os trabalhadores policiais/bombeiros e a sociedade, além de apontar para o impacto que os cães tem na construção de um modo de

policciamento menos violento, resultando em uma redução do uso da força.

Em suma, os trabalhos apresentados demonstram um importante esforço feito por cientistas sociais para pensar a instituição policial em seus mais distintos papéis. Os diferentes pontos de vistas apresentados nos dão uma dimensão da relevância que os estudos policiais têm alcançado na área. Contudo, é importante destacar que ainda há um caminho considerável a ser trilhado. De forma significativa, é notável como os estudos policiais precisam avançar em algumas regiões administrativas que ainda não tiveram suas realidades observadas, ou mesmo em algumas dimensões do trabalho policial. Sendo assim, o tópico a seguir traz os principais aspectos encontrados e algumas lacunas de pesquisas que ainda precisam ser exploradas.

3.2. Aspectos em aberto.

Os trabalhos acima são uma importante ferramenta para reflexão acerca do trabalho policial, a formação da identidade desses profissionais, as relações que esses estabelecem com a sociedade, entre outros fatores. É inegável que há um esforço reflexivo, especialmente por parte de sociólogos e sociólogas, que produziram 13 dos 17 trabalhos analisados. É importante ressaltar, inclusive, que a tese *Sangue nos olhos: sociologia da letalidade policial no estado do Pará*, do pesquisador-policial Sandoval Bittencourt de Oliveira Neto, ganhou o prêmio UnB de Pós-Graduação de melhor tese na área de Ciências Humanas, em 2022. Ainda que não verse sobre o trabalho da PMDF, a tese traz importantes reflexões acerca do trabalho policial e mostra um esforço do Departamento de Sociologia da UnB e de seus pesquisadores em pensar a construção da instituição policial. Entre teses, dissertações e monografias, foi possível observar uma importante variedade de métodos de pesquisa, como etnografias, observações participantes, entrevistas e grupos focais, além de análises documentais. Essa variedade demonstra uma multiplicidade de inserções de pesquisadores, tanto por termos a presença de três pesquisadores policiais, como por uma presença significativa de mulheres dentro desta agenda de pesquisa. Apesar de ser uma instituição conservadora e machista, com diversas implicações para pesquisadoras mulheres, metade das autorias são de mulheres, demonstrando uma disposição por parte dessas pesquisadoras para ingressar em espaços dominados pelo masculino.

Outro importante aspecto, muito comum aos trabalhos analisados, é a presença da Teoria das Representações Sociais, utilizada nos trabalhos de Nascimento (2014), Neto

(2016), Barbosa (2016), Azevedo (2017), Figueira (2017), Alcântara (2017) e Neto (2021). Essa orientação teórica está relacionada à própria construção do campo da Sociologia da Violência, que tem como uma de suas pioneiras a Professora Doutora Maria Stela Grossi Porto. Além do importante papel enquanto principal orientadora das pesquisas descritas, a autora também é responsável por trazer a Teoria das Representações Sociais para o seio da análise sociológica. Como descrito por Porto, a teoria é uma importante ferramenta analítica, pois:

Os autores advertem que esse conhecimento, orientando condutas, tem sentido prático e contribui para criar a realidade da qual se fala e sobre a qual se refere. Ou seja, uma contribuição central da Teoria de Representações Sociais para a sociologia é esse seu caráter (ou função) pragmático(a) de orientador(a) de condutas. Inúmeras representações sobre ou da violência são um pouco influenciadas pela proximidade com a área da comunicação. Isso é tão recorrente que até costume dizer que, seguidamente, mais importante do que o fato é a versão sobre ele. (LIMA, 2011. P. 213).

Sendo assim, a centralidade da professora Maria Stela Grossi Porto no campo da Sociologia da violência e dos estudos policiais é definidora da agenda de pesquisa estabelecido no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, especialmente no Departamento de Sociologia. Além deste referencial teórico, a maior parte dos trabalhos mantém certa similaridade de autores já considerados clássicos dos estudos policiais. Na literatura internacional, autores como David Bayley (citado em 15 trabalhos), Egon Bittner (citado em 11 trabalhos), Herman Goldstein (citado em 9 trabalhos), Dominique Monjardet (citado em 13 trabalhos), Robert Reiner (citado em 7 trabalhos) e Jerome Skolnick (citado em 10 trabalhos) são citados na maior parte dos trabalhos, demonstrando um domínio destes autores sobre a discussão a respeito do trabalho policial e suas definições. Em um nível nacional, estão entre os mais citados Sérgio Adorno, Roberto Kant de Lima, Paula Poncioni e, de forma quase unívoca, presente em 16 trabalhos, está Jacqueline Muniz. E, por fim, os autores locais mais citados foram Arthur Trindade Maranhão Cost, presente em 15 trabalhos, Maria Stela Grossi Porto, com 11 citações, e Haydée Glória Cruz Caruso, com 4 citações.

Concluindo, os trabalhos nos oferecem um panorama da produção intelectual realizada por cientistas sociais da UnB, durante os anos de 2003 a 2021, sobre a polícia militar do Distrito Federal. A partir dessa apresentação é possível observar que há, também por parte da academia, uma valorização maior do chamado *policimento real*, objeto de pesquisa da maior parte dos trabalhos citados. Além de haver um enaltecimento do trabalho de rua por parte dos policiais, este também aparece em um lugar central da análise sociológica. Outro importante aspecto a ser analisado é a baixa quantidade de trabalhos relacionados à temática

de gênero e raça. Ainda que as categorias de raça³⁰, classe e gênero atravessem as produções, elas só aparecem como foco da análise nos trabalhos de Nascimento (2014), sobre as representações sociais de policiais negros sobre abordagem, e Figueira (2017), sobre a formação de policiais femininas. Sendo, portanto, importantes focos de trabalho que ainda carecem de maior desenvolvimento.

Neste sentido, essa dissertação tem em vista agregar outros componentes à discussão sociológica, pensando a relação que o Grupamento Tático Operacional estabelece com os sujeitos sociais. Apesar de sua presença no policiamento cotidiano, o GTOP nunca apareceu enquanto objeto de análise, sendo uma importante agenda de pesquisa a ser explorada. Logo, as questões que emergiram das pesquisas que embasaram essa dissertação, trouxeram várias oportunidades de reflexão que serão apresentadas a seguir. É importante destacar que essas inquietações surgem a partir das falas dos próprios policiais, se impondo à reflexão sociológica.

³⁰Ainda que não tenha sido o foco da análise, Gilvan Gomes da Silva traz a questão racial em seu trabalho *A lógica da Polícia Militar na construção do suspeito* (2009). A categoria racial aparece especialmente ao tratar da definição de peba. Dada a relevância da discussão, o trabalho se tornou referência nas discussões.

Capítulo 04 – “No GTOP a gente cai para dentro” – Cotidiano, território e trabalho no GTOP.

A seleção do Grupamento Tático enquanto objeto de pesquisa não se deu de forma espontânea, ao contrário, foram as indicações realizadas durante o trabalho de campo³¹, especialmente com a juventude, que fizeram emergir a categoria dos *roda preta*. Inicialmente, este grupo foi apontado pelos jovens como sendo o mais *atuante* nas localidades pesquisadas, em conjunto com outras unidades especializadas. Ou seja, eram os policiais mais visíveis, que tinham um maior contato com os jovens e, em alguns casos, que operavam de forma mais violenta. Esta percepção da juventude não significa, necessariamente, que esses policiais estão em maior número ou estão mais presentes no território, mas demonstra serem os mais *vistos* pela juventude. Essa concepção está relacionada a alguns fatores característicos do tipo de policiamento empregado, onde a ostensividade representa, justamente, *ser visto*. Além disso, os policiais do GTOP operam de forma diferente, com viaturas, armamentos e uniformes distintos, o que causaria um impacto entre aqueles que observam e resultando, inclusive, no apelido de *rodas pretas* - em referência às viaturas usadas. Como apresentado pelos próprios policiais, ao serem questionados sobre as diferenças entre o grupo e os convencionais:

[...] a gente trabalha de um modo mais padronizado, mais rigoroso, a gente atende situações um pouco mais de risco. Não que as outras não sejam de risco, mas às vezes a gente já sabe que vai encontrar um nível 3, que a gente chama, que é situações assim, que tem arma de fogo, são situações bem mais de atenção, de um alerta maior. (Fala do policial - 2018_GFCEI_PM02)

A quantidade numérica de policiais também. [...]. Geralmente o nosso padrão é trabalhar a quatro, então geralmente a viatura vai chegar com quatro numa ocorrência de vulto. Já as outras RPs, elas geralmente trabalham com dois. Então, aí dependendo do número de policiais, faz toda a diferença. (Fala do policial - 2018_GFCEI_PM04)

Naturalmente, o grupo tático, por ter uma formação diferenciada, por trabalhar em ações mais complexas, a gente chama de nível 2, nível 3, né, normalmente eles têm uma relação mais de conflito com a comunidade, mas também quando eles chegam no local tem que chegar pra resolver. São os policiais, por exemplo, com os melhores armamentos, né, as melhores viaturas. Então, por estar numa condição de fazer o confronto, inclusive vamos começar agora a preparação para o confronto com o crime organizado, agora vamos fazer a qualificação pra uso do fuzil, como armamento de lotação. (Fala do policial – 2018_PLAN_MJG)

Você chega com um efetivo de quatro policiais, você tem mais presença, então ele surte mais efeito, porque dois policiais só resolvem o problema, mas com quatro você consegue sanar um problema maior. Você evita que a massa venha contra você,

³¹Trabalho de campo realizado durante a pesquisa Sociabilidades juvenis na periferia do Distrito Federal: Um estudo comparado sobre a relação entre jovens e policiais no Jardim Roriz (Planaltina) e Sol Nascente (Ceilândia). (CARUSO et al, 2019)

queo preso... o parente do preso, ou a amiga, venha pra cima da guarnição. Então, tipo assim, o efeito ostensivo do GTOP também é bem, por que? Porque você não só tá lá, você tá tudo lá. (Fala do policial - 2019_GFCEI_SE)

O armamento, a organização e até mesmo o tipo de ocorrência atendida seriam características fundamentais na construção da diferença entre esse grupamento dos demais. Outro aspecto que impacta na percepção da juventude sobre a capilaridade do GTOP está ligada a dinâmica de policiamento dos territórios. Afinal, essas não são equipes aquarteladas, como as unidades especializadas, portanto, seu trânsito pelo espaço é contínuo, e é em sua circulação que se *produz o policiamento*. Além de haver uma prevalência do formato ostensivo, que opera a partir da percepção de que a visualização da polícia teria efeitos positivos na segurança pública e inibição do crime. E, também, porque o GTOP, em oposição às RPs que estão restritas à parte do território, tem maior liberdade de circulação e, necessariamente, percorrerem áreas maiores. Portanto, enquanto as RPs convencionais se restringem a algumas parcelas do território, o GTOP transita mais, inclusive saindo da própria Região Administrativa e do próprio DF, quando necessário. Como colocado pelos policiais:

E o GTOP tem essa vantagem em relação ao ostensivo, porque o ostensivo ele cumpre uma determinada área, o GTOP ele tem liberdade de ação na área. O Grupo Tático ele tem liberdade, eu não atendo só uma área. Eu tanto... a minha guarnição cobre Expansão, ela cobre o Setor O, ela cobre PSul, ela cobre PNorte e Ceilândia Norte. Aviação de área ela só cobre o Setor O, ela só pode trabalhar dentro do Setor O, que é o que eu falei pra vocês anteriormente, que aquele efetivo fica fazendo patrulhamento naquela área dela, pra evitar criminalidade naquela área. O GTOP tem liberdade pra toda essa área, ele tanto faz o policiamento aqui, daqui cinco minutos estamos ali no Sol Nascente, daqui a dez minutos nós estamos no Privê, e assim você cumpre uma área maior, e tem... abrange uma área maior. (Fala do policial - 2019_GFCEI_SE)

E a relação, antigamente tinha uma operação integrada, que a gente saía aqui de Planaltina e ia apoiar o pessoal de Formosa, e a gente era toda quinta e sexta, saía um prefixo do GTOP deslocava pra Formosa. Aí a gente trabalhava em conjunto lá com o pessoal de Goiás. (Fala do policial - 2018_GFPLAN_SB)

As falas dos policiais descrevem a liberdade de circulação, característica deste tipo de policiamento. De fato, eram os policiais que tinham mais contato com os jovens, que mais os abordavam e que eram, conseqüentemente, os mais temidos, dada sua própria configuração. É justamente neste sentido que o foco da análise se volta para o grupamento. As concepções que estes policiais formam sobre a criminalidade, sobre os locais onde trabalham e também sobre a juventude, são importantes indicadores sobre a relação entre polícia e sociedade no DF. Além destes aspectos, estes também eram apontados como sendo os responsáveis pela maior parte da chamada *produtividade policial*, definida como tal pela instituição PMDF. Vale salientar aqui que os critérios para mensuração da produtividade policial são aqueles adotados e divulgados também pela própria Secretaria de Segurança do DF, a saber: tráfico

de drogas; uso e porte de drogas; posse/porte de armas; e localização de veículos roubados ou furtados. Ainda que este seja apenas um dos aspectos do trabalho policial, é notável que se apresenta como o mais valorizado na instituição. Sendo assim, a valorização deste tipo de atividade estava atrelada à identidade desses profissionais e o reconhecimento do trabalho, em um sentido institucional.

O próprio site da polícia tem um ranking [...] O site do Gênesis, lá tem quem atendeu mais ocorrências, quem pegou mais armas de fogo, mais isso. (Fala do policial – 2019_GFPLAN_SO)

A formação do ranking demonstra uma valorização e reconhecimento de um dos aspectos do trabalho, voltado sempre para o combate ao crime, desconsiderando uma grande parte do trabalho policial. Por esses motivos, o grupamento foi selecionado e se tornou o objeto de análise que forma essa dissertação. Durante a realização das pesquisas, os policiais destacaram uma série de considerações a respeito do cotidiano do trabalho, especialmente sobre a configuração da criminalidade em seu território e a formação dos perfis de criminosos. Essas considerações orientam todo um conjunto de práticas cotidianas, fundamentando noções e orientando o trabalho de policiamento. Tendo se tornado imperativo interpretar essas construções, por sua centralidade no trabalho policial. Sendo assim, essa dissertação foca sua análise no trabalho do Grupamento Operacional, sua configuração e particularidade, especialmente a partir das dinâmicas que o caracterizam. Para fins de análise, todo este capítulo é construído tomando como unidade a perspectiva compartilhada pelas guarnições do GTOP. Afinal, como o próprio campo nos mostra, não se tratam de grupos em que vários pontos de vista são considerados, onde a visão individual de seus membros é compartilhada. Distintamente, o que podemos observar durante os grupos focais e as entrevistas, ainda que individuais, foi um profundo consenso entre seus membros e um alinhamento entre ideais, que pouco destoaram uns dos outros. Por vezes os policiais se referiam ao grupo como se *falasse a mesma língua*, demonstrando a coesão entre seus membros. Durante todo o trabalho de campo, houve apenas um momento de discordância entre os policiais, que rapidamente foi mediado por um deles e *justificado* por seus membros, para que não destoasse de todo o discurso colocado. Sendo assim, a unidade de análise aqui é este conjunto de indivíduos, pertencentes a essas guarnições.

Compreender essa unidade discursiva é essencial, pois trata-se também de um imperativo na definição desta identidade laboral. Um dos aspectos que mais predomina dentro dos discursos destes policiais é justamente o pertencimento. A força que o valor de pertencer à unidade tem parece se sobrepujar a outras possibilidades de valorização de si, de

destaques individuais. Pouco se fala em nome do policial indivíduo, todos os discursos se voltam à condição do policial-integrante, do policial-guerreiro, que estaria ali para oferecer algo a mais, além do convencional. Essas falas se constroem especialmente em oposição aos policiais que *fazem o serviço e vão embora*, como se os trabalhadores gtopianos tivessem um compromisso maior com o trabalho, que iria além, inclusive, dos tempos de serviço determinados.

É o convencional, eles... o diferencial do GTOP é que ele tem dentro da sua função uma vontade a mais, né. Por exemplo, a gente pega uma ocorrência a gente mexe nela até a gente conseguir um objetivo ali, tipo, por exemplo, uma arma de fogo, uma certa quantidade de droga, um homicida, e por aí vai, né. (Fala do policial – 2018_GFPLAN_SB)

Então, o policiamento convencional, eles têm a função deles, mas eles não vão tão fundo quanto a gente. (Fala do policial – 2018_GFPLAN_SB)

A distinção se dá, portanto, na forma de execução do trabalho, pois trabalhando nos mesmos lugares, interpelando os mesmos *indivíduos suspeitos*, haveriam resultados diferentes entre os convencionais e os gtopianos. Assim, valores como pertencimento, distinção e segurança atravessam toda a experiência desses indivíduos. Destaco aqui, especialmente, a questão da segurança, que foi colocada em todos os momentos pelos policiais entrevistados. Pois o cuidado com o outro e a segurança do grupo são apontados como sendo um dos principais aspectos que motivariam os policiais a ingressar no grupamento. A despeito de outros trabalhos desenvolvidos na instituição policial, a questão do cuidado com os companheiros, da confiança e da segurança dos indivíduos aparecem como pontos cruciais à experiência destes.

O aspecto da segurança do próprio policial se coloca como contraponto à realidade do próprio trabalho. Se considerarmos que o trabalho policial tem, por definição, a desconfiança, a insegurança e a falta previsibilidade como realidades cotidianas, a inserção no grupamento ofereceria outra possibilidade de vivenciar essa experiência. Se compreendermos, por exemplo, que o fato de ter uma guarnição com pelo menos três policiais, com um armamento diferenciado, fardas e viaturas mais robustas, oferecem outra percepção àqueles que a veem, em oposição às radiopatrulhas convencionais, que costumam ter apenas dois policiais, com armamento menos letal. Há, assim, um impacto visual por aqueles que percebem a ação policial, mas também uma sensação de segurança maior, por estarem mais protegidos, melhor armados, com maior cobertura. A questão toma maior robustez ao analisarmos a frase de um dos policiais, que descreve o trabalho policial:

Quem está no GTOP hoje é só porque gosta, porque não vale a pena de forma alguma.

É só responder, só tem problema interno, na justiça. [...]. Aqui é todo mundo doutrinado, todo mundo faz o curso. Na hora da abordagem cada um já sabe a sua posição, não troca uma palavra, pelo olhar já sabe o desenrolar da situação. E o serviço é um serviço fino, que é prender vagabundo, pegar arma, carro roubado. **Quando o puta que pariu toca a gente é o primeiro a chegar, e a gente chega e resolve mesmo.** E a segurança, dificilmente você trabalha numa viatura com três pessoas, a maioria das vezes a gente trabalha a quatro. Mas é como eu falei, aqui no GTOP só está quem gosta, quem quer ainda fazer alguma coisa na PM. (Fala do policial – 2019_GFCEI_SD – grifo nosso)

A valorização do ingresso voluntário, do esforço para permanecer e ser aceito, da produção de um trabalho diferenciado, se soma a uma configuração distinta. A doutrina asseguraria uma coerência entre o grupo, uma familiaridade com o formato do trabalho e, acima de tudo, uma disposição para fazer aquilo que vai além. Expressões como “*quando o puta que pariu toca*” oferecem uma interpretação sobre o momento de ação do GTOP, que extrapolaria o espaço do policiamento rotineiro, a expressão “*tocar o puta que pariu*” faz referência a este momento de agravamento da situação, dos conflitos, da violência. O termo foi utilizado pelos policiais para descrever os diversos momentos de ação, onde o caos dominaria a *normalidade* esperada e o GTOP seria chamado para atuar. E o imperativo de resolver estaria dado – e seria aceito, por esses policiais. Neste sentido, os próprios policiais descrevem suas ocorrências, os perigos iminentes, e as respostas próprias do grupamento, sempre voltadas para a doutrina.

Então você vai... você tem um preparo para um tipo de ocorrência porque você já viveu aquela ocorrência, mas nem sempre é o procedimento padrão. Agora, o procedimento padrão nosso, dos policiais, é nosso, de segurança. Você nunca pode deixar de acreditar na ocorrência, mesmo que seja simplesmente uma habilitação a um crime de disparo de arma de fogo, ou usando arma branca, alguma coisa. Essa sua segurança, você não pode deixar de desacreditar, porque a sua vida pode estar em risco. (Fala do policial – 2019_GFCEI_SE)

[...] aí você acaba relaxando com a sua segurança, no GTOP não. O que eles prezam lá primeiramente é pela segurança, segurança nossa, daqui, depois das pessoas que estão ao redor e até mesmo daquela pessoa, possível suspeito, que tá sendo abordado. Então, essa técnica ela é aplicada diariamente no serviço do cara. (Fala do policial – 2019_GFPLAN_SE)

Estas convergências e acordos que se apresentam e, em certo sentido, se impõem aos indivíduos, lhes oferecem um lugar de privilégio, de destaque, de pertencimento. Não se tratam mais de policiais convencionais, comuns, que realizam apenas o “arroz com feijão” do policiamento. Pelo contrário, são identificados agora como um grupamento diferenciado, chamado a resolver aquilo que os outros não tiveram condições de solucionar. Um socorro aos próprios policiais, que não integram este grupo e não passaram por um processo de seleção e validação. Toda essa prevalência do coletivo sobre o indivíduo, destacada pelos policiais como um fruto da *doutrina do GTOP*, oferece um espaço de

privilégio, de distinções, de reconhecimento e também de valorização, por vezes oposta à própria degradação da identidade e imagem policial. Esta realidade é muito elucidada também pelos discursos sobre o ingresso no grupamento efetuado pelos próprios policiais. Como colocado, ainda que a participação no curso de formação faça parte dos requisitos para ingressar no GTOP, sua realização parece ser condicionada à própria vontade dos indivíduos. Afinal, a participação no curso de formação não assegura o ingresso no grupamento, pois:

A maioria do pessoal que é do tático, ou dos cursos operacionais como ROTAM, PATAMO, todos eles são cursados né, a maioria. É porque os meninos aqui são mais novos, entraram, então eles são convidados, eles passam por um estágio e, tão logo se abre o curso de preparação pro GTOP, os cursos de GTOP, eles são encaminhados pra lá. No nosso caso inclusive tem dois, um que está fazendo o curso da ROTAM e o TOR, que é o Tático Rodoviário. Então, pra você permanecer no GTOP é quase que uma obrigação você ter um curso tático. Além de querência né, porque você tem de querer estar ali naquele grupo, e ser aceito também pelos outros componentes do grupo. Não é só você falar que vai querer fazer parte do GTOP, você vai entrar no GTOP e vai permanecer. Você faz parte... como a gente diz, de uma sabatina né. É uma sabatina ali, pra realmente ver se você passa por todas as equipes, você trabalha com todos os policiais que estão envolvidos naquele grupo, e mesmo mediante o curso, você precisa ter perfil. Às vezes você tem o curso e você não tem perfil pra trabalhar naquela determinada situação. Então também não é... não seria bem aceito no grupo. (Fala do policial – 2019_GFCEI_SE)

Como se pode observar, ainda que se saliente a importância da participação no curso de formação e sua doutrina para a execução do trabalho, a aceitação do grupo é muito mais definidora da participação que a própria formação. Segundo os próprios policiais, não basta apenas *ter vontade* de entrar, é preciso ser voluntário ou convidado, e de forma mais arbitrária, ser aceito pelos outros integrantes da guarnição. E aqui toma uma forma mais clara aquilo que se espera dos policiais que compõem a guarnição, afinal, não bastaria uma *querência* do indivíduo. Assim, a aceitação está condicionada à dedicação e a adequação destes policiais a esta doutrina compartilhada, em todos os momentos da vida, não apenas no horário de trabalho.

“O GTOP, ele... a gente diz eu a nossa forma de falar “a gente cá pra dentro”, cá pra dentro nas ocorrências, a gente mexe e remexe e chega até onde a gente quer chegar. Isso aqui é a... e outra, a gente tá sempre pronto, até mesmo na folga. Então isso aí, pra gente é um diferencial, é o que motiva a gente tá no GTOP” (Fala do policial – 2018_GFPLAN_SB)

Frases como a destacada acima nos dão a dimensão da dedicação esperada destes policiais. Estar sempre apto, de prontidão, pronto ao exercício do trabalho, independente de horário ou lugar, mostram o quanto o trabalho domina a vivência destes policiais, suas relações, seus trânsitos pela cidade. É justamente neste sentido que os policiais apontam para o sofrimento de estar sempre dedicados à tarefa de ser policial. Dedicação contínua, preparação, abnegação e controle sobre todos os tempos da vida tomam conta da formação

identitária desses policiais, fazendo com que essa farda pese sobre os ombros daqueles que se informam por esses valores.

Em diversos momentos, os policiais descrevem os sofrimentos e tristezas relacionadas a essa dedicação, que vão desde a exaustão pela necessidade contínua de vigilância, até a tristeza de ter de prender amigos de infância, ou conhecidos. No caso de Planaltina, onde a maioria dos policiais nasceu, cresceu e ainda mora nesta região, a exigência de dedicação toma contornos ainda mais radicais, pois não há espaço para o anonimato, não há uma separação entre o mundo do trabalho e a vida privada, o mundo policial é o mundo do indivíduo, das suas experiências pessoais, dentro e fora do trabalho. Assim, o policial é *policial 24 horas por dia, 07 dias por semana*, trazendo para sua realidade todas as implicações da atividade policial, como a necessidade de vigilância contínua e a desconfiança sobre todos aqueles que o cercam. A exigência de estar sempre pronto, soma-se a uma necessidade imposta pelo próprio grupo de conhecer tudo e todos. Conhecer os espaços, o território, os indivíduos suspeitos, seus possíveis trânsitos e até mesmo as condutas criminais de todos aqueles que, por ventura, chegaram a ter algum contato com os policiais durante as abordagens. A exigência de conhecer parece ser exaustiva e dominar cada aspecto da vivência cotidiana, a simples ida ao mercado se torna um trabalho, pois é preciso estar atento aos indivíduos que os rodeiam. E esta condição não se dá apenas àqueles que integram a guarnição de forma ativa, pois mesmo aqueles que se aproximando encerramento de suas carreiras, demonstram que a exigência do trabalho tende a continuar para além dos muros do quartel. Como colocado por um dos sargentos entrevistados, que estava a apenas dois serviços da aposentadoria, seus cuidados permaneceriam os mesmos ainda que não fosse mais um membro ativo da corporação.

Tem um a mais aí, não no meu caso que já tô indo embora pra reserva remunerada, já tô a dois serviços da reserva remunerada. Eu já tô com minha arma particular pronta pra qualquer esforço, pra eu sempre tá pronto também. (Fala do policial - 2018_GFPLAN_SB)

Alguns destes aspectos demonstram a dificuldade que os policiais têm em perceber as limitações do próprio trabalho, assim como a diferença entre o trabalho possível, produzido no cotidiano, o trabalho idealizado e valorizado pela instituição. Entendendo aqui que o trabalho possível é aquele realizado no dia a dia, que diz respeito ao atendimento à população, a intervenção em conflitos, à mediação das inúmeras adversidades comuns as sociedades contemporâneas, ao passo que o trabalho idealizado estaria voltado para um ideal daquilo que os policiais deveriam fazer sempre, ações mais direcionadas ao combate ao crime, que

produziriam sempre prisões ou apreensões. Esse ideal se produziria não apenas no cotidiano do trabalho, mas também por uma construção externa do que deve ser o resultado da ação policial, ainda que isso não se assente na realidade do trabalho individual.

Desta maneira, podemos observar que aquilo que se destaca enquanto produtividade policial, considerando prisões, apreensões de armas e drogas e recuperações de veículos, não dimensiona boa parte do trabalho policial realizado no cotidiano. Essas métricas não são capazes de mensurar uma boa parte da ação policial e de seus resultados para a sociedade. Temos, portanto, um cenário onde a maior parte dos atendimentos possui um desdobramento desconhecido, ao passo que uma pequena parcela é considerada como efetiva produtividade do trabalho. Cabe destacar ainda que, como colocado anteriormente, mesmo que não gerem prisões ou apreensões, as outras atividades são capazes de produzir sensação de segurança e também, como colocado por Bayley (1994), uma intervenção simbólica e uma justiça autorizada. Então, mesmo que não se reconheça esse tipo de ação como sendo algo relevante, é inegável que ela é parte fundante da relação polícia e sociedade.

Os policiais, implicados nessa relação ambígua entre o que se faz e o que se espera quefaçam, reclamam que seu trabalho será *enxugar gelo*, porque muitas vezes sua ação não resultará na prisão, ainda que os indivíduos sejam culpados. Afinal, “Dada essa discrepância entre o que a polícia sabe e o que ela pode provar judicialmente, indivíduos notoriamente culpados são muitas vezes absolvidos pelo sistema judicial” (LIMA. 1989. P. 72). Neste sentido, é importante destacar que a incompreensão dos policiais sobre o que é o trabalho e seu objetivo principal, criam um impasse significativo, pois se a produção do trabalho resultará em prisão, toda a ação precisará, necessariamente, atingir esse objetivo. Sem a capacidade de conseguir provar e, por vezes, sem o apoio da população, que poderia auxiliar na produção desta culpabilidade, os policiais se veem a mercê da interpretação de policiais civis e sua disposição para corroborar a narrativas dos policiais militares. Em meio a essa ruptura entre a interpretação dos policiais militares sobre a conduta criminosa e aquilo que se pode provar, a “polícia justifica o seu comportamento “fora-da-lei” alegando ter certeza de que possui o conhecimento testemunhal, “verdadeiro” dos fatos: ela estava lá. Alega, também, que em certas ocasiões é necessário “tomar a justiça em suas próprias mãos”” (LIMA. 1989. P. 73). Os policiais esperam que a sua palavra seja suficiente para incriminar e, em alguns casos, levar à prisão aqueles que eles consideram culpados, dada a sua interpretação e vivência nos locais. É o contato com o mundo prático que produz todo um repertório sobre a *verdade acusatória* dos policiais. Neste sentido, a própria percepção dos policiais é a de que eles

prenderam, levaram a uma delegacia e o indivíduo saiu antes mesmo que os próprios policiais, que ficam presos às burocracias. É importante destacar que, nesses casos, os policiais costumam produzir suas próprias punições, ações que vão *atrasar o lado* daquele considerado culpado.

É preciso compreender, também, que alguns discursos policiais reforçados durante o trabalho de campo, que transparecem valores muito importantes, como a valorização das prisões e apreensões enquanto principal objetivo do trabalho policial, vão orientar a construção da imagem externa dos policiais. Ainda que este seja um dos principais aspectos que não se sustente na realidade objetiva do trabalho, pois a maior parte do que os policiais fazem são atendimentos ao público, rondas, ou mesmo trabalho assistenciais, os discursos de formação continuada, de prática cotidiana, ainda rondam apenas o universo de combate ao crime. E toda uma formação de valorização profissional está pautada em uma parte mínima do trabalho cotidiano. Além disso, é este aspecto que forma a imagem que os policiais fazem de si mesmo se que transparecem para a sociedade como um todo. Se pegarmos como exemplo as páginas de Instagram dos próprios GTOP analisados nesta pesquisa, o que vemos é uma preponderância de imagens de prisões e apreensões. A página @gtop30_pmdf_cilandia, atribuída ao Grupamento do 10º Batalhão, por exemplo, teve sua primeira publicação em 2019, até a pesquisa realizada em maio de 2022, foram postadas 226 fotos/vídeos. De todas as postagens, apenas 59 eram não eram posts sobre prisões e apreensões de objetos, drogas, ou mesmo de pessoas. Assim, há a prevalência da imagem de um enfrentamento direto como o crime, onde policiais estariam sempre de prontidão, à espreita de criminosos e bandidos.

Existem uma série de implicações relacionadas a essas incoerências, comuns ao trabalho policial. Dentre eles está a própria compreensão da discricionariedade enquanto parte fundante da ação policial. Ao passo que os policiais reconhecem sua liberdade, o seu discurso se relaciona quase que exclusivamente com o trânsito pelo território, desconsiderando que a atividade policial é majoritariamente discricionária. As decisões sobre os encaminhamentos, sobre a abordagem, sobre os registros, são baseadas em interpretações coletivas que os policiais fazem no ato do trabalho. Tanto a interpretação sobre a necessidade de se abordar este ou aquele indivíduo, ou mesmo os desdobramentos que acontecerão após a abordagem, são decididos a partir das moralidades dos policiais e, em certa medida, na interpretação que eles fazem sobre os indivíduos interpelados. Colaborar com a guarnição, se dispor a uma revista, manter um tom mais dócil com relação aos policiais, tudo isso pode resultar em uma

interpretação mais amena e um direcionamento menos repressivo por parte dos policiais. Muito mais que legislações e manuais de conduta, as decisões tomadas no dia a dia dizem respeito mais à moralidade dos policiais, sua tolerância a certos comportamentos, entre outros fatores. Contudo, a instituição parece se recusar a reconhecer este aspecto do trabalho, especialmente por seu caráter militar, criando mais uma incompatibilidade na definição do trabalho policial.

Essa liberdade de ação, mesmo que não reconhecida, produz uma série de modalidades e formas de executar o trabalho. A falta de padronização no trabalho, por sua vez, dificulta sua fiscalização. Ao serem questionados sobre a vigilância do trabalho, os policiais destacaram a imagem do oficial de dia, que estaria mais relacionada a uma fiscalização do policiamento no território. Sendo assim, a vigilância aconteceria de forma mais contundente no policiamento convencional, que teria uma área restrita. Além disso, os policiais também apontaram para o papel da Corregedoria e do próprio Ministério Público, como órgãos que também vigiariam o trabalho, mas só em últimos casos. Cotidianamente, o que os policiais fazem fica a critério das próprias guarnições. Ainda sobre a ausência de modelo de ação, essa também é percebida de forma negativa pelos policiais, pois a padronização da ação resguardaria o trabalhador policial, que não seria orientado apenas por suas modalidades e interpretações, mas por um conjunto de regras e conhecimentos, comum a toda a instituição policial (o uso de bodycams particulares foi, inclusive, citada como uma estratégia para que os policiais se resguardassem de possíveis acusações de violência, por exemplo). Logo, essas interpretações sobre o trabalho e o mundo que os rodeia vai sendo modificada a partir das novas lógicas que vão sendo incorporadas pelos indivíduos, a partir das dinâmicas de organização do trabalho e interpretação do mundo ao redor. Pois:

[...] o fato de estar em sociedade acarreta um contínuo processo de modificação da realidade subjetiva, de modo que, ao atuar, as pessoas vão criando significado, e, como consequência, vão criando o seu próprio mundo. (CARVALHO *et al.* 2010. P. 159).

Sendo assim, o indivíduo interioriza a realidade através da socialização e essa vai sendo modificada no decorrer da construção do cotidiano do trabalho. As incompatibilidades vão sendo dirimidas, na medida do possível, e outros valores e moralidades vão sendo construídos. Novos significados são produzidos e a ação policial vai impactando e sendo impactada por essas mudanças, de maneira dialética. Por conseguinte, essas interpretações que os policiais fazem sobre o mundo que ao seu redor determinará a forma como se constituem suas ações. Como veremos, são as interpretações dos símbolos sociais compartilhados que vão orientar o trabalho policial, em certa medida, mais que o próprio

curso de formação.

4.1. Um especial para chamar de seu: formação e estrutura no GTOP

A instituição policial produz uma série de serviços à sociedade e a distinção entre as funções da polícia na divisão desse trabalho está ligada à sua operacionalidade, que podem variar de uma ação primordialmente de rua até questões internas, mais burocráticas. Assim, a atividade fim da polícia, entendida como o policiamento ostensivo, estaria dividido entre diversas unidades, como os grupos táticos, os especializados, entre outros. Enquanto os grupamentos táticos seriam aqueles com maior treinamento dentro de cada batalhão, as especializadas seriam os grupos aquartelados, com maior expertise em um determinado campo de atuação. Sendo assim, os grupos táticos representam uma parcela de trabalhadores que trabalham em batalhões de área, mas que teria outro tipo de treinamento, diferente daquele convencional. Neste sentido, Silva descreve que:

Para as intervenções policiais táticas em ocorrências policiais que tenham médio ou grande potencial ofensivo, há os policiais táticos (ora denominado de TÁTICO ou deGTOP) que, da mesma forma que os policiais que trabalham no Batalhão de Operações Especiais (BOPE) ou nas Rondas Ostensivas Táticas Móveis (ROTAM), detém os melhores equipamentos de trabalho, o maior número de policiais por viatura e a qualificação tática e técnica de repressão ao crime. (SILVA, 2009. p. 53)

A distinção do modo de produzir o policiamento impacta, portanto, em todo o desenvolvimento do grupo. Como colocado anteriormente, a participação seria voluntária, fazendo com que o ingresso dos policiais seja definido a partir de uma vontade individual, que motivaria a sua participação. Sendo assim, o perfil destes policiais estaria direcionado a sua maior disponibilidade para outra formação, o que os distinguiria dos demais. Considerando as mudanças realizadas na própria PMDF, que optou por um curso de formação único, o Curso de Formação de Praças - CFP, a especialização e aprimoramento técnico passam a ser vistos com um imperativo individual, que dependem da vontade e dedicação daqueles que se dispõem à formação. Este aspecto é salientado como um dos principais diferenciais entre os policiais convencionais e os gtopianos.

É, eu, em tudo que eu fui, em todos os lugares que eu trabalhei eu sempre busquei fazer o meu melhor, sempre estar entre os melhores né. Não significa que eu vou ser o melhor... bom aí no GTOP eu sei que tem uns policiais que buscam sempre estar entre os melhores, buscando as melhores... o melhor né pra comunidade, por isso. (Fala do policial – 2018_GFPLAN_SE)

A gente, nós fazemos o que nós fazemos aqui é **com amor**, nós policiais aqui, [...]

...você vê a nossa dedicação, ela é muito... ela é muito amor envolvido, com o **gostar de ser policial**, com o gostar de trabalhar no GTOP, entendeu. A gente tem uma dedicação a mais, [...]. (Fala do policial – 2018_GFPLAN_SB)

Neste sentido, o curso de formação destes policiais se apresenta como um momento definidor dos gtopianos, pois o CFP seria comum a todos os policiais, ao passo que o Curso de Formação Tático Operacional – CTOP, seria voluntário. A configuração do CTOP seria, neste sentido, um momento de aprimoramento da função policial. Contudo, a participação no grupo não diz respeito apenas a um aprimoramento técnico, pelo contrário. Dos policiais entrevistados, apenas alguns deles haviam participado do curso CTOP. Ao serem questionados sobre a relevância da sua participação, os policiais descreveram ser através dele que se implementa a doutrina gtopiana. Entretanto, guarnições sem formação nos mostram que essa doutrina está mais relacionada com a execução prática do trabalho, do que com esse processo de formação. Portanto, o curso não está relacionado apenas à formação e melhoria das técnicas policiais. Nesta perspectiva, é interessante perceber que há uma grande variação dos tempos de curso, segundo os próprios policiais, podendo ter entre 45 dias úteis até 3 meses. Sendo assim, cada policial viverá um curso, com uma dinâmica e um conjunto de ensinamentos comuns apenas àquele grupo, que fez aquele curso de formação específico.

Marcados por uma construção violenta da identidade policial, mais do que um aprimoramento técnico, os cursos se mostram como uma ferramenta importante na construção da docilização dos corpos e, em certa medida, na construção de um espírito de equipe. Assim, a centralidade do curso está mais relacionada aos valores compartilhados, do que a preparação técnica propriamente dita. Estes valores não estão presentes apenas nesse momento, ao contrário, outras experiências sobre formação policial caminham na mesma direção, como colocado por Pires e Albernaz:

[...] a *rusticidade* é uma dessas competências “não-escolarizadas” desenvolvidas nos interstícios da implementação do currículo formal das escolas de formação da PMERJ. O já referido “currículo oculto”. Faz referência a uma suposta capacidade física e mental para resistir às condições adversas da atividade policial militar. A *rusticidade* – como nos foi explicado diversas vezes – prepararia o policial para a “dura realidade das ruas”, para enfrentar “os níveis crescentes de violência da criminalidade”, mas também a precariedade de suas próprias condições laborais. Entre elas, as escalas de 24 horas, a carga pesada de trabalho, as horas em pé no sol, o peso dos equipamentos, entre outros. (PIRES; ALBERNAZ; 2022; p. 243)

Essa submissão a situações extremas, que levam o policial à exaustão durante o curso, estão ligadas à definição desta rusticidade, esse pacto estabelecido entre os integrantes, que se dispõe a enfrentar todo o tipo de intempérie em nome da execução do trabalho. Assim, diversos policiais entrevistados justificaram sua entrada voluntária no grupamento à essa

formação/doutrina, como se ela oferecesse um conjunto de conhecimentos à mais, em relação ao que se aprende no CFP. Contudo, durante uma das entrevistas realizadas com uma das guarnições entrevistadas, o policial revela não haver grandes distinções entre as técnicas ensinadas no curso de formação do CFP e no GTOP. Não se tratando, portanto, de um aprimoramento técnico ou mesmo teórico, no sentido estrito do termo. O que se promove é muito mais uma formação de resistência à dor, ao sofrimento, às inúmeras horas de trabalho ininterruptas, à privação de sono, entre outras questões. Trata-se, portanto, de uma submissão do indivíduo aos valores esperados, mais do que simplesmente um aprimoramento técnico-teórico. Ainda neste sentido, cabe destacar que um dos policiais mais antigos, já próximo da aposentadoria, revela a importância da atualização profissional como um todo, pois as antigas formações trariam um desenho da ação mais truculento, ao passo que os novos cursos seriam mais *comunitários*, em suas palavras. Mas essa atualização já estaria sendo feita pelos novos CFPs, não sendo exclusividade dos cursos de formações táticos ou especializados.

Digo com isso que há uma escolha metodológica sobre o tipo de formação que será ofertada aos policiais táticos, que parece se aproximar muito mais de uma *pedagogia do sofrimento*³², do que uma especialização, aos moldes do que se compreende no espaço acadêmico, por exemplo. Neste sentido, há um grande afastamento do que se constrói enquanto formação técnica-científica, pois não há uma continuidade, cada curso é feito no seu modo, em um tempo específico, não havendo uma linearidade ou mesmo uma matriz comum, com tempos semelhantes. Sendo assim, cada policial fará um curso único, aprenderá talvez técnicas semelhantes, mas nada garantirá que haja uma similitude entre os grupos formados, ou mesmo que haja essa coesão a esta *doutrina* dita comum. Cada formação dependerá das equipes de coordenação e, de maneira mais arbitrária, das relações de autoridade que se constituíram durante o curso de formação. Neste sentido, os horários de liberação, o uso de gás de efeito moral, os *tchofs*³³, estarão à disposição dos policiais responsáveis pela formação. A prática de castigos, em especial, seria uma das questões apontadas como ineficientes, pois: “A adoção de prática de “castigo”, por exemplo, deveria ser substituída por atividades que reforçassem eventual falha na aprendizagem” (Fala do policial – 2022_ENT02_PMSUB). Assim, a formação técnica fica em segundo plano frente à sujeição dos corpos.

Logo, é importante perceber que existe a opção por este modelo de formação, forjado

³² Termo construído pelo sociólogo e policial Fábio França, para descrever as estratégias pedagógicas utilizadas em cursos de formação de policiais militares.

³³ Ato de mergulhar em caixas d'água ou piscinas, como forma de castigo.

na força e na resistência à dor, mais do que o aprimoramento técnico, ou mesmo uma atuação mais tecnológica, adequada aos novos problemas de segurança pública. Não se trata, portanto, de uma construção de uma valorização técnica do policial, mas de uma seleção entre aqueles que terão mais força para resistir. Contudo, não podemos desprezar a formação teórica que esses policiais têm ao longo de suas trajetórias, ou mesmo sua formação técnica cotidiana, ou seja, que se produz através do dia a dia, por meio de uma *Etnometodologia do dia a dia*.

4.2. A natureza do trabalho, a etnometodologia e o tirocínio.

Há, no trabalho policial, um imperativo de controlar, categorizar e conhecer tudo aquilo que os rodeia. Essa necessidade é estabelecida pelos próprios policiais e reverbera em uma série de discursos sobre sua prática. Em todos os grupos focais aparecem falas neste sentido, que exigem uma dedicação dos policiais que os faça conhecer todo o território e todos os *vagabundos*. Esse imperativo de conhecer tudo opera de diferentes formas, no caso de Planaltina, os policiais apontam que essa necessidade se dá pelo fato de encontrarem os potenciais suspeitos em todos os espaços, por isso seria necessário identificar se são homicidas, clonadores de cartão, traficantes de drogas, ou algo semelhante. Já em Ceilândia, os policiais destacam a necessidade de conhecer o território dada a urgência do atendimento, entendendo que quando se liga para polícia, espera-se um atendimento rápido. Assim, esse mapeamento do território estaria relacionado a essa necessidade de chegar à vítima o mais rápido possível. Esse mapeamento do mundo ao seu redor produz uma Etnometodologia, ou seja:

“[...] entender o mundo social por meio da análise dos métodos pelos quais seus atores participantes dão sentido à realidade na qual se inserem reagindo uns aos outros; em outras palavras, os métodos práticos e socialmente compartilhados de organização rotineira da sociedade que a tornam uma realidade objetiva e reconhecida dessa forma por todos que a experimentam. (GAGO. 2018. P. 09)

Portanto, o objetivo é compreender como esses policiais produzem seus métodos interpretativos desta realidade comparada, criando uma série de conjuntos de significações que orientaram toda a prática cotidiana. Vale destacar que a realidade interpretada é formada não só pelos policiais, mas por todo um conjunto de valores sociais e culturais que os cercam. Issoposto, é notável que o racismo, o machismo, as discriminações sexuais, entre outros valores comuns à sociedade brasileira, atravessam toda a instituição policial. Existe ainda uma formação anterior à entrada dos policiais nas fileiras da instituição, um processo de

socialização prévio e também, no caso das últimas turmas que ingressaram na PMDF, um processo de educação superior. Neste sentido, a formação moral dos policiais se dá de forma prévia e é, posteriormente, permeada pela formação policial. Temos assim, o conhecimento prévio, a formação teórica e o trabalho cotidiano, ocorrendo todos os dias e auxiliando na construção desse conhecimento que constrói os significados e a prática policial.

Essa construção da identidade do trabalhador policial observado nesta pesquisa, se dá a partir da centralidade do mundo da rua, na atividade fim, e, portanto, na produção de um conhecimento prático mais do que na formação teórica. Por essa configuração própria do trabalho, os policiais passam a valorizar mais o mundo prático, da ação, que o aprendizado teórico. Isso posto, os policiais optam por construir sua prática no cotidiano do trabalho, distantes de manuais e procedimentos padrões. A institucionalização de determinadas práticas, sem dúvida, confere maior estabilidade às relações sociais no interior das polícias, uma vez que impõe limites e padrões às ações individuais, que não parecem ser alcançadas pela construção teórica. Essa realidade parece se acirrar mais na PMDF, que não possui um POP. Além disso, tais práticas moldam os valores e as identidades policiais. Em outras palavras, elas ajudam a definir o que é “ser policial”. Discursos impenetráveis dos policiais e sua produção do “verdadeiro”, são construídos no cotidiano.

Outro aspecto a ser considerado refere-se ao descompasso, em muitos casos, entre a estrutura formal e o discurso dos oficiais, praças e demais integrantes da área de ensino sobre como se aprimora o chamado “fazer policial”, isto é, a prática profissional. É recorrente na fala dos policiais de que “*na prática (policial) é outra coisa*”: discurso que reforça a dicotomia entre o saber formal adquirido nas escolas e a prática policial: ou seja, entre um saber que é transmitido coletivamente no espaço da escola e a lógica individualizada que pressupõe que cada um deve correr atrás do “seu” saber de polícia. (CARUSO *et al.* 2004. P. 03)

O cotidiano se faz, portanto, na *práxis* e na discricionariedade do trabalho, negada enquanto tal. Ainda neste sentido, é importante destacar o papel que a construção de manuais –ou a ausência deles – tem para o trabalho. A função dos Procedimentos Operacionais Padrões – POP, por exemplo, é criar uma espécie de manual mínimo de operação e previsibilidade para o trabalho policial, um esforço coletivo em transformar o conhecimento cotidiano em algo sistematizado. No caso da PMDF, sua ausência parece fazer falta para os próprios policiais. Talvez seja justamente esta ausência que justifica uma necessidade dos policiais em implementar uma doutrina específica do Grupamento Tático. Ainda que hajam diversas considerações a respeito da necessidade de participação do curso, o que as entrevistas nos mostraram é que essa doutrina se faz no cotidiano do trabalho, através do compartilhamento dos conhecimentos. Portanto, criam-se lacunas, que passam a ser

preenchidas por espaços informais de produção de conhecimento e aprimoramentos técnicos, buscados por alguns.

Neste sentido, os policiais se afastam de uma padronização do trabalho, o que impedirá, por exemplo, possíveis fiscalizações. Afinal, cada um fará o que considerar mais adequado a cada situação. Como observado por Pires e Albernaz, em seu trabalho “*Na teoria, a prática é outra coisa!*”: *socialização escolar, estrutura bipartida e conflitos na Polícia Militar do Estado Rio de Janeiro (PMERJ)*, ao afirmarem que, na prática, a teoria será outra, fazendo uma analogia ao descompasso entre o que se aprende nos espaços escolares e o que acontece na rua, semelhante ao que os policiais consideram ser a *escola de polícia*, no caso da PMDF. Segundo as autoras, esta ideia:

[...] significa negar legitimidade não só ao conteúdo do que é dito, mas também das próprias fontes de produção do discurso, do lugar institucional identificado como formal/escolarizado e seus emissores. A aposta analítica que gostaríamos de desenvolver aqui, portanto, é que a oposição entre *teoria* e *prática* policial se refere, em última instância, a um tipo de antagonismo de classe; um que perpassa toda a estrutura organizacional da polícia militar: a divisão entre os círculos de oficiais e praças. Toda a estrutura da organização policial reitera essa oposição. (PIRES; ALBERNAZ. 2022. P. 237)

Sendo assim, o trabalho se organiza a partir das formulações de conhecimento construídos no cotidiano e sistematizados pelos próprios policiais. Para os policiais valerá mais o conhecimento da prática, até porque não existe uma sistematização e teorização de outros tipos de conhecimento tão acessíveis. Então, o que resta é só esse conhecimento prático, especialmente porque o conhecimento do direito está resguardado aos policiais civis e ao judiciário. Ainda que a interpretação da lei e sua adaptação seja função dos policiais militares, a definição da existência de um crime e seu enquadramento na lei cabe à polícia civil, não aos policiais militares.

[...] a concepção presente nos currículos acerca do trabalho policial – civil e militar – baseia-se essencialmente no controle do crime e na aplicação da lei, com ênfase na importância de sua adesão a regras e procedimentos da organização, negligenciando o enfoque da interação com o cidadão através da negociação de conflitos para o desenvolvimento das tarefas relacionadas à manutenção da ordem, que são demandadas cotidianamente à polícia, e que são desconsideradas, na sua quase totalidade, nos conteúdos programáticos dos cursos em questão. (PONCIONI. 2005. P. 596)

A rua é a escola, portanto, o que se aprende no cotidiano é o que valoriza enquanto unidade de conhecimento. Por isso a escolha por uma abordagem que valorize as teorias criadas pelos próprios indivíduos enquanto trabalham, pois, no ponto de vista dos mesmos, seriam as atividades em rua que criariam um policial melhor preparado. Segundo policiais da Ceilândia, uma das principais motivações para trabalharem na área é justamente o fato dela

ser “uma escola”. É justamente neste sentido que as interpretações simbólicas dos policiais se tornam tão importantes, pois é esse conhecimento que orienta o trabalho, mais do que qualquer outro. Assim, existem categoriais centrais à elaboração desse trabalho: a compreensão que os policiais fazem do território onde trabalham, considerando especialmente a geografia do DF e sua formação histórica planejada; o mapeamento dos tipos de crime cometido e as dinâmicas relacionadas a eles; e as interpretações sobre os potenciais sujeitos criminosos, que acabam esbarrando na própria categorização da juventude. Isso posto, é salutar a percepção dos policiais sobre os territórios:

[...] o Pombal é o único bairro da cidade que não se desenvolveu, ele não se desenvolveu. Ele é um bairro que guarda características do Rio de Janeiro, quando a gente fala de violência numa comunidade carioca, é bem parecido com o Pombal. O Pombal, ele foi um dos primeiros assentamentos do Joaquim Roriz, um dos primeiros. (Fala do policial – 2018_PLAN_MJG)

Mesmo legalizado. É um loteamento feito, doado, pelo governador, pelo Roriz, no tempo. (Fala do policial – 2018_GFPLAN_SE)

A Expansão, ela além de ter muito essas vielas, tem muita arma de fogo. A Expansão ela é muito difícil de você andar lá dentro, ela foi projetada de uma forma que... (Fala do policial – 2018_GFCEI_PM01)

A gente pra encontra aqui os endereços é um suplício, porque... e a gente fica às vezes se sentindo até mal, porque a gente sabe que a vítima, ela quer que a polícia chegue o mais rápido possível, mas às vezes não tem sequência de endereços, as pessoas não botam placas nas casas, a gente fica procurando endereço e pede no rádio informação de quem sabe alguma referência, a gente pega contato, liga pra vítima do nosso celular pra ver se a gente consegue mais informações. Então é tudo meio que por conta própria, a gente vai se virando com o que tem. (Fala do policial – 2018_GFCEI_PM02)

As descrições que os policiais fazem sobre o território demonstram um imperativo de ordem sobre a ocupação da cidade, que não se concretiza, especialmente nos espaços de invasão, tão característicos do DF. Essa desordem do espaço impacta, inclusive, neste imperativo do trabalho construído pelos policiais, que impõem ao próprio grupo a necessidade de conhecer todo o território onde trabalham. Os setores mais distantes, os bairros mais desestruturados, as vielas, toda essa dinâmica de ocupação do espaço impacta no dia a dia da ação policial. A incapacidade de encontrar um endereço, ou mesmo de transitar por um espaço, cria uma dificuldade interpretativa para boa parte dos policiais, que não conseguem se adequar às particularidades do espaço. Dito isso, é comum que os policiais atribuam aos espaços mais desordenados uma possibilidade maior de ocorrência de crimes.

Com relação à criminalidade percebida pelos policiais nas duas cidades, as dinâmicas do tráfico aparecem de maneira expressiva. As concepções sobre a forma como o tráfico ocorre nos dois locais são muito parecidas, destoando, por exemplo, das interpretações das

dinâmicas de homicídio. Ao passo que o tráfico parece acontecer de forma semelhante nas duas RAs, os homicídios guardam suas particularidades. No caso de Ceilândia há uma relação com a ocorrência desses crimes e as distribuidoras de bebida, enquanto em Planaltina a ocorrência teria relação com a disputa por espaços de comércio de drogas e também com as guerras tradicionais entre os bairros. Apesar dos funcionamentos, os crimes de homicídios não parecem estar passíveis de interferência por parte dos policiais. Entretanto, em um sentido oposto, o tráfico seria um dos principais focos de trabalho policial. Prender traficantes – e alguns usuários – e apreender substâncias faz parte do cotidiano, e se constitui como principal atividade justamente por ser definido a partir do flagrante. Ou seja, é a observação da conduta por parte dos policiais que definirá quem está ou não traficando, quem é ou não usuário. Segundo os policiais, o tráfico impacta na dinâmica da cidade:

O grande problema hoje chama-se crack por todas as consequências à saúde, por conta da dinâmica do que eles chamam de “nóia”, né, que é o efeito. Porque o usuário usa aqui, 15, 20 minutos já passou o efeito, precisa multiplicar isso. (Fala do policial – 2018_PLAN_MJG)

Isso não precisa fazer pesquisa. Normalmente as pessoas que a gente prende na madrugada são usuários de crack, né. O aumento do número de furto e roubo de celulares está ligado diretamente a isso, porque eu pego celular aqui, cinco minutos vou ali na boca, uma pedra de crack. Isso é um fato né. Então, a dinâmica da entrada do crack é que, de fato, trouxe essa capilaridade do tráfico. (Fala do policial – 2018_PLAN_MJG)

Além do crime de tráfico, o crime de oportunidade também teria uma centralidade nas cidades estudadas, mesmo que relacionado ao uso de crack. Especialmente em áreas de grande fluxo de pessoas:

Tá, na parte da Ceilândia, a gente vê um crime de oportunidade, as pessoas... os criminosos né, eles aproveitam de oportunidades de uma vítima. Como aqui o transporte público é mais por ônibus e metro, então eles aproveitam esses pontos de deslocamentos das pessoas para o trabalho e eles efetuam muito furto... é, roubou a transeunte. (Fala do policial – 2018_CEI_CBS)

É interessante destacar aqui que o tempo de trabalho do GTOP não está atrelado a horários de grandes fluxos de pessoas. Pelo contrário, as escalas do grupo foram descritas como sendo de 15:00 às 03:00 da manhã, período determinado pela SSP e descrito como sendo o de maior incidência de crimes, como salientado pelos policiais. Sendo assim, a prevenção a esse tipo de crime de oportunidade, parece não ser o foco da ação do grupo, ainda que se destaque na interpretação que os policiais fazem da criminalidade. Ainda no caso do tráfico, há também a percepção do aliciamento por parte dos jovens.

Um recrutamento atrás do outro e cada esquina você vê muito cara ali de vinte, vinte e poucos anos, e um monte de pequenininho. É de dar dó, porque a gente sabe que tá corrompendo. (Fala do policial – 2018_GFCEI_PM02)

Assim, não apenas o crime de tráfico seria um problema, mas também a aproximação entre esses possíveis vendedores e as crianças próximas. Nesse sentido, é importante salientar que os dois batalhões estudados tinham projetos sociais voltados para a juventude. Ainda que se estruturam de formas distintas, os dois projetos tinham como objetivo construir uma relação mais próxima entre polícia e comunidade, especialmente com as crianças da região. Na percepção dos policiais, trava-se uma espécie de disputa entre a polícia e a criminalidade, uma espécie de competição pelas crianças das regiões. Além de moral, é também uma rivalidade simbólica, que se constrói a partir da visão de que a instituição policial seria boa, honesta, enquanto a criminalidade seria o mal personificado, que não ofereceria nenhum benefício às crianças.

O perfil de quem comete os crimes será, por sua vez, definido pelo tipo de crime cometido. Assim, os jovens estariam mais propensos a cometer certos crimes, como o tráfico de drogas e, especialmente, homicídios. A impetuosidade, comum a juventude, seria interpretada como um fator de risco para a ocorrência de homicídios, principalmente. Sendo, portanto, os jovens, pobres, das cidades periféricas, os principais autores de crimes, na perspectiva dos policiais.

Indiscutivelmente 14 a 25 anos, são quem mais mata e quem mais morre. (Fala do policial – 2018_PLAN_MJG)

Mas, sem dúvida nenhuma, que são pobres, normalmente homens. Nos últimos três, quatro anos, mulheres também começaram a ser vítima, vítimas e autoras [...]. (Fala do policial – 2018_PLAN_MJG)

Essa interpretação da criminalidade é permeada também por uma compreensão sobre o tipo de configuração familiar presente nessas RAs, como se o espaço da família fosse, em alguma medida, uma salvaguarda ao mundo da criminalidade. Portanto, os modelos de famílias tradicionais, com pais e mães presentes, poucos filhos, rondam o imaginário desses policiais. Em contrapartida, aquelas estruturas familiares que se afastam desse modelo seriam descritas como problemáticas, ou mais propícias à violência, produzindo uma espécie de disposição maior ao ingresso no mundo do crime. Seriam, portanto:

Pessoas que vem de uma família totalmente desestruturadas, que o pai tá preso, que amãe é usuária de drogas. (Fala do policial – 2019_GFPLAN_SO)

Ainda neste sentido, os policiais também interpretam as construções simbólicas que permeiam os indivíduos entendidos como *suspeitos ideais* (SILVA, 1999), os chamados *pebas*. Há, entretanto, uma distinção entre os *pebas* e os bandidos, sendo este segundo o sujeito mais velho, mais experiente, que teria uma conduta mais discreta. Em um sentido

oposto estariam os *pebas*, indivíduos mais jovens e mais *exibidos*. Descritos pelos policiais como:

[...] é também um estereótipo, né, do marginal menor, porque quando a gente fala peba normalmente são menores. (Fala do policial – 2018_PLAN_MJG)

[...] nós temos aqui é quase que sagrado, se nós prendermos um garoto ele vai tá vestindo uma camisa Pena ou Greenwich, ou essas camisas tipo de skatista, só que falsificada. Pena, Greenwich, no passado Bad Boy, só que falsificada, não é. São aquelas roupas grandes, bermudas, por isso que estou falando que pode ser uma influência americana, porque normalmente é acima do número que seria o número dele, as camisas também. Eles adoram japonas, ou agasalhos, inclusive com capuz, tem uma modinha agora que eu to tentando, até agora eu não consegui descobrir, mas um cordão com uma chave, que também os identifica de alguma forma pra nós. É uma chave qualquer, pendurada, um colar e uma chave. (Fala do policial – 2018_PLAN_MJG)

Tatuagem de palhaço – [...] por isso o palhaço, nós somos comédia pra ele. (Fala do policial – 2018_PLAN_MJG)

A vestimenta é aquela bermuda com... até o tipo de estampa, né tassel, camiseta com aquelas estampas variadas, que é relativo a crime. (Fala do policial – 2018_GFPLAN_SB)

O peba geralmente é o ladrãozinho de celular... (Fala do policial – 2018_GFPLAN_SE)

É o que está na esquina de manhã, de tarde e de noite, fumando maconha, que não trabalha, que não faz porra nenhuma. Esse é o peba. (Fala do policial – 2019_GFCEI_SD)

Seja por serem mais jovens, ou mesmo pelos tipos de crime que cometem, os *pebas* aparecem como figuras centrais na suspeição policial. Esse lugar se configura tanto pela ostentação de certos símbolos, como roupas características, formas de falar, cortes de cabelo, como também por sua posição de enfrentamento, mesmo que indireto. Se os bandidos podem ser descritos como aqueles que estariam mais escondidos, os *pebas* estariam muito mais visíveis. Até os gestos seriam marcadores desse grupo, sendo identificados e descrito pelos policiais.

Ele anda meio, o braço aberto, muito, ele anda dançando praticamente. (Fala do policial – 2018_GFPLAN_SB)

SE – Peba porque você já sabe pelo jeito de vestir, o jeito de andar...SL – Andam balançando os braços.

SE – Balançando os braços, já andam com o boné e a calça caindo, o short já mostrando a cueca. É todo largado.

SD – Sobrancelha riscadinha.

SE – Riscadinha, cabelo riscadinho.

(Diálogo entre policiais - 2019_GFCEI)

Essa centralidade desse grupo específico de sujeitos não está relacionado apenas à

dinâmica da criminalidade, mas a própria constituição da juventude dessas cidades. Aquilo que os policiais vão identificar como características negativas, são descritas como *chavosas* pelos jovens. O risquinho no cabelo, na sobrancelha, as tatuagens, as roupas largas, são marcadores estéticos da juventude, entendidos como sendo parte integrante do estilo e também da beleza. Neste sentido, a percepção dos policiais sobre a juventude é radicalmente afetada por imagem da suspeição, que nem sempre corresponde ao que os jovens entendem como sendo suspeito. Como mencionado anteriormente, os resultados das pesquisas com juventude nos mostram que a categoria *peba* para os jovens, tem muitas outras divisões, não sendo tão dicotômica e simplista, como na visão dos policiais. Ainda neste sentido, os policiais percebem os jovens a partir da divisão entre aqueles que estão à margem da lei e não teriam uma boa relação com a polícia, e aqueles que admiram o trabalho policial, pois seriam *de bem*.

[...] o jovem que tá às margens da lei, ele respeita a gente, o outro jovem, que já tá... que é o jovem de bem, ele tem admiração, entendeu. (Fala do policial – 2018_GFPLAN_SA)

04 – Os de bem é muito bem.

02 – É, a gente vê que é estudante, que é tranquilo, é de família e tudo, a gente vai lá, conversa numa boa e tal. E liberal, é.

01 – Ladrão que é contra polícia, ladrão que não gosta de polícia. (Fala do policial – 2018_GFCEI_PM04, PM02 e PM01)

Opera-se aqui, uma distinção significativa entre juventude e infância, pois os jovens seriam o grupo de suspeitos, enquanto as crianças estariam na margem da disputa.

As crianças têm uma admiração muito grande pelo GTO. Atende muito essa questão social, a gente para... [...] Quem não gosta do GTO de Planaltina é quem está na questão do crime, são usuários de drogas, são os ladrões... (Fala do policial – 2019_GFPLAN_SE)

As crianças, a parte que eu to falando das crianças mesmo, uns sete... seis a dez anos, a relação com a gente é muito boa. (Fala do policial – 2018_GFCEI_PM04)

Mais do que cursos e formações teóricas oferecidas durante a trajetória do trabalho policial, são essas as interpretações que orientam as condutas do policiamento. É neste sentido que a pesquisa de Albernaz descreve os chamados “faros policiais”, categoria nativa referente a uma capacidade “diferenciada” que os policiais têm para identificar e categorizar seu cotidiano, a fim de promover a ordem e o controle social. Para a autora, os faros policiais representam “uma espécie de imperativo de antecipação e previsibilidade das relações sociais, potenciado pela necessidade de produzir controle e vigilância sobre uma determinada população” (ALBERNAZ. 2015. P. 91). Nesse mesmo sentido, os policiais descrevem suas

interpretações como sendo o *tirocínio*, um raciocínio que precede o tiro e, de forma contundente, orienta prática policial. Portanto, compreender essa interpretação parece ser mais conveniente para identificarmos o tipo de relação que se constrói entre polícia e sociedade. Entender como as categorias são construídas e manejadas, se torna fundamental, porque são elas que moldam toda a prática e, por definição, todo o trabalho policial e seus resultados. Por fim, essa dissertação é um empenho para entender como se constroem essas percepções, e quais são seus impactos no cotidiano e na ação policial.

Considerações finais

Buscando contribuir para o debate acerca do trabalho policial e suas particularidades, essa dissertação é uma tentativa de reflexão acerca da construção prática das ações policiais. Partindo dos resultados de pesquisas anteriores, minha análise se volta para os aspectos do trabalho salientados pelos próprios policiais, durante o trabalho de campo. Assim, são as inquietações destes trabalhadores sobre seu cotidiano que nortearam esse empreendimento. Nesse sentido, é importante perceber a centralidade do policiamento ostensivo para a definição da ação, sendo compreendida como a modalidade que oferece, a partir da sua visibilidade, uma estratégia de dissuasão à ocorrência de crimes. Ainda que não se fundamente na realidade observada, não sendo possível comprovar a efetividade desta modalidade de policiamento na diminuição de estatísticas criminais, podemos perceber que a mesma oferece uma série de outros serviços, também importantes para a manutenção do Estado democrático de direito.

Ainda neste sentido, o espaço público é central para a execução do policiamento, pois é onde se realiza a ação policial propriamente dita. Sua configuração impacta na produção do trabalho policial, sendo a interpretação que os policiais fazem da mesma, um aspecto orientador de condutas. No caso da PMDF, a construção da cidade de forma setorizada orienta também o modelo de patrulhamento e as expectativas sobre a organização territorial, sendo comum que os policiais identifiquem nos espaços de ocupação desordenada os maiores problemas de segurança pública. Portanto, a interpretação que os mesmos fazem deste espaço cria modelos distintos de policiamento ostensivo, ainda que todos estejam relacionados à prática de *ser visto*, a execução será distinta nas cidades de Ceilândia e Águas Claras, por exemplo. Sendo uma mais orientada à repressão, enquanto o outro estaria mais voltado para uma promoção de sensação de segurança.

Também neste sentido, as interpretações que os policiais fazem das dinâmicas de criminalidade comuns às suas cidades serão também orientadoras de ações. E aqui o perfil dos indivíduos que cometeriam esses crimes fica evidente. Pois, os policiais categorizam seu dia a dia e rotulam os indivíduos que eles compreendem como sendo possíveis sujeitos suspeitos. As percepções compartilhadas sobre esses indivíduos, por vezes definidos como *pebas*, ou seja, jovens, negros, de cidades periféricas, direcionam a ação policial para um grupo de sujeitos preferencial. É a definição do tipo de crime que construirá a imagem do criminoso nessas localidades. Portanto, o tráfico trará a imagem do jovem, parado na esquina,

sem ocupação, que passaria o dia trabalhando no comércio de drogas baratas, como maconha e crack. Essa percepção compartilhada por esses policiais orientará não só a relação com os possíveis suspeitos, como também influenciará toda vinculação com a juventude das áreas pesquisadas. É justamente neste aspecto que os policiais diferenciam as crianças dos jovens, a partir da relação de admiração/rejeição que se constrói ao longo do tempo. Na visão dos policiais, às crianças cabe a admiração e o carinho, o aceno da passagem da viatura, entre outros episódios de afinidades. Ao passo que, com os jovens, a relação se modificaria justamente pela modalidade da criminalidade nas regiões. Significa dizer que, na interpretação dos policiais, essa construção de um perfil de criminosos mais jovens impactaria na relação que se estabelece. Falas como: *só criminoso não gosta de polícia*, demonstram uma construção valorativa sobre aqueles que decidem não se aproximar, ou mesmo evitar o contato com os policiais.

Por fim, é possível perceber que a interpretação que esses policiais fazem do mundo ao seu redor é imperativa ao trabalho cotidiano. São essas valorações sobre a criminalidade, o território e, especialmente, sobre a juventude, que movimentam a rotina do trabalho. Mais do que a formação teórica, é no espaço da prática que os policiais produzem seu conhecimento, suas orientações sobre os modos de conduzir seu cotidiano e atingir os objetivos desejados. Logo, essa dissertação tem como objetivo trazer luz a essa discussão, analisando a construção desses valores por policiais do Grupamento Tático Operacional da PMDF.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, S. *A gestão urbana do medo e da insegurança. Violência, crime e justiça na sociedade brasileira contemporânea*. (1996) Tese de Livre Docência em Ciências Humanas, USP.
- ALBERNAZ, E. R.. *Sobre legitimidade, produtividade e imprevisibilidade: seletividade policial e a reprodução da ordem social no plano de uma certa política do cotidiano'*. In: *Confluências: Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito*, v. 17, p. 109-122, 2015.
- ALCÂNTARA, D.S. *"Muito mais que segurança": identidade profissional de policiais militares do Distrito Federal a partir de suas representações sociais*. 2017. Departamento de Sociologia [SOL] - Tese
- AZEVEDO, F. P. *Estudo sobre Representações Sociais do "inimigo" na Polícia Militar do Distrito Federal*. 2017 Departamento de Sociologia [SOL] - Dissertação
- BATISTA, A. S. *A Área Metropolitana de Brasília*. In: *A violência na Área Metropolitana de Brasília*/Arthur Trindade Maranhã Costa, organizador. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.
- BATISTA, A. S; FRANÇA, K. C. B; BERDET, M; BORTOLO PINTO, M. A. *Metropolização, homicídios e segurança pública na área metropolitana de Brasília: o município de Águas Lindas de Goiás*. In: *Revista Sociedade e Estado*, V. 31, N. 2, p. 433-457, Maio/Agosto 2016.
- BARBOSA, L. C. *Cativando mentes e corações dos "Guardiões da Ceilândia": as re-representações sociais do 8º Batalhão da PMDF*. 2016. Departamento de Sociologia [SOL] - Dissertação
- BAYLEY, D. H. *Police for the future*. New York, Oxford University Press: 1994.
- BENTO, B. *Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?* In: *Cadernos Pagu*, 2018.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BITTNER, E. *Aspectos do trabalho policial*. São Paulo; editora da Universidade de São Paulo, 2003.

- BRETAS, M. L., ROSEMBERG, A. *A história da polícia no Brasil: balanço e perspectivas*. In Topoi, v. 14, n. 26, p. 162,173, jan./jul. 2013.
- CARUSO, H. G. C. *Das práticas e dos seus saberes: a construção do Fazer Policial entre as Praças da PMERJ*. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. 137 fls.
- CARVALHO, V. D.; BORGES, L. O.; REGO, D. P. Interacionismo simbólico: origens, pressupostos e contribuições aos estudos em Psicologia Social. In: Psicologia: Ciência e Profissão [online]. 2010, v. 30, n. 1
- CASTRO, P. A. L. *Os convencionais e os especiais: um estudo sobre a construção da identidade dos integrantes do Batalhão de Operações Especiais da PMDF*. 2011. Departamento de Sociologia [SOL] – Dissertação.
- CHARMAZ, K. *A construção da teoria fundamentada: guia prático para análise qualitativa*. Bookman Editora, 2009.
- COSTA, A. T. M. As reformas nas polícias e seus obstáculos: Uma análise comparada das interações entre a sociedade civil, a sociedade política e as polícias. In: Civitas: Revista De Ciências Sociais, 2009, Nº 8(3), 409–427.
- COSTA, A. T. M. *Introdução*. In: A violência na Área Metropolitana de Brasília/Arthur Trindade Maranhã Costa, organizador. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2019.
- COSTA, A. T. M.; DURANTE, M. O. *A polícia e o medo do crime no Distrito Federal*. In: Dados, Rio de Janeiro, Vol. 62, 2019.
- COSTA, A. T. M.; DURANTE, M. Medo do crime e vitimização no Distrito Federal: Analisando as vulnerabilidades de gênero, idade, raça e renda. In: Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, vol. 12, núm. 2, pp. 239-265, 2019 (1)
- DA SILVA, A. R. *O gesto inscrito em nossas tradições: o cotidiano policial militar da PMDF – análise da determinação do suspeito pelo GTO (2001-2011)*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Ecuador, 2016.
- FIGUEIRA, K. S. *Polícia feminina: construção identitária e representações sociais na Polícia Militar do Distrito Federal*. 2017. Departamento de Sociologia [SOL] - Dissertação
- FERNANDES, A. F. O. *Vida candanga: os trabalhadores da construção de Brasília e o massacre da GEB de 1959 – a memória como um campo de disputas*. 2018. Trabalho

de conclusão de curso (Bacharelado e Licenciatura em História – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

- FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA – FBSP. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Ano 14, 2020.
- FOUCAULT, M. *Vigiar e punir: Nascimento da prisão*. Tradução: Raquel Ramallete. 39 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.
- GAGO, P. C. *Apresentação da tradução brasileira*. In: Garfinkel, Harold. Estudos de Etnometodologia/ Harold Garfinkel. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.
- GARLAND, D. *A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea*. [Tradução, apresentação e notas de André Nascimento], Rio de Janeiro. Revan, 2014.
- GOLDENBERG, M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- JUNIOR, A. O. *SISP-Segurança Pública. Confiança e percepção social das polícias*. In: IPEA. Sistemas de Indicadores de Percepção Social (SIPS). 1ª Edição. Brasília, IPEA, 2011.
- LIMA, R. K. *Direitos civis, Estado de Direito e “cultura policial” a formação policial em questão*. In: Revista Brasileira de Ciências Criminais. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2003.
- LIMA, R. K. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. In: RBCS nº 10 vol. 4, junho de 1989.
- MATTA, R. D. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*/ Roberto DaMatta – 6ª ed. – Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- MATTOS, M. J. S. *Reconhecimento, identidade e trabalho sujo na PMDF*. 2012. Departamento de Sociologia [SOL] - Dissertação
- MESSEMBERG, D.. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: Sociedade e Estado [online]. 2017, v. 32, n. 03, pp. 621-648.
- MISSE, M. “*Crime, Sujeito e Sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria ‘bandido’*”. In: Revista Lua Nova, São Paulo, 79: 15-38, 2010.
- MIRANDA, A. P. M.; MUNIZ, J. Um campo de experiências, afetações e “achismos” dilemas e desafios metodológicos em pesquisas empíricas sobre criminalidade, violências, (in)

- segurança e ativismos. In: Runa, vol. 42, núm. 1, 2021, janeiro-junho, pp. 21-41
- MONTEIRO, C. D. 'Pebas' e 'vagabundos': a representação midiática de criminosos no programa *DF alerta*. In: Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc. – Rio de Janeiro –Vol. 13 – nº 3 – SET.-DEZ. 2020, pp. 827-848
- MONJARDET, D. *O que faz a polícia: sociologia da força pública/* Dominique Monjardet; pós-facio Jean-Marc Erbès; Tradução Mary Amazonas Leite de Barros. – 1 ed. 1 reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012. (Série Polícia e Sociedade; 10).
- MUNIZ, J. *Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro*. 1999, 289 f. Tese (doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- MUNIZ, J. *A crise na identidade das Polícia Militar Brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional*. In: Security and defense studies review, 2001, p. 177-198.
- MUNIZ, J. O.; SILVA, W. F. Mandato policial na prática: tomando decisões nas ruas de João Pessoa. In: Caderno CRH [online]. 2010, v. 23, n. 60, pp. 449-473.
- MUNIZ; J. PAES-MACHADO, E. *Polícia para quem precisa de polícia: contribuições aos estudos sobre policiamento*. In; Caderno CRH, Salvador, v. 23. Nº 60 p. 437-447. Set./Dez. 2010
- MUNIZ, J.; CARUSO, H.; FREITAS, F. *Os estudos policiais nas Ciências Sociais: um balanço sobre a produção brasileira a partir dos anos 2000*. BIB, São Paulo, n. 84, 2/2017 (publicada em abril de 2018), p. 148-187.
- NABUCO, G.; OLIVEIRA, M.H.P.P.; AFONSTO, M.P.D. O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à Saúde? In: Rev. Bras. Med. Fam. Comunidade. 2020;15(42):2532.
- NASCIMENTO, N. C. *Entre as leis e o mundo: polícia e administração de conflitos numa perspectiva comparativa*. 2003. Tese (doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2003.
- NASCIMENTO, A. M. *A linha tênue entre os vigias e os vigiados: as práticas policiais de PM's negros em seus encontros com a comunidade negra do Distrito Federal*. 2014. Departamento de Sociologia [SOL] - Monografia

- NETO, E. O. *Os cães ladram, mas a caravana não para: estudo etnográfico sobre policiamento com cães no DF*. 2016. Departamento de Sociologia [SOL] - Dissertação
- NETO, E. O. *Cachorreiros e cães da Polícia Militar e dos Bombeiros: um estudo em representações sociais a partir das relações humano-cão*. 2021. Departamento de Sociologia [SOL] - Tese
- NUNES, C. G. Em tempos de Coronavírus. In: Caderno de Administração, 2020, nº 28, p. 37-41
- PAZ, M. C. *Quem vem para ser: formação identitária e afetiva dos policiais do Batalhão de Choque da PMDF*. 2015. Departamento de Sociologia (Monografia). Universidade de Brasília, 2015.
- PIRES L. S.; ALBERNAZ E. R. "Na teoria, a prática é outra coisa!": socialização "escolar", estrutura bipartida e conflitos na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). In: Revista Brasileira De Segurança Pública, 2022, 16(1), 232–251.
- PONCIONI, P. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do Estado do Rio de Janeiro. In: Sociedade e Estado [online]. 2005, v. 20, n. 3, pp. 585-610.
- PORTO, M. S. G. *Polícia e violência: representações sócias de elites policiais do Distrito Federal*. In: São Paulo em Perspectiva, São Paulo. 18 (1), 2004, p. 132-141.
- PORTO, M. S. G. *Brasília, uma cidade como as outras? Representações sociais e práticas de violência*. In: Sociedade e Estado [online]. 2009, v. 24, n. 3
- PORTO, M. S. G. *Sociologia da Violência, do conceito às Representações Sociais*. Brasília: Verbana Editora, 2010.
- RABELO, R. *Historiografia e fotografia: o caso de Mário Fontenelle na construção de Brasília*. 2015. Trabalho de Conclusão de curso (Departamento de História). Universidade de Brasília, Brasília, 2015.
- SILVA, C. C. *Relacionamento entre os controles internos e externos da Polícia Militar do Distrito Federal: motivações e perspectivas*. 2008. Departamento de Sociologia [SOL]. Dissertação.
- SILVA, G. G. A identidade e o sofrimento policial militar: entre o público e o privado. 2011. Departamento de Antropologia [DAN] – Monografia.
- SILVA, L. A. M. *Polícia e violência urbana em uma cidade brasileira*. Etnográfica, vol. 15,

no. 1, 2011.

SILVA, G. G.; A lógica da polícia militar do Distrito Federal na construção do suspeito. 2009, 187 p. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, G. G. *Políticas de Segurança Pública: um olhar sobre a formação da agenda, das mudanças no padrão de policiamento e na manutenção do policiamento comunitário no Distrito Federal*. 2015. Departamento de Sociologia [SOL] - Tese

SOUSA, N. H. B.; *O massacre de Pacheco Fernandes Dantas em 1959: memória dos trabalhadores da construção civil de Brasília*. 2014 (Acesso em: <https://unb.revistaintercambio.net.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/1251/2053.pdf>)

SUASSUNA, R. F. *O habitus dos Policiais Militares do Distrito Federal*. 2008. Dissertação (mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2008.

SUASSUNA, R. F. *Confiança e reciprocidade entre policiais e cidadãos: a polícia democrática nas interações*. 2013. Departamento de Sociologia [SOL] - Tese

ZACKSESKI, C. *A construção do conceito de ordem pública nas políticas de segurança dos distritos federais do Brasil e do México (1980-2005)*. 2006. Tese (doutorado em Ciências Sociais. – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2006.

Anexo 01 – Série histórica dos crimes violentos letais intencionais no DF



SÉRIE HISTÓRICA DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS NO DF

DSC_CIDADE_SEM_CEP	2011		2012		2013		2014		2015	
	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.
RA 01_BRASILIA	23	11,0	21	9,9	23	10,6	23	10,6	24	11,0
RA 02_GAMA	43	33,7	48	36,6	39	28,9	60	43,4	40	28,2
RA 03_TAGUATINGA	41	20,7	44	21,5	42	19,7	42	19,4	39	17,8
RA 04_BRAZLANDIA	28	56,7	22	43,8	20	39,1	11	21,3	21	40,2
RA 05_SOBRADINHO	9	15,2	11	18,0	6	10,2	9	14,7	22	34,6
RA 06_PLANALTINA	92	56,9	81	47,0	90	48,6	67	35,8	62	32,7
RA 07_PARANOA	27	63,6	24	54,4	23	49,7	32	67,9	25	52,1
RA 08_NUCLEO BANDEIRANTE	3	13,3	5	21,7	6	25,3	3	12,3	1	4,0
RA 09_CEILANDIA	135	33,4	170	40,1	170	37,6	149	31,7	118	24,1
RA 10_GUARA	9	8,3	18	16,0	14	11,7	6	4,8	18	13,6
RA 11_CRUZEIRO	2	6,4	1	3,2	-	-	2	6,1	3	9,0
RA 12_SAMAMBAIA	67	33,2	90	42,4	56	24,5	68	28,2	49	19,3
RA 13_SANTA MARIA	59	49,4	49	40,6	60	48,9	44	35,5	59	47,2
RA 14_SAO SEBASTIAO	43	55,3	49	57,4	46	46,5	45	45,2	27	27,0
RA 15_RECANTO DAS EMAS	41	32,9	66	50,9	40	28,8	48	33,8	41	28,2
RA 16_LAGO SUL	2	6,7	2	6,7	1	3,3	2	6,6	1	3,4
RA 17_RIACHO FUNDO	5	14,2	10	27,7	11	29,3	4	10,3	5	12,5
RA 18_LAGO NORTE	3	8,9	-	-	1	2,9	1	2,8	5	13,8
RA 19_CANDANGOLANDIA*	5	-	1	-	8	-	8	-	7	-
RA 20_AGUAS CLARAS	14	12,7	27	23,9	8	6,7	11	8,6	11	8,0
RA 21_RIACHO FUNDO 2	12	32,4	6	15,9	4	10,1	11	24,4	5	9,7
RA 22_SUDOESTE	-	-	-	-	1	1,9	2	3,8	-	-
RA 23_VARJAO DO TORTO*	6	-	-	-	3	-	3	-	-	-
RA 24_PARK WAY*	1	-	3	-	-	-	-	-	2	-
RA 25 ESTRUTURAL	35	108,9	43	130,2	33	94,0	18	48,6	25	64,1
RA 26_SOBRADINHO 2	24	25,5	5	5,3	11	11,3	24	24,2	22	21,8
RA 27_JARDIM BOTANICO	1	4,2	3	12,4	1	4,0	-	-	-	-
RA 28_ITAPOA	40	71,0	27	47,1	12	20,1	29	45,3	31	45,2
RA 29_SIA*	4	-	4	-	3	-	7	-	1	-
RA 30_VICENTE PIRES	9	13,3	9	13,0	7	9,7	10	13,8	4	5,5
RA 31_FERCAL*	-	-	4	-	4	-	4	-	3	-
TOTAL DF	783	30,0	843	31,8	743	26,6	743	26,0	671	23,0

Fonte: Banco Millenium - GEPAD/COOCOLETRA/SGI/SSPDF

* Taxa índice calculada apenas para as RA's com população superior a 20.000 habitantes

SÉRIE HISTÓRICA DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS NO DF

DSC_CIDADE_SEM_CEP	2016		2017		2018		2019	
	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.	Registros de Ocorrências	Taxa 100 mil hab.
RA 01_BRASILIA	16	7,3	21	9,5	19	8,5	20	8,8
RA 02_GAMA	43	29,6	39	26,1	28	18,3	20	14,0
RA 03_TAGUATINGA	31	13,9	26	11,5	24	10,4	19	9,2
RA 04_BRAZLANDIA	20	37,8	15	28,1	24	44,4	3	4,7
RA 05_SOBRADINHO	18	27,3	17	24,9	13	18,3	20	28,1
RA 06_PLANALTINA	65	34,0	63	32,6	53	27,1	46	23,7
RA 07_PARANOA	34	69,5	12	24,1	12	23,6	17	23,0
RA 08_NUCLEO BANDEIRANTE	4	15,5	1	3,8	3	11,0	0	-
RA 09_CEIFLANDIA	96	18,9	89	16,8	92	16,7	82	18,6
RA 10_GUARA	6	4,3	5	3,4	5	3,2	1	0,7
RA 11_CRUZEIRO	2	5,9	-	-	-	-	2	6,5
RA 12_SAMAMBAIA	55	20,5	53	18,7	34	11,4	43	17,9
RA 13_SANTA MARIA	40	31,7	37	29,0	22	17,1	21	16,3
RA 14_SAO SEBASTIAO	44	43,7	32	31,6	27	26,5	26	23,5
RA 15_RECANTO DAS EMAS	51	34,3	20	13,2	23	14,8	22	16,7
RA 16_LAGO SUL	1	3,4	1	3,5	3	10,5	0	-
RA 17_RIACHO FUNDO	3	7,2	6	14,0	4	9,1	3	6,9
RA 18_LAGO NORTE	1	2,7	1	2,6	1	2,5	2	5,4
RA 19_CANDANGOLANDIA*	2	-	6	-	-	-	0	-
RA 20_AGUAS CLARAS	3	2,0	6	3,7	7	4,0	8	4,8
RA 21_RIACHO FUNDO 2	12	20,3	6	8,8	7	9,0	9	10,0
RA 22_SUDOESTE	1	1,9	-	-	-	-	2	3,7
RA 23_VARJAO DO TORTO*	2	-	1	-	1	-	2	-
RA 24_PARK WAY*	-	-	1	-	1	-	0	-
RA 25 ESTRUTURAL	19	46,2	20	46,1	20	43,7	19	52,4
RA 26_SOBRADINHO 2	24	23,4	23	22,1	15	14,2	8	10,2
RA 27_JARDIM BOTANICO	1	3,5	-	-	-	-	0	-
RA 28_ITAPOA	25	34,0	23	29,2	20	23,7	25	38,6
RA 29_SIA*	3	-	4	-	4	-	4	-
RA 30_VICENTE PIRES	8	11,0	6	8,2	7	9,6	6	8,3
RA 31_FERCAL*	5	-	9	-	5	-	5	-
TOTAL DF	635	21,3	543	17,8	474	15,2	435	13,6

Fonte: Banco Millenium - GEPAD/COOCOLETRA/SGI/SSPDF

* Taxa índice calculada apenas para as RA's com população superior a 20.000 habitantes

Anexo 02 – Mapa – Crimes violentos letais intencionais no DF (2019)



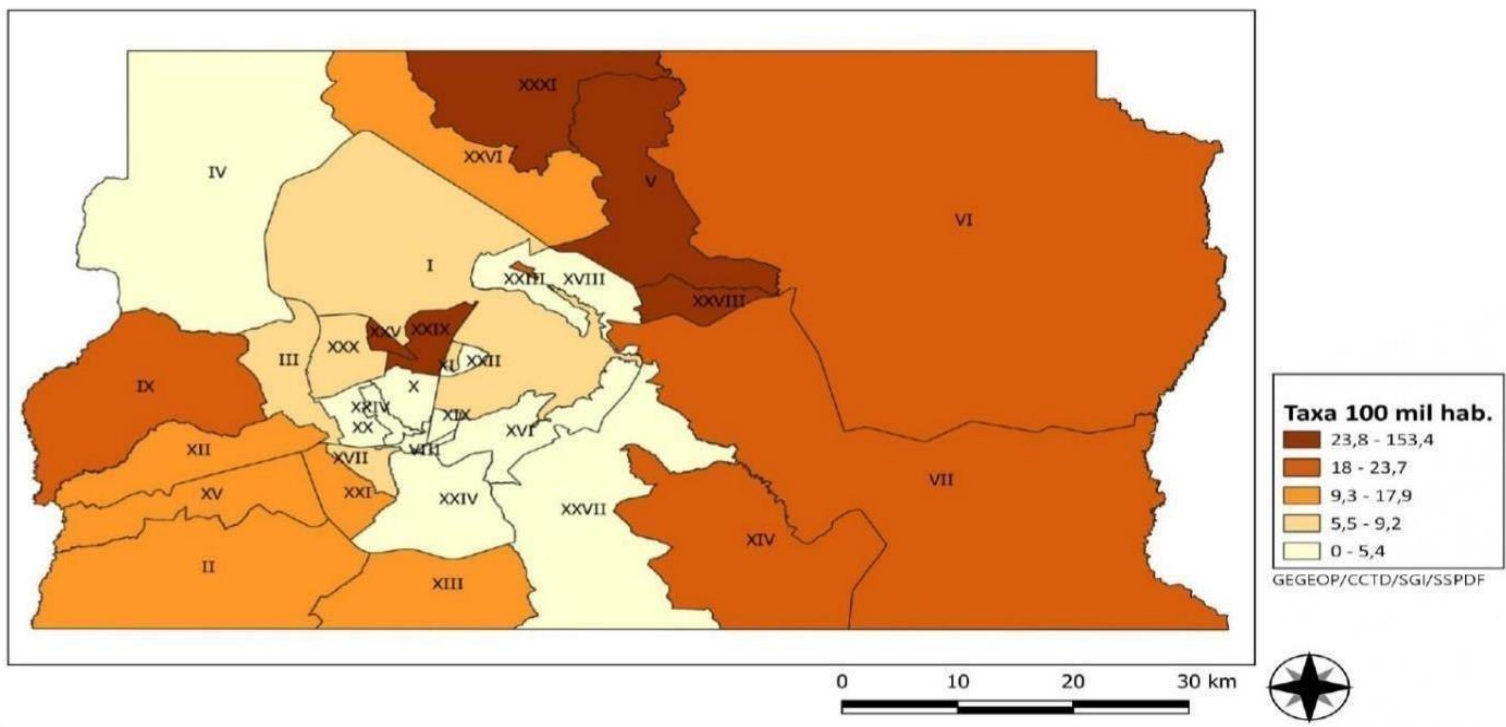
SÉRIE HISTÓRICA DOS CRIMES VIOLENTOS LETAIS E INTENCIONAIS NO DF



SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
SUBSECRETARIA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO



CRIMES VIOLENTOS LETAIS INTENCIONAIS NO DF - 2019



Anexo 03 – Organograma da PMDF (2020)

